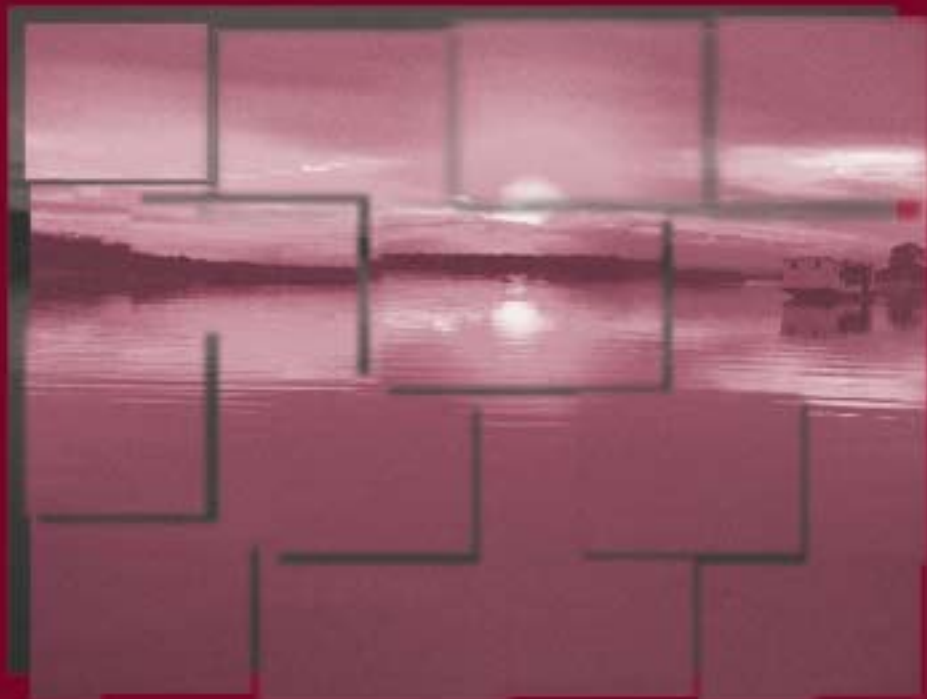




Câmara dos Deputados

AUDIÊNCIA PÚBLICA

INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL



Comissão da Amazônia, Integração Nacional e
de Desenvolvimento Regional

Brasília - 2005

AUDIÊNCIA PÚBLICA

INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
52ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa
2005

PRESIDENTE:

ALDO REBELO (PCdoB-SP)

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE:

JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE:

CIRO NOGUEIRA (PP-PI)

PRIMEIRO-SECRETÁRIO:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL-PE)

SEGUNDO-SECRETÁRIO:

NILTON CAPIXABA (PTB-RO)

TERCEIRO-SECRETÁRIO:

EDUARDO GOMES (PSDB-TO)

QUARTO-SECRETÁRIO:

JOÃO CALDAS (PL-AL)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

PRIMEIRO-SUPLENTE:

GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)

SEGUNDO-SUPLENTE:

JORGE ALBERTO (PMDB-SE)

TERCEIRO-SUPLENTE:

GERALDO RESENDE (PPS-MS)

QUARTO-SUPLENTE:

MÁRIO HERINGER (PDT-MG)

DIRETOR-GERAL:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA:

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos Deputados

Comissão da Amazônia, Integração Nacional
e de Desenvolvimento Regional

AUDIÊNCIA PÚBLICA

INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

Audiência Pública realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, em 4 de maio de 2005, para ouvir o Ministro de Estado da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, a respeito da proposta do Poder Executivo que trata da Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional.

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
Brasília – 2005

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Jorge Henrique Cartaxo

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretor: Pedro Noleto

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Sílvio Avelino da Silva

Agradecimentos:

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Assessoria Parlamentar do Ministério da Integração Nacional

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação — CEDI

Coordenação de Publicações — CODEP

Anexo II – Térreo - Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802 Fax: (61) 3216-5810

E-mail: publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação Parlamentar

N. 317

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Audiência pública : Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional.

– Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

p. 127 – (Série ação parlamentar ; n. 317)

“Audiência Pública realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, em 4 de maio de 2005, para ouvir o Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Gomes, a respeito da proposta do Poder Executivo que trata da transposição de águas do Rio São Francisco”.

ISBN 85-7365-434-1

1. Transposição das águas, Rio São Francisco. 2. Recursos hídricos, política, Brasil, Região Nordeste. 3. Integração regional, Brasil, Região Nordeste. I. Título. II. Série.

CDU 556.18(812/813)

ISBN 85-7365-434-1

SUMÁRIO

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

COMPOSIÇÃO 7

CORPO TÉCNICO 8

APRESENTAÇÃO 9

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL..... 11

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE: Maria Helena (PPS/RR)
 1º VICE-PRESIDENTE: Átila Lins (PPS/AM)
 2º VICE-PRESIDENTE: Júnior Betão (PL/AC)
 3º VICE-PRESIDENTE: Severiano Alves (PDT/BA)

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
Agnaldo Muniz (PP/RR)	Anivaldo Vale (PSDB/PA)
Ann Pontes (PMDB/PA)	Anselmo (PT/RO)
Átila Lins (PPS/AM)	Asdrúbal Bentes (PMDB/PA)
Carlos Abicalil (PT/MT)	Coronel Alves (PL/AP)
Carlos Souza (PP/AM)	Dr. Rodolfo Pereira (PDT/RR)
Davi Alcolumbre (PFL/AP)	Gervásio Oliveira (PMDB/AP)
Fernando Gonçalves (PTB/RJ)	Hamilton Casara (PL/RO)
Henrique Afonso (PT/AC)	Marcelo Castro (PMDB/PI)
Janete Capiberibe (PSB/AP)	Marcos Abramo (PFL/SP)
Júnior Betão (PL/AC)	Nilson Mourão (PT/AC)
Lupércio Ramos (PMDB/AM)	Raimundo Santos (PL/PA)
Maria Helena (PPS/RR)	Suely Campos (PP/RR)
Miguel de Souza (PL/RO)	Vanessa Grazziotin (PcdoB/AM)
Natan Donadon (PMDB/RO)	Zenaldo Coutinho (PSDB/PA)
Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	
Roberto Jefferson (PTB/RJ)	
Severiano Alves (PDT/BA)	
Zé Geraldo (PT/PA)	
Zico Bronzeado (PT/AC)	
Zequinha Marinho (PSC/PA)	

CORPO TÉCNICO

SECRETÁRIA DA COMISSÃO
NILZA MARIA FERREIRA ALVES

APOIO

ADDSON SANTOS COELHO SERRA
ALESSANDRA ROSA GONDIM
EDNA MARIA GLÓRIA DIAS TEIXEIRA
LIDERAL LUCAS DE SOUZA FILHO
MÁRCIA COSER
MARISA ALVES ROMÃO PEREIRA
SAMUEL DE SOUZA SILVA
SUELY PEREIRA DOS SANTOS
VALDIR VIEIRA DOS SANTOS
VANDERLÚCIA BEZERRA DA SILVA

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata da discussão do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional, tema debatido em Audiência Pública, realizada no dia 04 de maio de 2005, onde foi ouvido o Ministro da Integração Nacional, Senhor Ciro Gomes, acerca da proposta do Poder Executivo para aquele programa.

A integração do Rio São Francisco urge como alternativa de solução do abastecimento hídrico do nordeste. Tivemos a preocupação de debater tão relevante tema no sentido de colaborar para que esta aconteça de forma segura, preservando as pessoas e o ecossistema.

Somente com intensa vontade dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira poderemos conquistar este tão almejado desenvolvimento sustentável. O projeto vai além da integração das bacias do Velho Chico - como o rio é conhecido. A integração de água está incluída no Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido e a Bacia do Rio São Francisco. A prioridade para o governo federal é melhorar as condições de vida da população ribeirinha ou daquelas que têm no São Francisco o seu meio de sobrevivência.

Vimos neste debate a vontade do representante do Poder Executivo em levar adiante, com responsabilidade e seriedade este projeto. Percebemos ainda um profundo conhecimento do Ministro Ciro Gomes, que detalha o programa, na forma daqueles que se debruçam sobre a matéria.

Nada mais justo editar a riqueza, a sensibilidade e a espontaneidade do debate do Ministro da Integração Nacional, Senhor Ciro Gomes, com os membros desta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Deputada Maria Helena
Presidente

AUDIÊNCIA PÚBLICA
INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Maria Helena) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional em atendimento ao Requerimento de nº 18, de minha autoria, para discussão do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Inicialmente, cumprimento todos os presentes, em especial o Sr. Ministro Ciro Gomes, cuja presença muito nos honra.

A lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. O Parlamentar que desejar interpelar o expositor deverá dirigir-se à mesa para registrar o seu nome.

Esclareço ao Sr. Ministro e aos Srs. Parlamentares que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição, e por isso solicito a todos que falem ao microfone.

Informo ainda que o convidado não poderá ser aparteadado no decorrer de sua exposição. Somente após o encerramento da exposição inicial é que os Deputados poderão fazer suas interpelações, tendo cada um o prazo de 3 minutos, e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e tréplica pelo mesmo prazo. Peço a todos que observem esses prazos, para que nossa audiência não se prolongue até muito tarde. O Ministro tem compromissos após as 12h.

Tem a palavra o Ministro Ciro Gomes, para sua exposição inicial.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Exma. Sra. Deputada Maria Helena, minha estimada companheira e ilustre Presidente da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, antes de iniciar minha exposição sobre o tema proposto, agradecer a esta Comissão o privilégio e a honra que me concedem de poder aqui me submeter, como é imperativo da democracia e do profundo e definitivo respeito que nutro pelo Parlamento brasileiro, ao debate de questão tão complexa, tão importante, tão apai-

xonante, de lado a lado, que é a integração de bacias, a revitalização do Rio São Francisco e o transporte de alguma água do Rio São Francisco para os Estados do Nordeste Setentrional, que têm no drama da falta d'água uma das causas ancestrais de sua concentração de miséria, a maior do Brasil.

Atribuo a este encontro uma grave importância, razão por que desejo dispensar a gentileza de V.Exa., Sra. Presidente. Não tenho hora para sair. Qualquer outro compromisso cederá, com muito prazer e honra, à necessidade de eu aqui permanecer quanto tempo for necessário para discutirmos e incorporarmos a inteligência e a crítica desta Casa ao aperfeiçoamento dessa iniciativa do Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Estamos trabalhando parte do semi-árido brasileiro, que se encrava do norte de Minas Gerais até perto do litoral do Nordeste Setentrional — às vezes até chega ao litoral, quando se trata do Estado do Rio Grande do Norte. Aí se concentram os piores indicadores de desenvolvimento humano do País. O rival macabro desses indicadores é o interior da Amazônia, mas, ainda assim, os indicadores de atraso, de pobreza, de miséria, de concentração de renda, de mortalidade infantil, de analfabetismo, de migração não têm rival no País.

O Rio São Francisco, por desenho de Deus e privilégio dos brasileiros, recolhe 75% de suas águas no Estado de Minas Gerais, em suas nascentes na Serra da Canastra, e por 2.700 quilômetros percorre o miolo do Nordeste brasileiro, fazendo uma curva para leste quando vai se defrontar com a fronteira do Estado de Pernambuco com o Estado da Bahia, indo marcar divisão entre os Estados de Alagoas e Sergipe, na sua foz.

O Nordeste brasileiro — V.Exa. é da Amazônia, Sra. Presidente, e entenderá com o coração o que vou dizer agora — é sede de 3% apenas dos recursos hídricos que há no território nacional brasileiro. E, mais grave que essa indicação — este é um problema do conjunto do Nordeste — o Rio São Francisco concentra sozinho 70% de todas as águas que há no território nordestino. Lá na fronteira do Piauí com o Maranhão, já na pré-Amazônia, está o único outro grande rio do Nordeste. O Nordeste Setentrional não tem nenhum rio importante perene. Todos correm 3 meses, 4 meses no máximo, depois secam naturalmente, todos os anos. É a carência dessa área que pretendemos, com o engenho humano, graças à decisão política firme do Presidente Lula e apoiados nessa dádiva de Deus, suprir com as águas do São Francisco.

Este número indica a presença da população no semi-árido, os percentuais de população no local. Na área de influência do projeto, vamos encontrar aqueles 3 números de cima, mais parte do número da direita, embaixo, que corresponde ao Estado de Pernambuco, onde o agreste é bastante gravemente seco, tem um déficit hídrico dramático.

Percebam V.Exas. que o projeto se destina a influenciar imediatamente 45% da população do semi-árido, ou melhor, do Nordeste, porque destina-se a garantir o abastecimento hídrico também, e especialmente, de grandes cidades. Nas pontas estão a cidade de Fortaleza, a possibilidade da área de influência da cidade do Recife e a cidade de Campina Grande, que já está em colapso — Fortaleza entrou em colapso completo, no ano de 1992. Este projeto foi, portanto, imaginado para garantir a segurança hídrica de 45% da população do Nordeste.

O projeto se inscreve num conjunto articulado que vou mostrar apenas telegraficamente, mas fico à disposição para esclarecê-lo, se for da curiosidade de V.Exas. Estamos convidados para discutir um dos itens de um conjunto de iniciativas que o Governo do Presidente Lula está implementando em articulação com os Srs. Governadores de Estado, muitos Prefeitos Municipais, os Srs. Parlamentares e instituições da sociedade civil.

A primeira ação que se impõe é revitalizar o Rio São Francisco, e neste ponto cabe, se V.Exa. tolera, Sra. Presidente, um comentário um pouco mais extenso.

O São Francisco vem sendo violentamente agredido ao longo dos últimos 500 anos. Conseqüência disso é que está hoje bastante sofrido. Praticamente dizimaram-se as suas matas ciliares. O que resta, e que ainda está sofrendo agressão, é muito pouco, é residual. O São Francisco tem experimentado processos de erosão, queda de barrancos, assoreamento do seu leito — a esquistossomose é uma praga muito grave, uma epidemia muito grave especialmente no Baixo São Francisco — e uma gradual perda de vazão, que de Sobradinho para trás ainda não tomou proporções hecatômicas. É preciso interromper esse processo quanto antes.

Algumas legítimas lideranças dos Estados do Baixo São Francisco, especialmente de Sergipe, posicionam-se, com muita paixão, com muito temor, contra este projeto, violentando um traço cultural fortíssimo entre

a gente nordestina, a solidariedade fraterna — que há muito mais entre os do povo do que entre suas lideranças políticas —, e numa questão quase sagrada, a ponto de, ao se anteciparem nas críticas, primordialmente se obrigam a dizer que o nordestino não nega um copo d'água a um irmão, para, a partir dessa frase, meramente retórica no caso, entrarem na discussão, de forma dramaticamente agressiva, pouco serena e pouco lúcida, fazendo mais graves coisas já por si muito graves. Mas há razões para isso, compreensíveis e respeitáveis.

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF construiu, nesta área do Baixo São Francisco, o que convencionamos chamar de uma cascata de barragens, para fins de geração de energia elétrica. A maior de todas é Sobradinho, seguida por Itaparica, depois por Paulo Afonso e Xingó. Essas barragens, construídas para gerar a substância da energia utilizada no Nordeste, alteraram de forma dramática e, a meu juízo, definitiva a vida natural do Baixo São Francisco.

É preciso que se diga, a bem da verdade — minha natureza, que às vezes gera incompreensões, não faz concessões à demagogia —, que seria inimaginável o Nordeste brasileiro sem a cascata de barragens da CHESF. Nesta questão sou categórico: seria o Nordeste brasileiro inimaginável sem a energia gerada pela cascata de barragens da CHESF. E me parece, salvo melhor juízo, que esse é um fato consumado. Nunca vi na agenda de ninguém que se estaria cogitando destruir as barragens para devolver o rio à sua vocação natural.

Eminente Deputada Maria Helena, Presidente da Comissão, Sras. e Srs. Deputados, boa parte da crítica respeitável que recolhemos contra o projeto de integração de bacias tem por argumento o fato consumado da cascata de barragens. Dizem que os pescadores — tradição relevante para a economia local — perderam sua atividade porque o rio, de Sobradinho para baixo, pelo fato de os nutrientes ficarem retidos na barragem, tornou-se pouco piscoso. Quem estava acostumado a pescar surubins de quase 1 metro de comprimento — não sei se existem nesse tamanho, não sou especialista em ictiofauna, nunca pesquei um surubim; mas há fotografias que dão a impressão de que sim — hoje já não os encontra.

O rio, ao seu natural, pulsava como os rios da Amazônia, mas com amplitude mais grave. Na estação de chuvas, podia ter uma cheia de 18 mil metros cúbicos por segundo, com todo o poder de empurrar longe na

foz sedimentos e bancos de areia, para pulsar a 700 ou 800 metros cúbicos por segundo nas depressões, nas secas. O rio saía do leito e inundava centenas de lagoas distantes de suas margens, provocando, assim como o Nilo, efeitos deletérios como as enchentes, mas também efeitos extraordinariamente positivos para a população que plantava arroz ou pescava nas lagoas. Tudo isso acabou.

Reparem que não há uma única iniciativa física do projeto de integração de bacias. Precisam entender isso racionalmente todos os que têm críticas justas, preocupações legítimas, de natureza ambiental, socioeconômica e até cultural. V.Exas. precisam ter a oportunidade de conhecer a vitalidade cultural dessa gente extraordinária que é o ribeirinho do São Francisco, com seus artesanatos e carrancas.

Há uma música do São Francisco. É tão forte, tão poderoso esse rio para a vida das pessoas, que se compreende, com muito respeito e sensibilidade, a reação de algumas pessoas que, por vezes, se recusam a ouvir que nós concordamos com elas. A revitalização do Rio São Francisco é daquilo que eu chamo — perdoe-me V.Exa. a expressão — de consenso oco daqueles que superficializam o debate no Brasil.

Quando o Presidente Lula tomou posse — sou Ministro do Governo do Presidente Lula —, havia uma rubrica no Orçamento chamada Revitalização do São Francisco com 2 milhões de reais. Isso é perfeitamente avaliável em documentos oficiais. Nossa estimativa, que se está aperfeiçoando na tradução de concretude, de projetos, que não havia, é de que a revitalização, na sua substância, custa 4 bilhões e 500 milhões de reais. Pois bem, havia 2 milhões de reais.

A LDO mencionava, sem ênfase, a revitalização do São Francisco como um projeto de 2 anos. Era isso o que havia. Todos, ribeirinhos ou não, manifestam-se favoravelmente à revitalização do São Francisco, e, na prática, 85% do recurso estimado em nossos projetos, que estamos avaliando em perfeita sintonia com o protagonismo do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, que é quem realmente entende deste ponto da agenda da revitalização, têm de ser aplicados em saneamento básico, em saneamento ambiental.

Excelência, o São Francisco tem, entre suas agressões mais dramáticas, 250 cidades lançando esgoto sem tratamento na sua calha, e igual

número de cidades ribeirinhas jogando no rio o seu lixo, que os técnicos chamam de resíduos sólidos. O Rio das Velhas, principal rio em matéria de degradação, recebe hoje efluentes da siderurgia de Minas Gerais e parte do esgoto sem tratamento da cidade de Belo Horizonte, antes de avançar para o São Francisco. Não estamos de ouvidos mocos para isso. Ao contrário. É compromisso do projeto o programa de revitalização, já traduzido em algumas iniciativas. Já temos os primeiros canteiros de formação de mudas, por exemplo. Alegam os críticos que eles ainda são poucos, e eu concordo, mas só consegui 27 milhões de reais no ano passado, ainda antes de o projeto ser aprovado, porque tenho um compromisso pessoal e institucional com o tema. As primeiras mudas estão se formando em convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais. O Rio das Velhas, igualmente, está em processo de revitalização. A iniciativa também ainda tem poucos recursos, mas há prazo para a conclusão das obras.

O programa em si está sendo posto de pé, mas, ainda que tivéssemos recursos em abundância, pasmem, a revitalização não se praticaria. É inacreditável que esse consenso não tenha sequer se traduzido em projetos, por exemplo, de saneamento básico para os Municípios. Em alguns há, e boa parte deles pagos pelo Ministério da Integração Nacional, desde o dia em que o Governo Lula tomou posse. Estamos pagando esses projetos, e eu estou replicando cópias deles. Dou uma ao Prefeito, para que ele procure o Parlamentar, a Caixa Econômica, quem ele puder, e formo uma carteira de projetos que constroem concretude no projeto de revitalização de bacias.

Há um programa de combate à desertificação. No Nordeste já há várias manchas de desertificação cuja reversibilidade é praticamente impossível. É possível fisicamente, mas é tão cara que, se não pusermos um ponto final nesse processo de superestresse da caatinga, que é o que gera a desertificação, logo mais esse dramático problema terá proporções absolutamente gigantescas. Está em marcha o programa.

Vamos adiante, porque o que vamos discutir hoje mais detalhadamente é a interligação de bacias.

Há uma crítica, também honesta, porém descontextualizada, de que esse projeto não atenderá as populações difusas e de que há soluções muito mais baratas e simples para atendê-las. A crítica procede, num ponto, mas está completamente fora de contexto. O projeto de integração de

bacias, primeiro, não pretende ser uma resposta para 100% da população do Nordeste; segundo, não acaba com a seca. Alguns críticos põem na minha boca a palavra inversa da que foi proferida em pronunciamento oficial e está disponível por escrito em nosso site na Internet. Dizia eu, e vou repetir: a seca é como a neve: não se acaba, é um fenômeno cíclico que vai acontecer sempre. O que podemos e devemos fazer é nos equipar para com ela conviver. Este projeto equipa, sob o ponto de vista da segurança hídrica, 12 milhões dos 20 milhões de habitantes do semi-árido, mas não contempla as populações difusas, que são grandes, mas minoritárias. Populações difusas são os habitantes dessas casas unifamiliares no meio do sertão, uma aqui, outra ali, a meia-légua de distância, outra acolá, a mais uma légua. Este projeto não pretende responder, não diz que vai responder a essa necessidade. Essas populações estão sendo foco de outro projeto, já em execução, que temos com a ONG Articulação do Semi-Árido, que reúne todas as entidades não-governamentais do Nordeste e tem imensa autoridade moral. Estamos comprometendo com ela a velocidade de alcance da meta de 1 milhão de cisternas. Porque não basta construir. Já temos experiência, no passado, na construção de cisternas de cima para baixo. Essas cisternas, que exigem um mínimo de treinamento para sua operação e manutenção, foram destruídas, racharam, perderam-se. Estamos construindo mais lentamente, mas já temos uma meta de 1 milhão. Devemos atingir a meta de 100 mil cisternas ainda este ano. Quem faz um sobrevôo de helicóptero no Nordeste já vê esse programa.

Há um sem-número de iniciativas de perfuração de poços e de recuperação de poços perfurados. A propósito, o Presidente Lula, pessoalmente, acabou com um absurdo que, entre outros, recebemos. A PETROBRAS procura petróleo na Bacia Sedimentar de Mossoró. Creiam e pasmem V.Exas.: a PETROBRAS muitas vezes frustrou-se procurando petróleo, e achou água nas bacias sedimentares, mas em resposta tampouco os poços com água e proibia a aproximação de quem quer que fosse. Agora, a PETROBRAS está sendo obrigada pelo Presidente Lula — acho que a empresa faz isso docemente — não só a garantir que o poço terá utilidade, mas também a financiar a sua instalação.

Há um conjunto de iniciativas um pouco mais expressivas em todos os Estados do Nordeste da bacia doadora e da bacia receptora. São projetos tocados por nós em parceria com os Governos Estaduais chamados PROÁGUA Semi-Árido e PROÁGUA Infra-Estrutura. Para resumir,

ora são barragens, ora são canais, ora são adutoras. Estamos executando hoje 3 mil quilômetros de adução. No Piauí, a Adutora do Garrincha terá, sozinha, 195 quilômetros na sua conclusão. A Adutora de Santana, no Estado do Rio Grande do Norte, sobe uma serra de quase 500 metros de altitude. E nós invertemos a lógica. Aproveitando a experiência que adquiri trabalhando com o povo do Ceará, agora estamos entregando a água tratada. Em vez de enviá-la a uma estação de tratamento replicada em cada destino, estamos tratando a água na origem, para economia de todos os Municípios destinatários. Só a adutora de Jucazinho, em Pernambuco, que concluímos há pouco, atende a 23 Municípios. Encerrou-se a crônica do racionamento d'água na cidade de Caruaru, uma das maiores do Nordeste brasileiro. Essa é apenas uma demonstração do conjunto de iniciativas.

Pela primeira vez, Excelência, creia, ao redor do projeto do São Francisco, tão calorosamente discutido, não havia sequer uma iniciativa de natureza fundiária — e não por acaso. O problema do Nordeste não é só a falta d'água; decorre muito também de uma estrutura fundiária oligárquica ainda renitente na política em pleno século XXI, o coronelismo e o clientelismo. Com a seca e o conseqüente colapso do abastecimento d'água, ainda é usual tradição em alguns lugares — felizmente isso está mudando — fazer do carro-pipa uma moeda de troca: trocam água pela alma daquela gente sofrida. O cabo eleitoral, subordinado ao coronel ou ao chefe local, escolhe a família que será ou não atendida pelo carro-pipa.

No ano de 2003, o Governo Lula teve de promover um grande abastecimento d'água no Nordeste com carros-pipa. Depois, ainda em 2003, contratamos o Exército Brasileiro para mapear rotas e entregar água sem intermediários a 100% das pessoas necessitadas. Mapeamos com GPS todas as rotas de carros-pipa e estamos seguindo essas rotas com políticas de cisternas, poços profundos, pequenas adutoras, pequenos sistemas simplificados de abastecimento d'água.

Sra. Presidente, se a Comissão assim o desejar, pode escolher um Estado para visitarmos essas iniciativas que estou descrevendo.

Há pouco, inauguramos, ao lado do Governador Paulo Souto, o açude da cidade de Guanambi. No mesmo ato, autorizei a construção de adutora que beneficiará 100 mil pessoas. Esse é o exemplo prático de uma dessas iniciativas.

Por fim, apresentarei detalhadamente a V.Exas. o projeto de integração e interligação de bacias.

A primeira necessidade é esclarecer o projeto com muita transparência, com humildade para ouvir os reparos, alguns dos quais têm me chocado, mas ainda assim tenho tido paciência e muita humildade para, mesmo ouvindo disparates, manejar a situação e separar a crítica bem-intencionada da crítica maliciosa, motivada, sem confissão, por interesses subalternos, seja o egoísmo, seja a politicagem barata, seja o antagonismo com a questão fundiária. Estamos declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, 5 quilômetros, 2,5 quilômetros para cada lado das faixas de influência dos canais. Isso importa, eminente Deputada, em 350 mil hectares no meio da base rural mais conservadora do Nordeste brasileiro e não terá poucas conseqüências sócio-políticas, o que explica parte da irritação.

Para demonstração, tenho aqui estudos oficiais, com as fontes disponíveis para quem quiser criticá-los.

Qual é a freqüência de secas no Nordeste brasileiro como um todo? A observação feita em um século de recorrências demonstra-nos o dado seguinte. Havendo seca no Nordeste, menos de 40% das vezes ela ocorrerá nesta área fora da curva preta, que toma o meio-sul da Bahia. Para melhor compreensão, havendo uma seca no Nordeste, menos de 40% das vezes ela acontecerá do meio-sul da Bahia para baixo. Entre as duas curvas, reparem nesta língua que vai da fronteira do Maranhão com o Piauí até se estreitar em direção aos territórios da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Havendo seca no Nordeste, de 40% a 80% das vezes ela acontecerá também nesta faixa. Desta faixa para cima, havendo seca no Nordeste, mais de 80% das vezes ela se concentra neste miolo aqui. É nesse miolo que se executará o projeto de integração de bacias, com o objetivo de eliminar ou atenuar o estresse hídrico nesta área, onde a ocorrência de seca é superior a 80% das vezes.

Algumas pessoas, ainda de boa-fé, mas sem se deterem à complexidade do assunto, ponderam o seguinte: para uma solução dessas, que gera esse estresse, esse conflito potencial e esse custo, não seria alternativa mais importante explorar-se a água de subsolo do Nordeste? O grande apresentador popular da televisão, o Sr. Ratinho, por exemplo, afirmava claramente: “É só procurar que tem água, o Nordeste tem solução; o que falta é

vontade política”. Boa parte da população brasileira, de boa-fé — acredito — está orientada por esse tipo de percepção. É preciso explicar para as pessoas que há sim alguma água de subsolo. Porém, esses aquíferos, primeiro, estão concentrados em microáreas, que são as bacias sedimentares; segundo, eles são exauríveis, não garantem vazões seguras — todos eles variam de um para outro — e já existem indicações críticas de que ambientalmente são muito preocupantes de esvaziamento.

Portanto, para um empreendimento desse fôlego — nós estamos falando em 26 metros cúbicos por segundo, para a segurança do abastecimento humano —, primeiro, essa vazão não é disponível; segundo, ela está espacialmente concentrada em poucas manchas; e, terceiro, ainda não são totalmente conhecidos os efeitos ambientais de um superestresse sobre esses aquíferos. Mas, ainda assim, nós trazemos este assunto para quem deseja conhecer melhor.

Aqui os senhores vêem as manchas sedimentares. Mais ou menos lindeiro ao litoral da Bahia, afastando-se dele quando se vai para o norte, tem o aquífero Tucano. Na fronteira de Pernambuco com o Ceará, o aquífero Tucano regulariza menos de 1 metro cúbico por segundo. O aquífero da Bacia do Araripe — é muito pequeno — regulariza 4 metros cúbicos por segundo. Depois salta, e nós vamos ter 11,8 metros cúbicos por segundo disponíveis, com 7,8 já usados no sedimento da Bacia de Mossoró, que é onde a PETROBRAS procura petróleo também. E toda a área de influência do projeto é um maciço de cristalino — leia-se rochas — em que não há aquíferos, a não ser em fraturas. Ou seja, há um movimento tectônico em que a rocha se rompe, forma-se uma fratura, e ali a água da chuva, ano a ano, enche aquele local e faz uma piscina subterrânea. Mas, evidentemente, essa água depende da chuva. Se houver uma seca de 3 anos, não regulariza nada, porque o aquífero pode não ser repostado. As vazões são pequenas e salinizam. Por isso nós temos dessalinizador, que é uma experiência pioneira introduzida no Estado do Ceará.

Para demonstrar isso, nós também temos de ter um método. As Nações Unidas estabelecem um critério sobre este assunto. Dizem elas que a vida humana é sustentável a partir de um mínimo de 1.500 metros cúbicos por habitante/ano. As Nações Unidas têm este estudo e dali nós fomos recolher essa metodologia, para evidenciar se há necessidade ou não do projeto. É inacreditável encontrar pessoas que dizem que o Nordeste

semi-árido tem água demais. Tenho de ter paciência, muita humildade. Fortaleza tem 2,3 milhões de habitantes. Fui Governador do Estado do Ceará e, em 1992, após 3 anos seguidos de seca, vi a água de Fortaleza acabar. Vejam, não é força de expressão. A água da cidade de Fortaleza, a 5ª maior cidade brasileira em população, acabou. E essa Capital tem as barragens Pacoti, Riachão, Gavião, e eu já houvera construído uma quarta barragem enorme, chamada pelo povo de Pacajus e oficialmente Plínio Pompeu. Esta quarta barragem não tomou uma gota d'água, por causa da seqüência de 3 anos de seca, ao longo dos quais as outras 3 secaram totalmente. Fortaleza amanheceu por 100 dias sem água, o que nos obrigou a tomar uma solução estratégica: a transposição do Rio Jaguaribe para as bacias de Fortaleza. Mas, graças ao apoio generoso da população cearense, conseguimos evitar essa tragédia.

As pessoas dizem que não se usa mais o Canal do Trabalhador. Em 10 anos, o Canal do Trabalhador, construído para garantir a Fortaleza o abastecimento por apenas 1 ano, garantiu 4 anos. Evidentemente, nos anos normais o canal é usado para irrigar culturas, como o plantio do melão para exportação etc., mas ninguém pode plantar cultura permanente porque o canal está na iminência de ser usado, a qualquer crise, para o abastecimento de Fortaleza.

O critério da ONU foi aplicado ao território nordestino e humano na região. A Bacia do São Francisco disponibiliza 4,5 mil metros cúbicos por habitante/ano. Na Bacia do Parnaíba, outro rio permanente que se encontra na fronteira do Piauí com o Maranhão, há disponibilidade de 1,7 mil metros cúbicos por habitante/ano, próxima ao mínimo. Na bacia do Nordeste Setentrional, a vazão regularizada pelas barragens garante disponibilidade de apenas 450 metros cúbicos por habitante/ano, que corresponde a menos de um terço do mínimo.

O Estado do Ceará é o menos vulnerável de todos porque tem uma política consistente de formação de recursos hídricos e de manejo, que tenho o privilégio de ter ajudado a formular, executada continuamente há 20 anos. O Estado do Ceará tem 17 bilhões de metros cúbicos de potencial de reservação. O último barramento, o Açude Castanhão, concluído pelo Presidente Lula, garante 5 bilhões de metros cúbicos d'água. O Governo do Estado, com o nosso apoio, está construindo um canal de integração que ligará esse barramento até Fortaleza, e daí ao Porto do Pecém.

O que as pessoas não sabem é que o cálculo de disponibilidade de água não se dá pela capacidade de reservação da barragem, que é apenas um potencial. Se houver 3 anos seguidos de seca, a barragem simplesmente se esgota, como é o caso concreto de Fortaleza. Se V.Exas. desejarem, façam uma perícia, visitem a cidade de Fortaleza, consultem os arquivos. Vejam Campina Grande. Em 2003, o Governo Estadual teve de determinar à Polícia que fizesse o cerco do Açude Boqueirão para impedir a população, especialmente rural, de tirar água da barragem. Campina Grande, assim como diversas cidades da região, também esteve, por mais de uma vez, na iminência de colapso de seu abastecimento d'água. E isso ocorreu em diversas cidades da região.

Qual a consequência prática desse desequilíbrio? A consequência prática pode ser vista em muitas coisas óbvias, e é inacreditável como há quem queira confrontar a realidade a que o País inteiro assiste, perplexo, de tempos em tempos. Ou não há uma seca de tempos em tempos? Ou não há carros-pipa de tempos em tempos? Ou não há colapso de abastecimento d'água de tempos em tempos? Este ano, por exemplo, tivemos de colocar carros-pipa em alguns lugares, no Ceará, apesar de, em 2004, ter havido a maior enchente dos últimos 50 anos.

A consequência, Deputados, pode ser vista sob muitos ângulos, mas eis aqui um prático. Nós plotamos as perdas oficiais do feijão, principal cultura de subsistência na Região Nordeste, e as secas que aconteceram. Houve seca em 1951, 1958, 1979-1983, 1990-1993, 1998-1999. Rebatemos a ocorrência de seca com o que aconteceu com o registro oficial de perdas da safra de feijão, que, volto a dizer, é a principal cultura de subsistência da gente sofrida do Nordeste brasileiro.

Na linha de cima estão os Estados destinatários, mais Pernambuco, do projeto de integração de bacias. A perda ali é quase sempre entre 60 e 80%. Nos outros Estados ela oscila. Em 1951, não houve perda. Em 1958, houve 20% de perda contra 80. Em 1979 e 1983, as perdas praticamente foram iguais nas duas regiões. Na última, de 1990 a 1993, a perda foi de 10% nos Estados, decorrente daquelas curvas de seca anteriormente demonstradas. E a perda foi superior a 80%. Em 1998 e 1999 elas se aproximaram, mas também com uma diferença.

A partir deste momento preciso demonstrar a necessidade de um projeto. Tenho de ter o mesmo respeito, a mesma qualidade técnica, a mesma

serenidade, a mesma metodologia ao assumir responsabilidade oficial pelo que estou falando, mencionando a fonte. Tenho de tentar responder a uma justíssima questão derivada da dita destruição do Rio São Francisco em processamento. É a pergunta que se impõe tem uma resposta segura, sem a qual o Presidente Lula não se envolveria num projeto dessa natureza.

Tenho uma história modesta, mas de responsabilidade. Meus adversários me respeitam e meus inimigos reconhecem que procuro me comportar com honestidade. Por isso, digo que não nos envolveríamos, eu como modesto executivo e o Presidente Lula como responsável maior por esse projeto, se não tivéssemos segurança acerca da qualidade técnica do que vamos afirmar agora.

A pergunta é: o Rio São Francisco agüenta, agredido como vem sendo nesses 500 anos? O Rio São Francisco suporta essa intervenção? É razoável a observação empírica de que o único caudal de águas na iminência desse Nordeste Setentrional com aparente e visível disponibilidade de água é o Rio São Francisco?

Isso não é suficiente. A resposta tem de ser técnica, com qualidade, com aceitação, mesmo dos críticos. Recentemente, quando estive na OAB, fiquei definitivamente chocado com a leviandade com que afirmaram coisas tais como: “O Rio São Francisco tem uma vazão hoje de 800 metros cúbicos na foz”. Isso é pura e simples irresponsabilidade! É terror em cima de uma população já muito humilhada e sofrida por anos a fio de irresponsabilidade pública e política dos Governos Federal, estaduais e municipais!

Então, a minha tentativa de responder é baseada em números oficiais, cuja fonte é o Plano de Bacia. Deixem-me abrir um parêntese. No início do Governo Lula, o Presidente encarregou ninguém menos que o Vice-Presidente da República, o mineiro José Alencar, de constituir sob sua presidência um grupo de trabalho, integrado por mim, pelo Ministério do Meio Ambiente e outros, para discutir a idéia de um projeto de integração de bacias com todos os Estados, tanto da bacia doadora como da bacia receptora. O Vice-Presidente José Alencar foi conosco a todos os Estados e, em todos, deu protagonismo aos Governadores.

O Governador João Alves, de Sergipe, afirmou que o Governo não conversou com ele. Isso não é verdade. Desculpem a veemência, mas isso

tem de ser dito. Houve uma visita oficial do Vice-Presidente da República. Recebi S.Exa. na minha sala para dizer o que bem entendesse e desejasse nas vezes que desejasse, e essas foram 5. Além disso, mandamos pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAMA um ofício, que tem número e aviso de recepção dado por S.Exa. e por todos os outros, pedindo críticas à nossa iniciativa. Até hoje não chegou nenhuma resposta, nem do Governador João Alves nem de nenhum outro.

O único Estado que solicitou a realização de uma audiência pública para discutir o projeto foi o de Minas Gerais. E, contradição das contradições, ao marcarmos a reunião, o Governador do Estado conseguiu uma liminar suspendendo-a. A única finalidade dessa audiência era apresentar oficialmente o projeto, submetê-lo à discussão e receber toda e qualquer crítica ou contribuição, obrigando, no processo de licenciamento, o IBAMA a responder oficialmente a todas as críticas.

O Supremo Tribunal Federal em 3 horas derrubou essa liminar por impertinência jurídica. Tentamos realizar a audiência pública, mas nos impediram fisicamente. Marcamos outra para Pirapora. De novo, um pequeno grupo de pressão foi lá e impediu fisicamente que a audiência pública ocorresse. Por quê? Na minha opinião, salvo as pessoas bem-intencionadas e de boa-fé que estão protestando porque acreditam que se pode estar processando um malefício grave ao rio, que respeito e continuarei humildemente procurando esclarecer, os outros não querem que a população conheça esses números.

Esses números foram construídos no Plano de Bacia, que não existia. Havia expertos sobre o rio, palpiteiros e curiosos. Alguns afirmavam que o rio não agüentaria, outros diziam que estava sobrando água, mas, salvo opinião fragmentada de um especialista aqui, de um curioso acolá, não havia oficialmente um documento que materializasse os números do rio.

O Governo do Presidente Lula promoveu o fortalecimento do Comitê da Bacia, que existia no papel, mas não estava instalado. Financiamos a sua constituição e o desenvolvimento de sua agenda. Ainda que o Comitê da Bacia seja sede de uma crítica respeitável, achamos que temos de estabelecer uma interlocução honesta, séria e bem-intencionada. Foi o que fizemos.

Em 2003, quando já tínhamos a agenda executiva do projeto, o Comitê da Bacia nos fez uma exigência: suspender toda e qualquer iniciativa em relação ao projeto do São Francisco até que houvesse um Plano de Bacia que esclarecesse as coisas oficialmente. Fiquei com muito medo e disse que só suspenderia se eles se comprometessem com um prazo. Eles disseram que em 6 meses, se financiássemos, o Plano de Bacia estaria pronto.

Pedi a compreensão do Presidente Lula e concordei. Suspendi todas as iniciativas do projeto de integração de bacias por 6 meses. A Agência Nacional de Águas, que não pertence à estrutura institucional do Ministério da Integração Nacional e é responsável pelo sistema de recursos hídricos do Brasil, contratou a quatro mãos com o Comitê da Bacia os melhores expertos do País para, juntos, desenharem o Plano de Bacia.

Em 6 meses, conseguimos fazer o Plano de Bacia. O Comitê nos pediu mais 3 meses para validar o Plano de Bacia, o que significava 18 audiências públicas na bacia, capitais e interior. Concordamos. O Comitê da Bacia levou esse Plano à discussão em 18 audiências públicas, recolheu críticas, sugestões, e o Plano se aperfeiçoou ao longo desse período. Finalmente, houve uma reunião do Comitê, que aprovou por unanimidade o Plano de Bacia.

Pode haver erros. Estamos abertos à demonstração desses erros. Mas esses erros poderão ter ocorrido por defeito dos técnicos, pela imperícia do Comitê da Bacia, pela não percepção em 18 audiências públicas de validação do Plano e pela sua deliberação final. Ainda há tempo. Se houver erro, vamos corrigi-lo, porque não podemos cometer erros num projeto dessa complexidade. Mas até o presente momento estamos seguros de que, nessa dinâmica, seja pela qualidade técnica, seja pelo mecanismo político, seja pela grave e importante participação da sociedade civil, os números são esses.

Nesse Plano estão os números. A minha fonte é essa. Não nos bastamos nisso, porque o Comitê da Bacia, que não tem atribuição para deliberar sobre o projeto, entenda-se bem, teve cautela e prudência: não deliberou nem que sim nem que não, porque, pela lei, não é sua atribuição. A atribuição é critério de outorga, enfim, é a constituinte, o legislativo do rio, ou seja, o Comitê da Bacia. Mas eles não deliberaram sobre o projeto. Estamos falando que eles deliberaram sobre o Plano de Bacia, fonte oficial dos números que vou esclarecer aqui e que não podem ser contestados

sem outra responsável fonte oficial e qualificação técnica. Terror, leviandade, charlatanismo, demagogia, picaretagem intelectual, é assim que me refiro sobre quem parte para assustar uma população já tão sofrida. Esse merece pouco respeito.

Respeito números, respeito responsabilidades. Se houver um número para corrigir nosso erro, vamos pedir publicamente desculpas, corrigir e abandonar o projeto. Pelo menos eu abandono o projeto, porque não vou me envolver num projeto com consequência funesta que vai se incorporar à história de um Governo que quer fazer o bem e que tem história.

Reclama-se de participação democrática, e dizem que estamos entrando no samba-do-crioulo-doido. Dois anos de discussão com todo procedimento pela letra, liminares judiciais impedindo as audiências etc. Caem as liminares judiciais pelo Judiciário, pela inconsistência. Há coação física, ameaças de morte a funcionários públicos que tinham como única responsabilidade apresentar oficialmente o projeto e recolher, volto a dizer, oficialmente as críticas. Não querem apresentar uma crítica oficial porque aí teríamos de responder oficialmente.

Os números são esses, Excelências. A vazão média do Rio São Francisco na foz é de 2.850 metros cúbicos por segundo. Lembro que o rio pulsa, hoje não mais na natureza, por causa da cascata de barragens; de Sobradinho para baixo o rio é artificializado. “Não podemos trabalhar sob vazão média”, diz uma crítica. Achamos justa essa crítica, porque assegura que, se trabalharmos sob a vazão média, na hora da crise podemos estar tirando mais água do que o rio suporta. Incorporamos essa crítica ao projeto. A vazão mínima na foz é de 1.850 metros cúbicos por segundo, firme, com 100% de garantia. Essas são expressões de hidrologia que estão no Comitê da Bacia.

Porém, há ainda uma trava de segurança — talvez por isso a leviandade é tão exasperante. A trava de segurança é o IBAMA, que, quando licenciou a Barragem de Xingó, determinou uma vazão mínima, chamada ecológica, abaixo da qual até a geração de energia elétrica fica comprometida. De maneira que, em nenhuma circunstância, qualquer que seja o estresse, a seca, o Rio São Francisco pode chegar, pela licença ambiental concedida pelo IBAMA, com menos de 1.300 metros cúbicos por segundo na foz.

Em 2001, foi a única vez conhecida, em 70 anos — empiricamente observado depois da cascata e simulados por computador antes da cascata de barragens —, o Rio São Francisco passou com menos de 1.100 metros cúbicos por segundo. Em 2001, o Governo, em meio ao “apagão”, autorizou a CHESF, excepcionalmente, a operar com 1.100 metros cúbicos por segundo.

O Sr. Governador João Alves, de Sergipe, disse na OAB que a vazão era de 800 metros cúbicos por segundo. Eu pedi que a fonte fosse citada e ele me disse que aquela era informação de um diretor da CHESF. Isso não é verdade. E, se for verdade, o diretor da CHESF tem de se identificar, porque eu liguei para a CHESF. A CHESF, que integra o Comitê da Bacia do Rio São Francisco, participou dos estudos, deliberou e aprovou o Plano. O Plano foi aprovado por unanimidade no Comitê. Depois, foi levado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Mas uma liminar impediu a reunião deste Conselho. Passados 45 dias, convocamos outra reunião, porque o Judiciário revogou a liminar. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por 36 votos a 2 e 10 abstenções, aprovou o projeto de integração do São Francisco.

Excelências, a atual vazão consumida no rio foi levantada, ou seja, tudo o que se consome no Rio São Francisco, em toda a sua bacia. A fonte é a mesma. O Plano de Bacia, que não foi feito pelo Ministério de Integração, mas pela Agência Nacional de Águas, com a participação do Comitê, foi aprovado por unanimidade após a realização de 18 audiências públicas. Hoje, tudo o que se usa do rio são 91 metros cúbicos por segundo, que se refere à água que se consome, não àquela que eventualmente sai e volta para o rio — é o que os técnicos chamam de uso consuntivo.

O Plano demonstra, portanto, depois dessa seqüência de números, que o rio tem 360 metros cúbicos por segundo de disponibilidade para uso consuntivo. Ou seja, dados esses números, o rio ainda teria disponíveis para consumo 360 metros cúbicos por segundo, pouco importa se dentro ou fora da bacia, na análise do número, *stricto sensu*.

A essa altura da discussão, apresentou-se uma outra crítica. Pessoalmente, considero-a egoística, mas respeitável. A crítica é esta: por que levar água do Rio São Francisco a uma distância de 1.000 quilômetros, para o Rio Grande do Norte produzir camarão, para a Paraíba e o Ceará fazerem irrigação, se nós, a meia légua de distância do rio, na Bahia, temos

800 mil hectares irrigáveis e projetos como Baixio de Irecê e do Rio Salitre, que se arrastam há 11 anos e não se concluem? Ou o Pontal, em Pernambuco, que se arrasta há 9 anos e não se conclui? Enquanto há comunidades a cerca de 40 quilômetros da calha do rio sem abastecimento?

Essa é uma crítica — assumindo pessoalmente a atitude — egoística, mas respeitável. É egoística sob o ponto de vista cristão e poderia ser arbitrada como ilegal à luz da Constituição Federal, mas tem de ser respeitada porque de fato é esquisito. Por que irrigar longe e com custo se pode irrigar cá mais perto? É claro que lá tem uma população que também precisa trabalhar e produzir, são seres humanos, brasileiros, todos merecedores. Mas a crítica é justa, embora de caráter egoístico.

O que fizemos, Excelência? Incorporamos essa crítica ao projeto, que teve sua concepção radicalmente alterada. Mandamos estudar a demanda solicitada à Agência Nacional de Águas para dar outorga ao projeto. Eram 63 metros cúbicos por segundo, incondicionais. O que fizemos? Mandamos especializar estudos para separar, entre esses 63 metros cúbicos por segundo, que era da outorga antiga, a parte que se destinava ao abastecimento d'água das pessoas, que, por qualquer humanismo, qualquer rudimento de cristianismo ou por um mínimo de obediência à Constituição Federal, é de uso prevalecente sobre qualquer outro. Qualquer outro uso será sacrificado se o abastecimento humano for ameaçado. E aí não importa o lugar, não importa o custo, pois o abastecimento, obviamente, é prioritário.

Destes 63 metros cúbicos que era a outorga de transposição, retiramos, como empreendedores, o pedido de outorga da ANA, mandamos refazer os estudos e deixamos separado. Qual é a parte necessária da água para garantir o abastecimento humano? Vinte e seis metros cúbicos. Essa é a nova concepção do projeto. Refizemos o pedido de outorga à ANA pedindo agora 26 metros cúbicos por segundo para responder ao argumento, ainda egoísta, respeitável, de que estaríamos tirando água de um potencial de irrigação da bacia para irrigar longe — está separado, os 26 metros cúbicos são para o abastecimento humano.

Como foi possível fazer isso sem comprometer a concepção de engenharia? Introduzimos uma concepção de desenho institucional, por isso o nome do projeto não é transposição, não é por carga simbólica; esse nome é errado por todos os argumentos. O projeto tem o nome agora de

integração de bacias. Por quê? Porque agora vamos operar, de forma integrada, todo o sistema de recursos hídricos principais do Nordeste. Como? Bombeando o mínimo de segurança, 26 metros cúbicos por segundo, que é o necessário para abastecimento humano, de forma segura e incondicional, o que quer dizer 1,4% da vazão mínima do São Francisco na foz. Se Sobradinho verter, ou seja, se a barragem de Sobradinho encher e sangrar, o Rio São Francisco bota água e provoca cheias, como já botou, de 13 mil metros cúbicos por segundo — houve enchente em Propriá, em Sergipe, no início de 2004. Nesse caso, o projeto transporá até 114 metros por segundo se — e somente se — Sobradinho verter.

Fizemos os estudos de economicidade. Em 40% do tempo, Sobradinho verte. Se integrarmos o sistema e invertermos a tradição de gestão de recursos hídricos, que perde 80% da água, por insegurança... Porque os açudes são administrados assim: como não se sabe se no próximo ano haverá seca, ou nos próximos 2 ou 3 anos, guarda-se o máximo de água agora. Isso significa que com o espelho d'água mais amplo, a evaporação chega a 2 metros por ano e desgraçadamente chove. A chuva pega o açude cheio e, precocemente, verte. Nós estudamos isso. A soma de desperdício por evaporação e vertimento é de 80% da reserva média dos açudes nordestinos.

Com essa inversão, tudo muda. Vamos operar os açudes do destino vazios no máximo, vamos usar a água na ponta, tomando da evaporação, do vertimento, porque eliminaremos a insegurança. Então, não precisa bombear todo o tempo, a não ser os 26 metros cúbicos por segundo, com o que até o Comitê da Bacia está de acordo. Ninguém está contra.

Daí estudamos também as demandas, os números oficiais. Há 3 cenários: um realista, um medianamente otimista e um exageradamente otimista, em que todas as demandas, as que estão em execução, as projetadas, as imaginadas, as desejadas e as mencionadas foram extrapoladas na bacia.

Então, se Minas Gerais sair do Jaíba, 12 mil hectares para 80 mil hectares, conta; se for construído Jequitá I, conta; Jequitá II, conta; se for construído Berizal, conta; se for construído Congonhas, conta; se for feito Salitre, carga plena, conta; se for feito Bacia de Irecê, carga plena, conta; se for feito Pontal, carga plena, conta; se for feito Canal de Sertão do Alagoas, carga plena, conta; se for feito Canal de Xingó, em Sergipe, carga plena, conta. Enfim, todas as idéias em execução, imaginadas, projetadas

ou especuladas, postas em execução, estressando o rio, para fazermos uma simulação, em 2025, estariam usando 262 metros cúbicos por segundo. Levamos 500 anos de história para anotar o uso de 91 metros cúbicos por segundo.

Vamos imaginar que daqui a 20 anos, em 2025, considerando todos esses projetos para melhorar a vida das pessoas — e torço por isso; pretendo colaborar para que isso aconteça —, estaríamos, ainda assim, usando 262 metros cúbicos. Ou seja, em 2025, ainda sobriam 98 metros cúbicos por segundo. O projeto pede 26, seguros. Porque se incidir pico, se Sobradinho verter, não é mais sobre média, não é mais sobre mínimo, e sim sobre máximo. E some-se a isso, para fração de centésimo, o percentual de transposição.

Aqui estão os números oficiais: vazão firme do projeto, 26 metros cúbicos por segundo; vazão máxima, se Sobradinho verter, 114 metros cúbicos por segundo; vazão máxima para Estados do Nordeste Setentrional, 89; e vazão média interanual de 61 metros cúbicos por segundo. São dados oficiais do projeto.

Receberemos com muito respeito e humildade qualquer crítica técnica, honesta, que aponte se estivermos cometendo erros. Não podemos realizar projeto dessa complexidade, cometendo erros crassos, como aponta, infelizmente, certa crítica vulgar e superficial, apesar de a maioria ser honesta e bem-intencionada.

Portanto, dizer que ouviu alguém dizer que a vazão não é essa, que é de 800 metros cúbicos por segundo, é inaceitável — a não ser que seja numa conversa de bar. Se for uma autoridade pública, é inadmissível, sob pena de estar cometendo uma leviandade, além de estar plantando terror entre a população sofrida de Sergipe. Refiro-me à leviana declaração do Governador João Alves.

Aqui estão, Sr. Presidente, para concluir, as alterações sofridas pelo projeto entre 1994 e 2004. A vazão pedida em 1994... Por isso a crítica foi muito importante, por isso a respeitamos. Foi a crítica honesta e bem-intencionada que deu qualidade ao projeto. Os verdadeiros ambientalistas, os políticos republicanos que têm real compromisso com a sociedade melhoraram dramaticamente o projeto, a ponto de podermos dizer, com

segurança, que, ao beneficiar 12 milhões de pessoas, não irá prejudicar sequer um único brasileiro, onde quer que ele viva.

Em 1994, pretendia-se transpor 180 metros cúbicos por segundo. Em 2000, a idéia era transpor 63. Graças à mudança que fizemos — e é uma alteração estrutural na concepção do projeto —, a vazão segura foi reduzida para 26 metros cúbicos, que representa 1,4% da vazão mínima anotada na foz. Os aparelhos que medem a vazão, Deputada Maria Helena, precisam de uma alteração de 5% para acusar. Portanto, não será observável visualmente a consequência desse projeto.

A revitalização do São Francisco em 1994 não existia. Em 2000, como já mencionei, estava previsto um projeto de 2 anos. Hoje, ele consta do PPA, para 20 anos, com consignação estimada de 4,5 bilhões de reais. Os primeiros recursos, 621 milhões de reais, para saneamento básico, já estão contratados em 21 cidades. Os primeiros canteiros de mudas estão contratados e em execução.

A revitalização do Rio das Velhas e a agenda das populações indígenas da Ilha de Assunção, na altura de Cabrobó, já começaram. O Exército brasileiro está lá fazendo projetos de estradas, providenciando o que eles precisam. E estamos pagando os projetos de saneamento básico, coisa que a maioria das Prefeituras não têm.

Vazão para o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte — Pernambuco faz parte da bacia —, Estados situados fora da bacia hidrográfica: 150 metros cúbicos em 1994; 41,5 metros cúbicos em 2000; 20 metros cúbicos em 2004, mais 21,1 se Sobradinho verter.

Uso difuso e social da água, não existia — 12 metros cúbicos por segundo. Agora, com o projeto, 22 metros cúbicos por segundo serão destinados à agricultura familiar, a comunidades pobres, que não irão pagar pela água. Ela será onerosa apenas para usos econômico e urbano.

Ação fundiária não estava prevista. Tal obra, feita no passado, iria supervalorizar terras privadas, consolidando com dinheiro público estruturas fundiárias que privilegiam sociologicamente a oligarquia. Estamos implantando um programa de regularização fundiária para os pequenos produtores e de declaração de utilidade pública de 2,5 quilômetros para cada lado dos canais, com os 50 mil primeiros hectares sendo priorizados pela qualidade dos solos.

Gestão da água não era considerada. Em 2000 havia apenas uma legislação genérica; agora temos a constituição do rio, que é o Plano de Bacia, também feito no nosso Governo, com a participação do Comitê da Bacia.

Aqui está apenas a demonstração do que já falei: as barragens do Nordeste setentrional perdem 80% da potência de água que reservam por evaporação e por vertimento. Qual é a razão disso? Alguma ineficiência? Sim. O projeto, ao onerar a água, vai estabelecer padrões de eficiência e de controle de desperdício. Por exemplo, a cidade de São Paulo perde 40% da água tratada. Isso é tradição no Brasil. Nós, no Nordeste, não podemos tolerar isso. Estamos reduzindo o limite de tolerância para 15% com um programa de conservação de água. A razão substantiva não é desperdício nem ineficiência. A razão substantiva é insegurança hídrica. Guardo muita água porque não sei se o próximo ano será o primeiro de uma seca continuada de 2, 3 anos. E ao guardar muita água, ofereço-a para evaporação e para vertimento quando a chuva vem.

Este aqui é um esquema do projeto. O projeto é basicamente simples sob o ponto de vista de engenharia. Somando são meros 720 quilômetros de canais com 25 metros máximos de largura, 5 metros máximos de profundidade, que vão vencer a aclividade do terreno por estações elevatórias. No eixo norte, ao cair a água, transposto o divisor de águas, haverá recuperação de energia pela introdução de pequenas centrais hidrelétricas — PCHs, e no eixo leste não se recupera energia porque é apenas subindo. São apenas estações elevatórias.

A seqüência de grande esbarramento do Nordeste setentrional que permite esse manejo orgânico e sistêmico da água no Nordeste está pronta. O Presidente Lula concluiu o Castanhão; o Orós foi feito por Juscelino; o Açu, não lembro quem o fez, se não me engano foi o Presidente Sarney; os açudes Boqueirão e Várzea de Souza estão prontos. Enfim, os barramentos estão meio desenhados nestas manchas azuis.

O projeto tem uma virtude extraordinária: pereniza artificialmente mil quilômetros de rios secos no Nordeste. O impacto disso é incalculável. Não é possível oficialmente dizermos que isso vá gerar x riquezas, ou x empregos. Conheço os rios perenizados artificialmente. Os Rios Jaguaribe e Acaraú, no Ceará, foram perenizados artificialmente. Os Rios Pacoti e Choró estão perenizados artificialmente. O Ceará executa essa obra. O

benefício é incalculável para a condição de vida da população, para a saúde pública e para a economia. Isso está previsto em mil quilômetros de rio.

Todas estas bolas correspondem às cidades que estão com abastecimento hoje ameaçado ou em colapso garantido.

O esquema basicamente é o seguinte: uma captação na altura de Cabrobó, do eixo norte, em Itaparica. Quero fazer um comentário sobre isso: a secção do canal é de 25 metros de largura por 5 metros de profundidade. Ele vem, sobe por uma estação elevatória, atravessa eventualmente uma rocha num pequeno túnel — temos alguns trechos muito pequenos disso — e depois desce, tem uma PCH e vai para os rios secos. Esse é o esquema. São 1, 2, 3 elevatórias no eixo norte, duas estações hidrelétricas na recuperação quando cai no eixo norte. O esquema lateral é esse. Ele sobe 180 metros e cai 85.

No eixo leste não há recuperação de energia. São 6 estações elevatórias. Há o açude Poço da Cruz, que vem drenando água para o agreste de Pernambuco e para a Paraíba. Lateralmente ele sobe 300 metros e não cai. É só subindo esse canal.

De novo o esquema de distribuição da água no projeto. O eixo norte sai com 41,3, deixa 7,5 no caminho; Pernambuco fica, portanto, com 20,2 metros cúbicos e atravessa o divisor de águas, que é o limite da bacia. Os 3 Estados — Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte — ficarão com 41,1 metros cúbicos/segundo. No eixo leste, sai do Rio São Francisco 20 metros cúbicos, deixa em Pernambuco mais 7,5, deixa depois em alta altura mais 5,2 metros cúbicos e atravessa para a direção de Campina Grande, mais 7,3 metros cúbicos por segundo.

Apenas como referência, fazemos uma provocação honesta, apenas para demonstrar que, salvo melhor juízo, que receberemos com muito respeito e humildade, esse projeto de integração e transposição de bacias é a mais segura de todas as experiências internacionais que estamos procurando estudar para comparar. Há desastrosas experiências de transposição de bacias no planeta, como há as de transposição que tiveram bastante êxito. Comparando nossa idéia com todas as experiências — posso afirmar que é uma provocação, mas respeitosa, e, salvo melhor juízo, porque estaremos humildemente respeitando quem tiver antagonismo honesto para nos pro-

var que estamos errados —, essa é a transposição mais segura de todas as experiências de transposição que procuramos conhecer no planeta.

Por que razão? As razões podem ser evidenciadas em números e na localização. A vazão transposta pretendida do São Francisco — como demonstrei — é de 1,4% da vazão mínima na foz. É a menor transposição de todas que conheço. Por essa razão já vai ficando a mais segura. Mas há uma outra razão que me dá mais segurança ainda: esta é a única experiência grande que conheço, comparando com as outras, em que os pontos de captação se dão no trecho onde o rio é perenizado artificialmente. Numa captação, o volume depois de Sobradinho — entre Sobradinho e Itaparica —, quem manda é Sobradinho.

Então, a captura da água nesse ponto não altera a vida natural do rio. Se houver uma contradição, quem vai administrar o sistema é uma subsidiária da CHESF. Essa contradição é resolvida dentro da holding. O ponto de captação é onde o rio é artificial. O outro ponto é Itaparica, dentro da barragem. A pessoa não vai tirar água do rio diretamente, mas da barragem. Entre Sobradinho, Itaparica e Cabrobó está o ponto de captação do eixo norte. O eixo leste capta em Itaparica. Portanto, os 2 pontos de captação — o projeto inteiro — captam a água, além de ser uma vazão mínima comparada com qualquer outra, no lugar onde o rio é perenizado artificialmente. Sobradinho abre a torneira para fins de geração de setor elétrico, com a trava de 1,3 mil metros cúbicos de vazão mínima determinada pelo IBAMA, com uma história de 1,85 mil metros cúbicos de vazão mínima e com uma média de 2,85 mil de vazão mínima.

Há 30 dias fui à região. Havia uma ameaça de seca no Nordeste, que se acabou consumando sob o ponto de vista de safra, mas não propriamente de água — 40% abaixo da média. O sistema CHESF estava vertendo 8 mil metros cúbicos na foz. Parecia, assim, uma cruel demonstração do que queremos revelar. Se o projeto estivesse pronto, estaríamos captando esse excedente vertido, guardando nas barragens de cima e ninguém tinha perdido nada. Essa é uma demonstração concreta dada pela natureza.

Para comparar mais perto, já que se tem trazido aqui a história de terror do Rio Colorado, que é uma beleza para os estadunidenses e uma agressão quando atravessa a fronteira dos Estados Unidos com o México, prejudicando os mexicanos e a foz. Não advogo uma solução como essa. Ou citando experimentos como do Rio Nilo. Não sabia que o Nilo tinha

secado. É uma novidade recentemente apresentada no debate da OAB. Não é verdade, pura e simplesmente. Isso é charlatanismo do mais puro, posto em um contexto que pretende e tem que ser sério, ainda que seja para ficar contra, como muitos críticos assim se posicionam, mas os respeito. Agora, charlatão não respeito jamais.

No Brasil temos experimentos que podem ser observados por qualquer curioso ou pessoa preocupada. Por exemplo, o sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro é feito por uma transposição de bacia do Rio Paraíba do Sul. Vazão transposta: 63% da vazão do rio no ponto de captação. Quem quiser vá a São Paulo. O Cantareira é um sistema de transposição de bacia do Rio Piracicaba. No ponto de captação se transpõem 78% da vazão do Rio Piracicaba. O Rio São Francisco, no extremo, usará 2% nos pontos de captação.

É por essa razão que afirmo isso, e o faço para provocá-los, mas com o desejo de que provem que estou errado, para não cometer um erro, pois poderia marcar a minha vida e a do Presidente Lula. Não queremos cometer esse erro. Aqui demonstramos por que essa iniciativa é segura, sólida e, ao fazer benefício extraordinário, não prejudica ninguém.

Talvez esses números sejam mais para expertos. Estudamos a taxa interna de retorno do projeto, que vai a 22%; estudamos a relação custo-benefício, de 1,7%; estudamos a retenção de migração por geração de empregos a 1 milhão de habitantes; o novo modelo de gestão passa a administrar a água como bem econômico, é uma novidade conceitual; a indução do investimento privado pela maior garantia de suprimento de água; o aumento dos investimentos sociais do Estado; benefícios à pequena produção rural na faixa do canal e nas várzeas dos rios; e garantia do suprimento para uso prioritário, mesmo em caso de seca extrema.

Aqui é apenas uma fotografia do ponto de captação em Cabrobó. O rio tem 1 quilômetro de largura. Esse seria um dos rios perenizados. Esse é um rio salgado do Ceará que já tem uma barragem vertedora, subterrânea, que, em consequência, proporciona aquele verde. Nesse local tudo é seco, somente essa barragem subterrânea no leito do rio proporciona esse verde. Aqui é seco novamente. Esse rio passará a ser perene, artificialmente, se o projeto for executado.

Aqui é um exemplo, novamente, de seca, de uma casa de taipa. Onde há várzea irrigável existe um pequeno agricultor que planta no meio da caatinga com aspersores.

Esse é um pequeno agricultor que consegue um pequeno sistema de irrigação. A sua casa demonstra que ele não é rico nem latifundiário, mas está fazendo irrigação.

Aqui está o esquema de gestão. A Agência Nacional de Águas outorga e integra o conselho gestor e apóia a gestão nas bacias receptoras. O Ministério da Integração Nacional é responsável pela construção e é o concessionário. Os Estados receberão, com as empresas gestoras de água — têm de ser constituídas em todos os Estados, menos no Ceará, porque já existe —, contratos, lastreados por um banco, pois essa água será onerosa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severiano Alves) - Sras. e Srs. Deputados, por poucos minutos e por designação da titular, Deputada Maria Helena, tenho a honra de presidir os trabalhos desta audiência pública.

Agradeço ao Ministro Ciro Gomes os esclarecimentos.

Passarei a palavra à autora do requerimento, Deputada Maria Helena, que fará algumas perguntas ao Sr. Ministro. Em seguida, vamos dar cumprimento à lista dos Deputados inscritos que também farão questionamentos acerca do tema.

Com a palavra a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao Sr. Ministro a presença nesta reunião. S.Exa. veio nos prestar esclarecimentos sobre relevante projeto para o Brasil. Cumprimento-o pela brilhante exposição, pela segurança e pelo total conhecimento do assunto, o que nos possibilitou dirimir dúvidas. Temos de aprofundar alguns aspectos, mas, de forma geral, S.Exa. conseguiu dirimir alguns de nossos questionamentos.

Quero, em primeiro lugar, justificar a solicitação de realização desta audiência pública. Todos reconhecemos os aspectos positivos desse projeto, mas ele é bastante polêmico e devemos ter responsabilidade ao participar desse processo, ao apresentar uma solução a respeito da seca no Nor-

deste, principalmente na região do semi-árido, de forma que, por meio de medidas do Governo, possamos reduzir a pobreza e o grave problema da seca no Brasil. Temos de ter responsabilidade também no julgamento das ações do Governo. No caso desse projeto, nada melhor do que o conhecermos profundamente, podermos criticá-lo ou aplaudi-lo. Não podemos fazer esse julgamento senão de forma séria e serena.

Cumprimento V.Exa.

Embora muitas dúvidas que eu tinha tenham sido dirimidas ao longo da exposição de V.Exa., gostaria de saber quais fundamentos levam o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco a continuar divulgando críticas à transposição. Além dos argumentos em que se baseia — a questão do impacto ambiental e a necessidade de levar adiante o plano de revitalização, que ele reivindica seja anterior à execução da transposição em si — há alguma consideração técnica que sustente a posição do Comitê? A idéia de revitalizar o rio paralelamente à execução do projeto de transposição não vai trazer prejuízos ambientais? O Ministério da Integração tem encontrado ressonância, nesse ponto, junto à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente? A busca desse consenso admite a implantação de projetos compensatórios nos Estados doadores?

Obrigada, Ministro.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eminente Deputada, eu é que mais uma vez agradeço o privilégio de ter sido convidado.

Vou ser o mais breve possível. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco é composto de entidades e pessoas ligada à Bacia. E nós, volto a dizer, demos ao Comitê conteúdo real, e entramos num processo de negociação.

O Comitê é presidido pelo Dr. José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente no Governo Fernando Henrique Cardoso e atual Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Devo dizer que é um interlocutor muito respeitável.

O Comitê, se fala por meio de seu Presidente, tem uma posição serena, respeitável e crítica, mas cautelosa; ele não afirma ser contrário.

Tem-se apresentado como porta-voz do Comitê um dos membros da direção, um senhor que se apresenta em todos os embates. Ele diz o que

quer e bem entende. Mas o Comitê tem expressões formais, e por isso fui tão enfático.

O Comitê da Bacia construiu conosco, não com o Ministério da Integração Nacional, apenas acompanhamos, mas com o Governo, ANA e Ministério do Meio Ambiente o Plano de Bacia.

O Comitê fez 18 reuniões de consenso do Plano de Bacia com todos os Estados da Bacia e votou, por unanimidade, a aprovação do Plano, em dois turnos. Na primeira votação, fizeram ressalva quanto a um ponto em que se afirma que o rio pode garantir os 26 metros cúbicos por segundo para abastecimento humano e dessedentação animal.

Não é atribuição do Comitê deliberar sobre o projeto do Rio São Francisco. Foi objeto de deliberação o Plano de Bacia, os critérios de outorga, a hierarquia, os usos, dentro ou fora.

Na segunda votação, o Comitê, por unanimidade, aprovou os 26 metros cúbicos para uso fora da Bacia, embora tivesse extrapolado, porque deveria limitar-se a deliberar sobre os critérios de uso: 26 metros cúbicos de água para abastecimento humano e dessedentação animal. Aprovou, mas fez duas ressalvas. Primeira: que se demonstre a necessidade da água — acreditamos estar fazendo isso. Segunda: que se faça o projeto de revitalização — temos esse compromisso.

Defender a revitalização antes da transposição é ou um ato ingênuo de quem, sendo verdadeiramente a favor da revitalização, não sabe o que ela é na prática ou um ato de malícia de quem, tendo vergonha de negar socorro a milhões de pessoas que precisam da água, se refugia no argumento de que tudo está bem, mas primeiro é preciso fazer a revitalização. Esses sabem o que é revitalização.

Eminente Deputada, se fizermos tudo direito, vai demorar uns 20 anos para fazer a revitalização. A extensão do rio é de 2 mil e 700 quilômetros. Como estamos trabalhando na Bacia do São Francisco, devemos repor a mata ciliar numa área de pelo menos duas vezes 2 mil e 700 quilômetros. E considere-se que hoje, em Minas Gerais, para extrair ferro gusa para a siderurgia, destrói-se o resto de mata ciliar que ali existe. Isso nas barbas do meu estimado amigo, o respeitável Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais e Presidente do Comitê da Bacia. A imprensa, daqui a pouco, vai ver-me plantando mata

ciliar e, mais à frente, alguém cortando, porque quem tem poder de polícia para impedir isso é o órgão ambiental de Minas Gerais.

Temos de mudar a legislação. Temos de ver como fazer esse policiamento. Temos de fazer projetos de engenharia de saneamento básico em 250 Municípios de pequeno, médio e grande porte: redes coletoras, redes distribuidoras, estação de tratamento. Isso custa bilhões de reais. E ainda precisamos desassorear o rio.

Entre Potiragua e Juazeiro está sendo restaurada a navegação. Mediante convênio com o Governo da Bahia, financiamos a compra de um barco que tem um batímetro, porque o rio vai mudando, vai depositando sedimento aqui, cavando um talvegue ali. Esse barquinho, fruto de uma boa idéia do Governador Paulo Souto, ainda que precariamente, vai dia e noite levando os comboios, guiado por esse batímetro. Imaginem V.Exas. que vamos ter de mapear todos os bancos de areia, fazer a dragagem desses bancos, instalar muros de contenção — os primeiros começarão a ser feitos em Sergipe, nos projetos de irrigação malucos que se fez lá, em que se bombeia a água no verão para irrigar e bombeia-se a água de dentro para fora do projeto, quando está chovendo, a um custo impagável. Essas foram as loucuras que se fez ante o silêncio de alguns que hoje se apresentam como amigos do Rio São Francisco.

Hoje, como disse, estão destruindo mata ciliar nas barbas do órgão ambiental de Minas Gerais. Vou plantar, em parceria com o Governo de Minas Gerais, os dois primeiros canteiros de muda — já estão em execução; cada um vai produzir 200 mil mudas por ano — e depois vou disseminá-los. Esses canteiros vão também gerar renda para os ribeirinhos.

Também está em execução, em Sergipe e Alagoas, projeto de piscicultura que visa estabelecer alternativa de renda à população. São tanques-rede. Estamos substituindo a irrigação, que é inviável, por essa atividade econômica cujo sucesso é visível. Isso já começou, mas vai levar 20 anos para se fazer a sério.

Por isso, sou a favor de uma iniciativa parlamentar, para vigorar por um período de 10 anos, que determina a vinculação de 0,3% da receita pública ao plano de revitalização do São Francisco. Não há consenso no Governo quanto a isso, mas eu disse ao Presidente da República que tenho compromisso com essa tese e vou defendê-la dentro e fora do Congresso.

Trata-se de uma emenda à Constituição. Portanto, não caberá sanção ou veto presidencial, se eventual discordância tivermos com a área da Fazenda.

Sou a favor. Luto por isso, mas não posso aceitar essa cabotina argumentação de primeiro revitalizar para depois fazer a transposição. A água já está faltando hoje.

A respeito dos projetos compensatórios, estamos com a agenda de todos os Governos estaduais, como mencionei aqui. Sergipe, por exemplo, está oficialmente pedindo o Canal de Xingó, mas tem também o Projeto Jacaré-Curitiba. O Jacaré-Curitiba está em execução e ainda estamos concluindo os estudos de viabilização do Projeto Xingó.

Pernambuco pediu uma adaptação no projeto: em vez de fazer o canal do sertão pernambucano subindo praticamente em paralelo ao canal do eixo norte, fazer um dreno em algum ponto do eixo norte que já foi plotado, para essa água descer. Estamos fazendo.

A Bahia tem uma agenda em que são mencionados os projetos Salitre e Baixio de Irecê — vou entrar nisso imediatamente. O Rio Salitrinho, afluente do Rio São Francisco, foi destruído por esses projetos de irrigação. Morreu, e ninguém fez nada. Estamos revitalizando o Rio Salitrinho. Esse afluente está dentro dos projetos Salitre e Baixio de Irecê.

O Projeto Pontal, em Pernambuco, também é uma reivindicação. Estamos fazendo. O canal do sertão de Alagoas é pedido também.

Minas Gerais está pedindo as barragens de Congonhas, Berizal, Jequitáí I e II. Acabamos de assinar convênio com o Governo. Essas barragens já podiam ter sido iniciadas. Elas estão pendentes de licença do órgão ambiental de Minas Gerais, mas a nossa intenção é fazer essa agenda compensatória. A agenda da revitalização é incondicional: impõe que se faça.

Quero advertir aqueles que sinceramente estão preocupados com a revitalização: esta é a primeira vez na história brasileira que a agenda do Rio São Francisco, a sua revitalização, tomou centralidade na agenda nacional. Quero advertir que aqueles que lutam às vezes incautamente para inviabilizar esse projeto poderão estar inviabilizando a revitalização do rio.

Deputada, infelizmente, rio destruído no Brasil não falta. Cito 3 aqui: Rio Pinheiros, que corre dentro de São Paulo; Rio Tietê, que também

corre dentro de São Paulo; e Rio Paraíba do Sul, que corre dentro do Rio de Janeiro. Estão profundamente degradados. E V.Exa. sabe o que tem acontecido em alguns trechos dos rios da Amazônia e em alguns trechos dos rios do Pantanal.

A revitalização do Rio São Francisco está na agenda central do País e tem o compromisso do Presidente da República. S.Exa. não precisa de assessoramento, conhece o assunto. Disso quero advertir quem honestamente está preocupado com a revitalização do rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severiano Alves) - Antes de devolver a Presidência à Deputada Maria Helena, desejo propor a divisão dos 11 inscritos em três blocos ou então em dois blocos, um com 5 e outro com 6 Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severiano Alves) - Um momento, a Deputada Maria Helena vai assumir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Peço aos Deputados inscritos que falem estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Terá o Sr. Ministro igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Vamos continuar os debates.

Com a palavra o Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sra. Presidenta, parabênizo V.Exa., pela iniciativa de trazer o Ministro a este debate, e o Ministro, pelo comparecimento à reunião. Cumprimento os demais Deputados e Deputadas.

Não sou aliado do Governador João Alves Filho, do Estado de Sergipe; pelo contrário, fiz campanha com o ex-Senador José Eduardo Dutra. Do outro lado do palanque estava o Ministro Ciro Gomes apoiado pelo Governador João Alves Filho.

Tenho ouvido, não só do Governador João Alves Filho como dos Governadores Paulo Souto e Aécio Neves, as mesmas argumentações: há pressa na execução desse projeto e eles não foram chamados pelo Governo para debater essa matéria tão relevante para o Nordeste e todo o País. Aliás, atualmente, o problema da água é de interesse mundial.

O Ministro Ciro Gomes falou hoje em leviandade e charlatanismo quando se referiu às argumentações do Governador João Alves. Deveria ter dito isso durante o último debate, segunda-feira, na OAB, ao qual o Governador João Alves estava presente. Aquela era a oportunidade de o Ministro fazer tal declaração.

Eu, que sou muito curioso, estudei o plano de governo do Ministro Ciro Gomes e o plano hídrico, contido em seu projeto de campanha, feito pelo então Governador de Sergipe João Alves Filho. Espantam-me agora todas essas argumentações.

Estive no palanque com o Presidente Lula, na qualidade de aliado seu de campanha. Mas muito antes, quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso quis fazer esse projeto, o Presidente Lula já dizia — tenho gravado, não é fita picotada, como quis dizer o Ministro no debate da OAB; pedi que reproduzissem, mas não é permitido e eu respeito — que se trata de uma obra que visa encher os bolsos dos empreiteiros, financiar campanhas políticas, levar água para os latifundiários do Nordeste e para os cultivadores de camarão do Rio Grande do Norte. São palavras do Presidente Lula amplamente divulgadas pela imprensa nacional.

Sr. Ministro, logo de cara refutamos o projeto. Nós, do Estado do Sergipe, não somos contra que se leve água aos necessitados. Não se trata de um projeto demagogo nem se pretende com ele fazer mise-en-scène, mas é visível que o Rio São Francisco sofre há muitos anos uma degradação. Sua foz encontra-se extremamente assoreada. O rio perdeu sua vazão, em virtude também da construção de hidrelétricas.

Estive na reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e vi que esse projeto não foi aprovado pelo Comitê. Tivemos o cuidado de apenas registrar no relatório que o projeto poderia ser viável para abastecimento humano e dessedentação animal. Mas não é esse o objetivo do projeto.

Sra. Presidenta, qualquer pessoa, por menos que raciocine, sabe que o Governo não fará uma obra que envolva 127 metros cúbicos de água por segundo para dela tirar apenas 26 metros cúbicos. Seria como construir um prédio de 127 andares e nele colocar para morar apenas 26 famílias ou como se o Ministério da Integração Nacional comprasse 127 carros para usar apenas 26.

É preciso saber se o Presidente Lula modificou totalmente seu pensamento. Não sei o que está acontecendo.

Portanto, não é verdadeira a afirmação de que serão usados apenas 26 metros cúbicos de água. Esse dado é refutado pelo Presidente do Comitê, José Carlos Carvalho, e pelo Congresso Nacional.

Particpei de debates com José Carlos em reunião promovida pela Comissão que estuda a matéria e ele deixou clara sua posição.

Num debate democrático, temos de aceitar o contraditório e estar abertos.

A China discutiu durante 50 anos a transposição. Por que o Governo não traz a matéria para ser debatida no Congresso Nacional?

O Governo se antecipou, preparou e deu início à licitação para compra de bombas. Aliás, por isso, o Tribunal de Contas da União já notificou o Ministro — tenho cópia da representação e da decisão do Tribunal de Contas, mostrando que a compra das bombas faz parte do projeto de transposição.

Na realidade, não só esse mas vários precisam ser refutados. A própria licença do IBAMA, que só saiu na semana passada, impõe várias condições.

Não é possível que todos os que tenham argumentos contrários aos do Ministro sejam colocados sob suspeição, como se estivessem usando de má-fé, querendo fazer terrorismo.

V.Exas. precisavam ver com que ênfase o Presidente Lula, em Sergipe, dizia que essa era uma obra dos empreiteiros. Aliás, no debate da OAB, o Senador Antonio Carlos Magalhães, na presença do Ministro, disse que as empreiteiras estavam ávidas por esse projeto.

Muitos pontos há que se discutir, do ponto de vista ambiental e econômico. Várias cidades foram construídas às margens do Rio São Francisco, onde não é preciso fazer obra nem canal para levar água, mas o povo está morrendo de sede.

O discurso do Ministro, na sua essência, é verdadeiro: existe a indústria da seca, o coronelismo da seca no Nordeste. Sabemos disso. Mas o remédio que querem aplicar nesse processo é totalmente contraditório,

polêmico e precisa ser submetido a ampla discussão dentro do Congresso Nacional e com a sociedade, por meio de plebiscito. Apresentei a proposta de plebiscito, como o fez também o Deputado Luiz Carreira, da Bahia.

Sr. Ministro, lamento, mas acompanho a vida nacional e vi várias propagandas sobre o assunto. Até pensei que o problema da falta de água no Ceará tivesse sido resolvido. Vocês governam lá há 20 anos — são 20 anos, entre Tasso, Ciro e Lúcio Alcântara — e ainda não conseguiram resolver o problema da falta de água!

No Ceará, a água não se destina ao consumo humano; destina-se ao plantio em várias áreas, para, como dizia Lula, produzir melão e para vender a hotéis dos Estados Unidos e da Europa. Os latifundiários serão beneficiados. E quem quer essa obra-prima?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o nobre Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA - Sra. Presidenta, primeiramente cumprimento a Comissão por realizar esta audiência pública. Saúdo os demais companheiros. Cumprimento o Exmo. Sr. Ministro Ciro Gomes pela veemência com que defende esse projeto tão importante para nosso País e para a Região Nordeste.

Sou um Parlamentar da Amazônia, mas tive o privilégio de nascer na Paraíba e sei quanto anseia o Nordestino por projeto dessa magnitude.

Apesar das críticas, o projeto foi sendo aperfeiçoado durante o seu trajeto. Foram incluídas a revitalização, que não existia, as medidas compensatórias, que têm seus custos, e a previsão do saneamento, como disse o Ministro. Com certeza, esse projeto não está distante daquele pensado na época de D. Pedro II, porém está adequado à nova realidade brasileira, principalmente quanto ao aspecto ambiental.

Fico muito feliz por participar deste evento, por ouvir as justificativas e as dúvidas aqui sanadas.

Desejo fazer perguntas específicas, Sr. Ministro. Fora o custo da revitalização — que, conforme seu cronograma, é de 4,5 bilhões de reais, num prazo de 20 anos —, qual o custo efetivo da obra, da transposição principalmente? Que cronograma está sendo traçado? Há transposição,

efetivamente? No que se refere à execução e ao custo, o cronograma de V.Exa. menciona uma taxa de retorno de 22%. Mas qual a base desse custo? Trata-se do conjunto todo, com as medidas compensatórias, a revitalização e o universo da execução?

Sem mais, parabenizo V.Exa., Sr. Ministro, pela iniciativa e pela veemência. Gostaria de tê-lo como advogado do Projeto Madeira, na nossa Rondônia e no Acre, importante para a geração de energia, para navegação, para geração de emprego e renda na região. E gostaria de ouvir V.Exa. sobre esses meus questionamentos.

Parabéns e muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o Deputado Inácio Arruda.

O SR. DEPUTADO INÁCIO ARRUDA - Sra. Presidenta, Deputada Maria Helena, parabenizo a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional pela iniciativa.

Meus parabéns ao Sr. Ministro pela brilhante exposição. S.Exa. tem-se manifestado Brasil afora e tem sido muito bem recebida sua apresentação.

Sou daqueles que, entre 1964 e 1965, estavam na Igreja, num seminário franciscano no Otávio Bonfim, grudado na parede. Fui levado ali pelo meu pai, um católico fervoroso, mas o que ele queria entender é como Paulo Afonso iria chegar à praça do Otávio Bonfim, em Fortaleza.

Estava ali o Governador, o Presidente da República, e chegou Paulo Afonso. Chegou pela energia elétrica gerada pelo rio, que gera royalties para vários Estados e para vários Municípios. Talvez deveríamos ter colocado ali uma cláusula que dissesse que 100% dos royalties teriam de ser utilizados para garantir a revitalização permanente desse manancial fabuloso do nosso País que é o Rio São Francisco.

Precisamos compreender isso. A batalha é de 158 anos. Em 1847, o Deputado Macedo, filho de Crato, no Ceará, defendia junto ao Imperador a integração dessas bacias do São Francisco, no Nordeste Setentrional.

Não há pouco debate, não falta discussão. No Governo anterior, discutimos exaustivamente, mas faltou coragem, Sra. Presidenta, àquele Governo para dizer: “Nós vamos discutir abertamente com a sociedade,

ouvir as críticas, examiná-las, reconhecê-las, absorver as justas e corretas e construir essa importante obra para o Nordeste Setentrional”.

Lula chega ao Governo, recebe essa obra e diz: “Vamos ouvir a sociedade, vamos ouvir o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais. Vamos ouvir todos e alterar o projeto, se for preciso”. E alterou o projeto, teve a coragem de mudar o projeto. Eu acho que não há mais abertura. Alterou.

Se fez aquele discurso em Sergipe, Deputado, estava errado. Esse discurso estava errado. No Ceará, S.Exa. não fez; lá S.Exa. defendeu. Pelo que sei, talvez V.Exa. estivesse num comício diferente, porque sempre discuti muito com Lula. Quando ia ao Ceará, discutíamos com Lula, candidato a Presidente da República, e sempre apontávamos essa questão como fundamental para S.Exa.

Eu e Pimentel participamos de uma Comissão Especial para tratar desse assunto no Governo anterior e o discutimos intensamente com o candidato a Presidente da República, mostrando a importância dessa obra para a região do Nordeste Setentrional.

O assunto foi amplamente debatido. Os impactos para a nossa região são positivos. Todos são 100% positivos. E mais: há o fato concreto de ter sido artificializado o rio, de Sobradinho até a sua foz. Pelo amor de Deus! A vazão média era muitíssimas vezes inferior. O que chegava ao Atlântico era muitíssimas vezes inferior. Opor-se é um absurdo, uma estupidez, uma insensatez, é uma forma de dizer: “Eu sou contra porque sou contra e acabou”. Sinceramente, isso não é possível, companheiros! Ser contra porque se é contra sempre, não é possível manter essa posição, companheiros. Dizer, em Minas ou na Bahia...

O SR. DEPUTADO INÁCIO ARRUDA - Não, lá não existe isso. V.Exa. é que fazia propaganda desse jeito contra o PCdoB. O PCdoB nunca teve esse pensamento que V.Exa. tem; eram os ditadores, no Brasil, que tinham o pensamento de V.Exa.

Dizer, na Bahia ou em Minas Gerais, depois que a água já deixou esses Estados e vai bater no meio do mar, que temos de impedir a transposição e só fazê-la depois da revitalização. Se não for feita revitalização nenhuma, essa água continuará indo para o mar. Se for feita a revitalização,

ela também continuará indo para o mar. Sinceramente, vamos deixar de brincadeira.

Querem opor-se à obra porque ela vai ser conduzida por um Presidente popular, democrático, aberto, que não tem a mídia nacional a seu favor. Por isso querem impedir a obra? Apenas para fazer oposição política? Sinceramente, isso é contaminar uma obra importantíssima para a nossa Região com um debate meramente político e eleitoral, rasteiro, menor. Isso não ajuda a Região Nordeste nem o País a crescerem e se desenvolverem.

Com as alterações que o projeto sofreu, sinceramente, não se pode admitir as posições que têm sido levadas a público, às vezes à base da chacota, de brincadeiras grosseiras. Assim não pode ser conduzido o debate nem no Parlamento nem em nenhum fórum. Temos de agir com sinceridade. Os números são exemplares.

Deixo para registro e reflexão do Ministro e de todos nós: vamos tirar água, Ministro Ciro Gomes, entre Sobradinho e Itaparica. Qual é a dificuldade? Onde ela está? É uma água que nos vai beneficiar.

Fui Oposição aos Governos de Ciro Gomes e de Tasso Jereissati e agora sou Oposição ao Governo de Lúcio Alcântara, mas, sinceramente, em termos de gestão hídrica, são poucos os Estados comparáveis ao Ceará. Portanto, temos de dar nosso testemunho: ali foi feito um trabalho correto. Isso é suficiente para nós, é suficiente para o Rio Grande do Norte, para a Paraíba e para o Piauí, que também precisa de água? Não. É preciso ter mais água para consumo humano na nossa região.

Precisamos ter um grau de sinceridade e abertura muito grande, para não fazermos uma oposição só de brincadeira, meramente eleitoral, em relação ao projeto de interligação de bacia do São Francisco com nossa região.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Registro a presença nesta audiência pública do Sr. Marcelo Déda, Prefeito de Aracaju.

O SR. DEPUTADO INÁCIO ARRUDA - Registro também, Sra. Presidenta, que esteve aqui conosco a Associação de Jovens Empresários do Estado do Ceará.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Obrigada.

Com a palavra o Deputado Marcondes Gadelha, último inscrito deste bloco.

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA - Sra. Presidenta, Sr. Ministro, quero louvar a determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na condução desse projeto.

O Presidente alia à sua visão de Chefe de Estado o estigma do reticante que viu a sua família desfeita pelos descaminhos da seca.

Sr. Ministro, acho que Lula já tem um lugar reservado na história, no reconhecimento de gerações e gerações da Região Nordeste Setentrional. Toda palavra será pequena agora para lhe agradecer pela imensidão do seu gesto.

Sr. Ministro, V.Exa. também é digno da nossa admiração, pela coragem e firmeza demonstradas, pelo conhecimento de causa, pela maneira despojada como tem defendido esse projeto e lhe tem feito apologia.

Só quem não precisa de água não compreende o alcance dessa proposta. A Paraíba tem uma taxa de crescimento demográfico de 0,6% ao ano. Quem olha para esse número pensa que estamos na Alemanha, na Suíça ou em um desses santuários da civilização pós-industrial. Mas a Paraíba parou de crescer, sendo que, em 85 Municípios, diminuiu a população, não cresceu sequer os 0,6%. A razão disso está na migração.

Muita gente pensa que o cearense é o brasileiro que mais migra. No entanto, afirmo que é o paraibano. A Paraíba tem um milhão de habitantes vivendo fora de seu território, ou seja, 33% da população.

Sr. Ministro, não tenho dúvida em estabelecer uma correlação entre a migração, principalmente do elemento jovem, fecundo, capaz, e a escassez de água com que nos deparamos secularmente.

V.Exa. brindou esta Casa com uma bela exposição, mas gostaria que ela tivesse sido apresentada também nos Estados ribeirinhos. Infelizmente, não foi possível levar até eles essa discussão, por conta de impedimentos legais ou ilegais apresentados ao exercício do contraditório.

O que V.Exa. e todos que defendem esse projeto queriam era que dele a população tomasse conhecimento, porque temos absoluta convicção de que quem passa a conhecer aqueles números não pode ficar contra esse projeto de transposição.

Infelizmente, os que reclamam contra a pressa impediram o debate até aqui. Não vou lembrar que temos 150 anos de discussão dessa matéria. Só na fase recente, a partir do Ministro Mário Andreazza para cá, são mais de 30 anos de discussão dessa matéria. Passamos por diversos governos e por análises de toda natureza.

Os chineses têm um projeto muito mais abrangente que o nosso. Perdo do projeto de transposição do Rio Yang-Tsé, esse nosso é brincadeira de criança. Estamos falando em transpor 26 metros cúbicos de água por segundo ou 61 metros cúbicos de água por segundo, ou o que seja, quando houver vertimento. Os chineses estão fazendo uma transposição de 1.600 metros cúbicos de água por segundo, do Rio Yang-Tsé para a bacia do Rio Amarelo. Aqui, o custo é 4,5 bilhões de reais; lá, de 62 bilhões de dólares. No entanto, os chineses começaram sua discussão 20 anos atrás e já estão com a obra em andamento, com quase um terço dela concluída, e nós aqui ainda reclamamos pressa na discussão da matéria.

Surpreende-me que a radicalização maior nessa matéria parta do Estado de Sergipe, pelo qual tenho um carinho muito especial. Mas a estranheza maior é porque Sergipe, apesar de ser o menor Estado da Bacia do São Francisco, é o que recebe mais água e, proporcionalmente, o que tem maior provisionamento de água, não apenas na bacia mas em todo o Nordeste.

Vejam bem: Sergipe contribui com apenas 0,4% na formação do Rio São Francisco, no entanto, dispõe da totalidade das águas do São Francisco, o que não acontece com Minas Gerais, Bahia ou Pernambuco. São águas totalmente descomprometidas, porque já passaram pela última hidrelétrica, a de Xingó. São 2.850 metros cúbicos por segundo, em média, mas vamos utilizar apenas a vazão firme, mínima, garantida, com 100%, na pior seca que poderia acontecer, que é de 1.850 metros cúbicos por segundo.

Digo que não há como Sergipe consumir 10% dessa água. Aliás, digo mais: se Sergipe tirar 10% dessa água que corre ao largo da sua fronteira, acontecerá uma tsunami em Sergipe, que cobrirá o Estado com uma lâmina d'água, tornando a vida simplesmente impossível.

Aracaju utiliza apenas 2 metros cúbicos de água por segundo. Estou dizendo que passam 1.850 metros cúbicos por segundo de água por Sergi-

pe, na pior situação que acontecer. O maior projeto de irrigação de Sergipe é o Platô de Neópolis, que tem 15 mil hectares e utiliza apenas 7 metros cúbicos de água por segundo.

Todas as cidades e povoados de Sergipe com mais de 100 casas já estão ligados com o Rio São Francisco, e o consumo é de cerca de 3 metros cúbicos de água por segundo. É impossível Sergipe utilizar 10% das águas que correm ao largo da sua fronteira.

Tem mais: apenas metade de Sergipe está no semi-árido. É um Estado pequeno, com 21 mil quilômetros quadrados, dos quais apenas a metade está dentro do semi-árido, o restante é extremamente pluvioso e dispõe de rios perenes, importantes e grandes, como o Rio Vaza-Barris, o Rio Cotinguiba, o Rio Sergipe e o Rio Real.

Então, é um Estado extremamente bem aquinhado de água, por isso a minha incompreensão. Por que o radicalismo maior está se incrustando no Estado de Sergipe?

Mesmo em Estados como Minas Gerais pesquisa de opinião pública já mostra uma mudança: a população é favorável. Algumas ONGs orientam contra o projeto, mas a população já o apóia. Na Bahia, há mudanças também importantes. Em Sergipe há essa situação.

Deveríamos encontrar meios e modos de debater esse projeto com a população de Sergipe. Não podemos circunscrever o debate apenas à representação política e deixar o cidadão sem ter acesso ao conhecimento dessa matéria.

Ministro, antes de encerrar, apenas quero perguntar, porque tenho sido solicitado em várias reuniões: é possível ainda mudar alguma coisa para incorporar algumas regiões, como o Vale do Pajeú, que pede uma derivação para o Rio Pajeú? A região do Santa Cruz do Capiberibe, em Pernambuco, que pede uma ligação com o Rio Capiberibe? A região do Vale do Piancó, na Paraíba, que pede uma ligação do projeto? Isso é possível agora ou no futuro será possível? De que maneira, V.Exa. vê esse problema?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Antes de passar a palavra ao nobre Ministro Ciro Gomes, nosso expositor, quero agradecer e registrar a presença do Prefeito do Município de Itaú, no Rio Grande do Norte, Sr. Edson Melo.

Com a palavra o Ministro Ciro Gomes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Como houve outras inscrições, vamos fazer 3 blocos com 4 Parlamentares.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eminente Deputado João Fontes, é a segunda vez esta semana que tenho o privilégio de debater com V.Exa. Tudo o que desejo é fazer um debate em Sergipe, para que aquela população tenha oportunidade de formar juízo crítico sobre charlatanismo e seriedade. E eu disse isso na presença do Governador João Alves, não por desafeição, apenas porque tenho a responsabilidade de executar esse projeto, por delegação do Presidente da República. Quero discuti-lo de boa-fé — V.Exa. dará testemunho disso. Quantas vezes eu tenho aceito discutir, e quero aceitar todas as vezes, porque é meu dever funcional.

Mas eu tenho pudor também, como disse na OAB. Não posso aceitar insinuações sem repelir, e repelir muito fortemente, tais como: empreiteira. Isso é um perigo, eminente Deputado. Seria a negação da vida pública. Claro que eu sei que no Brasil há histórias muito escabrosas. Nenhuma delas me envolve, nenhuma delas envolve o Presidente Lula. Já não o direi de outros. De promiscuidade com empreiteiras eu não tenho nenhum precedente. É bom que eu esteja sempre, permanentemente, vigiado, como eu quero, transparentemente.

A propósito, quero dizer a V.Exa. que não recebi qualquer notificação do Tribunal de Contas. Envio cada edital — só para esclarecimento, porque isso está no campo moral — antes para o Tribunal de Contas, por dever de ofício, por zelo, por transparência, por austeridade; não é uma exigência legal. E as bombas para projeto dessa natureza não existem em prateleiras. Elas são encomendadas, são construídas com cláusulas de nacionalização que nós incluímos, sob especificação. E porque são assim encomendadas, demoram entre 15 e 20 meses para serem construídas.

Portanto, eu precisava antecipar tão-somente o processo licitatório das bombas, com uma cláusula no edital de que a sua contratação só ocorreria em caso de autorização plena, ambiental ou qualquer outra, por parte dos órgãos próprios. O Tribunal de Contas concordou.

Não há qualquer representação. A representação que existe fui eu que pedi ao Tribunal de Contas. O que há é uma representação de um Deputado do PSDB de São Paulo que tentou me processar por crime ambiental

porque mandei publicar os editais de licitação das bombas, e o Ministério Público Federal mandou arquivar. Evidentemente, eu não cometi crime algum por publicar um edital, muito menos crime de natureza ambiental.

Mais uma vez V.Exa. perdeu a oportunidade de nos ajudar a esclarecer a razão por que esse projeto não deve ser feito. Se V.Exa. bem reparar — eu anotei aqui —, há o argumento de que não houve audiência aos Governadores. Eu já disse e vou repetir: o Presidente da República destacou o Vice-Presidente da República, a maior autoridade executiva depois de S.Exa., para percorrer os Estados da bacia doadora e receptora para discutir o Projeto São Francisco. Pessoalmente, já discuti esse projeto muitas vezes com o Governador Aécio Neves — os senhores precisam saber, sou íntimo amigo dele.

O Governador Paulo Souto me concedeu o privilégio de me conferir o seu voto, assim como o Governador João Alves, para a Presidência da República. O Senador Antonio Carlos Magalhães, eu sou absolutamente amigo dele e respeito sua posição. O único de todos os Governadores. O Governador de Alagoas tem outra posição, da mesma forma o de Pernambuco e o Governador Paulo Souto. Podem ser contra. É direito de qualquer um ser contra. Mas o Governador Paulo Souto é muito lúcido, muito sério, muito competente. Ele lança uma crítica serena, sóbria e capaz. Ele diz: tudo bem com o projeto se, primeiro, for demonstrada a necessidade da água lá em cima; segundo, se for demonstrada a capacidade da oferta aqui; terceiro, se a água for para uso econômico, o projeto não deve ser implantado sem que antes se levante todo o potencial econômico da bacia doadora.

Essa é uma crítica séria, essa é uma crítica competente. Ou nós a respondemos ou estaremos encalacrados.

O Governador Aécio Neves sabe que o ponto de tomada, Sobradinho — como o eminente Deputado Inácio Arruda referiu — está a 1.800 quilômetros de Belo Horizonte. Ele está preocupado com a revitalização do rio porque 75% das suas águas vêm de Minas Gerais. Ele sabe que a nossa preocupação é sincera e que temos trabalhado, porque em todos os projetos, como não somos Executivo, tenho feito em parceria com o Governador Aécio Neves.

Dez dias atrás, mediante convênios, repassei para ele as Barragens de Jequitaiá I e Jequitaiá II, ante generosas menções de gratidão e de elogio.

A opinião pública de Minas Gerais é a favor. O Governador do Estado de Alagoas era contra, mas abriu sua inteligência para estudar o assunto e mudou de opinião, como fazem as pessoas inteligentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Deputado João Fontes, V.Exa. terá direito à réplica.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eu não sei que juízo V.Exa. faz de mim, mas V.Exa. é muito leviano.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Leviano é V.Exa.!

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - V.Exa. é muito leviano.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - V.Exa. que é leviano.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Não, V.Exa. não tem direito de fazer insinuações contra a minha dignidade, e não fará, porque V.Exa. está obrigado pelo Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Deputado João Fontes, V.Exa. terá direito à réplica. Posteriormente, V.Exa. terá direito a fazer uso da palavra.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - V.Exa. não pode fazer insinuações morais à minha pessoa sem ouvir resposta — e não fará, não fará.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu fui citado.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Não foi citado, não. V.Exa. fez uma insinuação moral acerca da minha pessoa, e V.Exa. não fará nem aqui, nem em outro lugar. Aqui V.Exa. não fará porque V.Exa. me deve respeito e cortesia pelo Regimento Interno da Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - V.Exa. deve a mim também.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eu não fiz nada que não fosse repudiar sua insinuação, que eu não vou aceitar. Eu sou sério.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu sou também.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eu não estou dizendo o oposto, mas V.Exa. não pode fazer insinuação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Eu pediria, Deputado João Fontes, que V.Exa. aguardasse o momento adequado, porque vou lhe passar a palavra para a réplica.

(Não identificado) - Deveríamos seguir normalmente, com o Ministro Ciro Gomes, com toda a serenidade, respondendo aos Parlamentares.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eu estou sereno, Sr. Deputado. Mas V.Exa., que também é um homem digno, não aceitaria insinuações contra a sua dignidade sem repeli-las.

(Não identificado) - Com certeza.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eu não posso aceitar, por exemplo, que se diga que esse projeto tenha a intenção de encher o bolso de empreiteiras. Não aceito. Repilo a leviana informação. O projeto merece todas as críticas. Estou aqui para, humilde e respeitosamente, tentar respondê-las, se for capaz. Insinuação não aceitarei nenhuma, nem aqui nem em nenhum outro contexto.

O eminente Deputado Miguel de Souza pergunta sobre o custo da obra. O custo do conjunto de todas as intervenções da obra é de 4 bilhões e 500 milhões de reais. A estimativa do projeto de revitalização — é apenas uma estimativa — ainda está em 4,5 bilhões. Mas não é projeto ainda, porque, como eu disse, não há projeto. Não havia, mas agora o estamos montando.

Já temos o projeto de reposição de matas ciliares e o projeto de saneamento está sendo montado. Já fizemos a coleção de projetos executivos que existem, e temos preferência no Conselho Monetário Nacional para crédito do FGTS. Os outros projetos estão sendo financiados por nós. Estamos pagando projetos para os colocar na linha de financiamento.

O cronograma imaginado de execução da obra é muito simples. Para quem tem um mínimo de vivência, é muito simples. Os canais não têm mistério nenhum: é obra de escavação, terraplanagem e revestimento. As estações elevatórias são edifícios simplórios, cúbicos, de concreto e com bombas que são encomendadas. Do ponto de vista de engenharia, não há mistério. O cronograma de execução é de 24 meses.

O eminente Deputado Inácio Arruda falou de sua experiência. Agradeço a S.Exa. a menção nobre que fez, ele que sempre qualificou meu Governo com sua crítica e sua oposição.

No caso do Ceará, outra insinuação feita por prazer, mas errada — o meu projeto de Presidência da República —, se foi feito pelo Governador João Alves: diz-se que eu executaria o projeto de integração de bacias em 2 4 meses. Isso está dito no meu projeto de candidato à Presidência da República. Aliás, eu pretendia executá-lo em um ano, porque é perfeitamente possível.

O Ceará, de todos os Estados do Nordeste Setentrional, é o menos vulnerável. Nós, cearenses, temos nos sacrificado muito. Está em execução projeto que hoje tem potencial de reservação de 17 bilhões de metros cúbicos. Nenhum outro Estado, tirante a barragem de Sobradinho, que serve ao setor elétrico, dispõe desse potencial. Como disse, isso é uma coisa sofrida, doída. Trago muitas cicatrizes na minha alma em razão dessa fase.

O fato de se ter potencial de reservação em um local sujeito a uma média pluviosa, em estado normal, de 760 milímetros e que pode, cíclicamente, tomar uma seca seguida de 3 anos, dá-nos segurança para apenas 20% da capacidade de reservação. A conta é simples. Ninguém precisa ser hidrologista ou especialista no assunto para fazê-la; basta não ser leviano. Se o Estado tem potencial total de 17 bilhões de metros cúbicos e é o mais equipado de todos...

Pernambuco tem um agreste dramaticamente vulnerável. A Paraíba está dramaticamente vulnerável. O Rio Grande do Norte, por exemplo, está proibindo a expansão da carcinicultura, porque são requeridos 6 metros cúbicos por segundo e só tem disponibilidade de quatro. O abastecimento humano rivaliza com a atividade econômica em todos os Estados do Nordeste, embora, como já disse, seja justo que se reclame, primeiro, a exploração do potencial econômico da bacia doadora — apesar de egoísta —, para, depois, explorar na bacia receptora. Portanto, o abastecimento humano é consenso.

O Comitê da Bacia aprovou, por unanimidade, o uso de 26 metros cúbicos fora da bacia, na crença, talvez, de que não aceitássemos alterar o projeto — porque, naquela data, a outorga concedida foi de 63 metros

cúbicos. Imediatamente à deliberação do Comitê de Bacia, eu retirei o pedido de outorga e o refiz nas bases em que o Comitê aprovou. Apenas, não aceitando a ponderação que extrapola as atribuições do Comitê, eu disse e vou repetir: o Comitê não delibera sobre o projeto. Nunca deliberou, nem a favor nem contra, porque essa não é sua tarefa. Eles tiveram a cautela de não deliberar contra, porque não é sua atribuição institucional. Quem delibera a respeito do assunto é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que deliberou por 36 votos a 2 e 10 abstenções. Esse é o caminho.

Aprovo a idéia do plebiscito e da deliberação do Congresso Nacional. São coisas de que eu gosto, são idéias boas. Agora, quero saber qual a pertinência constitucional e legal de o Governo planejar uma obra de engenharia e submetê-la à deliberação do Congresso Nacional. Talvez o oposto seja verdadeiro: o Congresso Nacional pode, por meio de decreto legislativo, data maxima venia, obstruir iniciativas do Executivo, mas o contrário não me parece possível. É necessário autorização do Congresso Nacional para duplicação de uma BR? Ao aprovar o Orçamento, o Congresso Nacional alocou 625 milhões de reais para o projeto neste ano, e o fez com transparência, com clareza. Mas nada contra, nada contra. Sou um democrata e compreendo e admiro essa prática. Sou parlamentarista, para complementar.

Portanto, Sr. Deputado, o cronograma estimado é de 24 meses.

Quanto ao Estado do Ceará, tendo 20% de 17 bilhões — digo isso só para ilustrar o argumento; é uma conta fácil de ser feita — e sendo verdadeiro que a vazão segura é aquela que resta do fim da evaporação e da vertedura, dá 3 bilhões e 400 milhões. Se dividirmos 3 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos por 7 milhões de habitantes, que é a população do Ceará, vamos chegar a 483 metros cúbicos por habitante/ano. Como eu queria demonstrar, esse valor é menos de um terço do mínimo que se estipula como sustentável à vida.

A população da Bacia do São Francisco, pelos mesmos critérios, tem 4.500 metros cúbicos por habitante/ano disponíveis. A segunda bacia mais caudalosa é a do Parnaíba. A população dali tem 1.700 metros cúbicos por habitante/ano. No Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no agreste pernambucano, a disponibilidade é inferior a 500 metros cúbicos por habitante/ano. E não é por outra razão que daí vem o maior pulso migratório que o País conhece.

Por isso, não é possível ser leviano quando se trata de assunto dessa complexidade. Podemos estar trabalhando com uma solução equivocada, mas, por favor, demonstrem isso. Às vezes eu fico exasperado funcionalmente, e não posso ficar, mas o Nordeste inteiro manteve-se coeso com a Bahia na guerra fiscal para trazer a planta da Ford para aquele Estado. Mas na hora em que o Nordeste deseja uma refinaria de petróleo, todos os Estados estão brigando, e a PETROBRAS adia para o ano que vem — o que, ao final, representará 8 anos à frente — a locação. Ninguém luta para que haja a refinaria; todos brigam, local e paroquialmente, pela localização da refinaria. Diante de um investimento dessa complexidade, um nordestino atrapalha o outro! Esse é o primeiro investimento importante de que a região ouviu falar nos últimos 30 anos, e o Nordeste o está detonando, ou pelo menos parte dele. Isso é inacreditável!

Eu sofro, fico perplexo, mas entendo, porque penso comovidamente que boa parte do problema do Nordeste, de fato, não é água — é uma parte dos seus políticos. Parte dos seus políticos não tem compostura, não tem vergonha na cara, não tem dignidade nem compromisso popular nenhum. E, infelizmente, há certo protagonismo.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Não, certos políticos. Felizmente, é a minoria. Tive clareza de dizer isso, Sr. Deputado. Por favor, não confunda. Tive a clareza de afirmar “certos políticos”; e é a minoria, felizmente. A democracia tem melhorado.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eu conheço, Deputado, conheço muito bem.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eminentemente Deputado Marcondes Gadelha, o projeto deve ir a licitação proximamente, mas isso não nos inibe de considerar qualquer alteração para já, ou que adaptações normais sejam feitas. E V.Exa. pode fazer chegar isso aos organizadores e técnicos do projeto. Estamos fazendo uma adaptação, hoje, a pedido do Estado de Pernambuco. Portanto, outras também são bem-vindas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Regimentalmente, o Deputado João Fontes tem direito a réplica, por 3 minutos. Posteriormente, o Ministro Ciro Gomes terá direito a tréplica, também por 3 minutos.

Peço-lhes que, durante as respectivas manifestações, não haja interrupção alguma. Peço-lhes também que as ponderações se atenham ao assunto objeto da nossa audiência pública. Estamos numa reunião de trabalho. Este não é fórum para apresentação de acusações.

Deputado João Fontes, V.Exa. sabe que sempre respeitamos a posição que aqui tem defendido. Mas este é um fórum democrático, e eu gostaria que V.Exa. assim considerasse esta audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - É claro, Sra. Presidenta. Fique tranqüila. Eu não vou, em hipótese nenhuma, baixar o nível do debate. Quis dar a minha contribuição. Democraticamente, o povo sergipano elegeu-me Deputado para representá-lo nesta Casa. Defendo as idéias que sempre defendi no passado e não quero fazer ilações sobre a moral do Sr. Ministro.

Eu citei aqui palavras do Presidente Lula, durante campanha, quando Fernando Henrique Cardoso quis fazer o Projeto de Transposição de águas do Rio São Francisco. Referi também a posição do Senador Antonio Carlos Magalhães, na última segunda-feira, na OAB, quando, na presença do Ministro, disse que aquela era uma obra pela qual os empreiteiros estavam babando. O Ministro deveria ter dito lá que era leviana a afirmação do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu fico espantado, porque o Ministro já usou aqui a palavra “levianidade” inúmeras vezes. Até parece que, no País, só existe de sério o Ministro Ciro Gomes, o que não é verdade.

E, quanto à afirmação de S.Exa. que vários políticos do Nordeste não são comprometidos com os interesses populares, posso dizer que, na última eleição, vi várias pessoas que o Ministro hoje alega sem citar nomes ao lado de S.Exa. nos palanques por este Brasil afora, principalmente no Nordeste. Então, vou restringir-me...

Mandei buscar — e já está chegando — a representação encaminhada pelo Deputado José Carlos Machado ao Tribunal de Contas da União, que a acatou, para que fosse interrompida a licitação da compra das bombas feita pelo Ministério da Integração Nacional.

Está aqui a representação — talvez o Ministro não tenha sido ainda notificado: Grupo 2, Classe 7, do Plenário, em que o interessado é o Deputado José Carlos Machado e a entidade é o Ministério da Integração Nacional. A conclusão clara é de que o Tribunal de Contas da União não concorda com a licitação da compra das bombas.

Não quero extrair ilações, porque, quando se fala de empreiteira neste País, muita gente se coça. Particularmente, eu fico muito tranquilo, porque não tenho esse problema. Em nenhum momento fiz acusação do Ministro, até porque não tenho provas e não sou leviano para lançar alguma coisa contra alguém sem ter provas. Não foi essa a minha intenção, não. E a minha fala está registrada.

Por outro lado, acho que o Ministro precisa ser mais calmo. Ele talvez tenha dificuldade de entender o contraditório. S.Exa. tem o estilo muito impulsivo de apresentar as suas idéias de forma grosseira. Precisa entender que as pessoas não podem ser tratadas de maneira dura. Já assisti aqui a um debate em que ele disse que lá fora “topa qualquer coisa”. Ora, nós estamos aqui para discutir idéias. Temos que aprender a conviver com os contrários. Os tempos de Collor de Mello já passaram. Devemos abrir espaço para o contraditório na discussão desse projeto.

A minha intenção é dizer claramente para esta Comissão, Sra. Presidenta, com todo o carinho que tenho por V.Exa., que, como se trata de matéria importantíssima para o País, ela tem de ser discutida amplamente com a sociedade e, principalmente, com o Congresso Nacional, que representa a sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Obrigada, Sr. Deputado.

Com a palavra o Ministro Ciro Gomes.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Aceito a retratação do Deputado. Vi uma leviandade no que ele diz que não queria fazê-lo. Então, fica o dito por não dito. Se V.Exa. está afirmando que não quis fazer insinuação de nenhuma natureza e que me respeita, era o que eu queria ouvir. Também respeito S.Exa.

Estou aqui porque gosto do contraditório e porque, funcionalmente, eu fui convidado. Poderia ter mandado um representante, um técnico etc., mas vejo esta audiência como uma oportunidade de qualificar a minha

compreensão das coisas no contraditório. Eu gosto disso. Duvido que haja Ministro que se disponha mais que eu a vir ao Congresso Nacional, tantas vezes seja convidado, para debater e para responder questionamentos.

Tenho um estilo. Receber lições de sobriedade e de moderação de V.Exa. de fato deve preocupar-me — e, creia, estou preocupado. De fato, estou preocupado em procurar ser cada vez mais sereno, cada vez mais equilibrado. Contudo, eu sou uma pessoa indignada. Realmente, sou uma pessoa que tem muito pudor. Não quero ser o único, sei que não sou o único, mas tenho pudor. E não aceito, não aceito pura e simplesmente. Acho que não extrapola a lhanza, a cordialidade e o respeito democrático que eu repila, como o fiz na OAB. O meu queridíssimo amigo Antonio Carlos fez essa insinuação, e eu disse que as repelia, porque considerava levianas aquelas afirmações. Disse claramente, o debate foi público, e eu tenho a sua gravação, para que não haja contradição nisso. Comecei dizendo: Há aqui questões intoleráveis, que não posso deixar de repelir. Vou repetir as 3, pois a minha memória é implacável: primeiro, V.Exa. afirmou que o Presidente do Supremo Tribunal Federal era um político, que estava no Supremo Tribunal Federal como político e que não o merecia, para financiar uma tese de que o Judiciário estaria, de alguma forma, fora das suas naturais funções nesta questão do Projeto São Francisco. Eu disse: tenho que repelir, porque sou uma autoridade pública; não estou aqui na condição de pessoa física e não posso deixar uma afirmação dessa gravidade e levianidade ficar sem uma repulsa; e fui imediatamente acudido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que também disse: eu também repilo. E V.Exa. foi imediatamente acudido pelo Senador Almeida Lima, que disse: eu me solidarizo com S.Exa., penso assim também.

Segundo, de que isso teria uma finalidade eleitoreira. Repilo, porque isso não corresponde à verdade. Começamos a discutir esse projeto em 2003, no primeiro momento do Governo Lula, e descrevi todo itinerário, como resumidamente já citei.

A terceira afirmação e insinuação que repilo, por leviana, é a referente às empreiteiras, porque não guarda coerência com a figura do Presidente Lula e com a minha figura — e quem quiser fazer uma acusação nos ajuda, porque queremos que isso seja feito de forma radicalmente transparente e sóbria. V.Exa. lembra bem que assim foram as coisas na OAB e assim serão todas as vezes que insinuações dessa natureza se apresentarem.

Quanto ao Tribunal de Contas, é possível que até o momento em que entrei nesta sala eu não tenha recebido qualquer notificação, mas afirmei a V.Exa., e continuo afirmando, que o Tribunal de Contas não tomou iniciativa nenhuma que não tenha sido pedida por mim ex-ante da apreciação dos editais.

Afirmei nesta reunião que um Deputado do PSDB de São Paulo apresentou criminalmente contra mim, pessoa física, como se eu houvera cometido um crime ambiental, porque promovi a publicação dos editais de licitação das bombas com uma cláusula de que as bombas só seriam contratadas se o projeto fosse desvencilhado ambientalmente. O Procurador da República mandou arquivar.

A licitação das bombas já foi feita, apenas não aceitei a contratação porque estava aguardando o desvencilhamento e a licença ambiental. Só para ter clareza: se qualquer Deputado, no uso de suas atribuições democráticas, legais e constitucionais, democráticas, representar ao Tribunal de Contas, é nosso absoluto dever funcional que, uma vez notificados, prestar as explicações pedidas pelo Tribunal de Contas, o que eu tenho mandado antes ao Tribunal de Contas, como estou fazendo em todas as etapas. O edital de licitação da empresa que vai gerenciar foi mandado ao Tribunal de Contas antes de a licitação ser feita, e o edital das obras também será mandado antes para o Tribunal de Contas. Como não sou especialista em editais, quero ter a segurança de que eles são irreparáveis sob o ponto de vista jurídico, ético e da transparência, porque esse é o meu jeito de trabalhar a vida inteira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Obrigada, Ministro Ciro Gomes.

Quero reiterar que o Ministro Ciro Gomes, desde o primeiro momento em que o convidamos para nesta Comissão debater assunto tão importante para o Brasil, e não apenas para o Nordeste, se dispôs a vir pessoalmente prestar os esclarecimentos. E a brilhante explanação apresentada de forma tão segura demonstra o profundo conhecimento de S.Exa. sobre o assunto.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sra. Presidenta, quantos inscritos temos ainda?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Temos mais 11 inscritos.

Com a palavra o Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sra. Presidenta, a exposição do Ministro e a iniciativa de V.Exa. já foram amplamente elogiadas pelos membros desta Comissão. Farei uma pergunta objetiva, mas antes quero prestar informações ao Ministro sobre 2 pontos a que S.Exa. se referiu no início de sua apresentação.

A Barragem do Açú foi concluída em 1983, portanto no Governo de Figueiredo, na gestão do Ministro Mário Andreazza, e o tamponamento dos poços da PETROBRAS é também uma obrigação ambiental, desde que esteja em terreno sedimentar, onde há uma primeira camada, como o Aquífero Jandaíra, de água salobra, depois uma formação geológica chamada arenito superior, onde está o petróleo e, em seguida, o arenito inferior, onde temos novamente um reservatório de água de porte razoável e de muito boa qualidade.

Sem o tamponamento, poderia haver comunicação entre essas 3 camadas geológicas e contaminação de uma pela outra. Portanto, era obrigação da PETROBRAS agir. Desde que houvesse interesse para utilização da água dos poços, a PETROBRAS autorizaria o proprietário da terra a utilizá-los. Naturalmente, foi importante o Presidente Lula tomar a iniciativa de mandar a PETROBRAS reabrir um poço perto do assentamento da Serra do Mel. Esperamos que S.Exa. determine a PETROBRAS a abrir mais poços desses e oferecer alternativas de irrigação e utilização de água tão boa. O aquífero no Arenito Açú já é explorado por duas engarrafadoras de água mineral.

Agora, minha pergunta a respeito da transposição: ela será feita em duas etapas? A transposição para o Rio Apodi está fora da primeira etapa? A previsão de custo de todo o projeto — eu terminei sem entender direito — é de 4 bilhões e 500 milhões de reais para a transposição, mais 4 bilhões e 500 milhões de reais para a revitalização? Qual o custo do ramal para o vale do Apodi?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Sr. Ministro, ia aterm-me mais à revitalização, mesmo porque tenho me pronunciado contra a transposição e a favor da revitalização — dei até entrevista nesse sentido. Mas, diante das explicações técnicas, refleti sobre o assunto. Os argumentos são até muito claros, mas não sabemos as conseqüências.

Para a revitalização seria preciso tomar algumas atitudes: o reflorestamento, a despoluição, o desassoreamento do rio e outras providências.

O apelo mais forte é o fato de levar água para o abastecimento ou o reabastecimento de populações. Se admitirmos que o rio está poluído, que tem problemas, como vamos levar água poluída? V.Exa. diria: não, mas lá na ponta vamos tratar a água.

Ouvi V.Exa. citar o custo da revitalização, ao longo de 20 anos, e da transposição, que agora passa a ser chamada de integração de bacias. O descompasso é muito grande entre esse custo de valor menor com prazo tão alongado e o da obra, que seria mais emergente. Por que não repensar a revitalização mais detalhadamente? Eu até admitiria rever minha posição. Lógico que um voto não vai atrapalhar, mas trata-se de uma opinião que pode influenciar os companheiros da Bahia que votaram em mim.

Peço a V.Exa. que nos dê explicação mais detalhada sobre o assunto.

Por outro lado, na condição de Líder de bancada — e tenho a maior admiração por V.Exa., até porque na sua candidatura para a Presidência da República fomos os primeiros apoiá-lo, PDT com o PPS, depois vieram outros partidos — quero fazer uma censura. Não achei prudente V.Exa. chamar um companheiro de leviano, quando, na verdade, o fato ficou esclarecido. V.Exa. não pediu desculpas, deixou o dito por não dito como se realmente tivesse a palavra.

Temos o maior respeito por V.Exa., político com grande competência administrativa. Lamento até que não tenha ganho a eleição para a Presidência da República, já que era meu candidato. A admiração continua, mas quero fazer essa censura. Para que possamos continuar lhe tendo o maior respeito é necessário também que os companheiros tenham de V.Exa. o mesmo respeito e o mesmo sentimento de cidadania.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Eminente Sra. Presidente, Sr. Ministro Ciro Gomes, colegas Parlamentares, farei apenas breve comentário e, em seguida, algumas perguntas.

Preocupo-me com o futuro do País e até com a democracia, ao perceber que, na discussão de um projeto, a meu ver, importante para a estruturação de uma região tida sempre como empobrecida, o debate demagógico ou politiqueiro se sobreponha ao debate técnico, ecológico, social e econômico.

Longe de mim imaginar — até porque nasci cercado de água, onde o rio comanda a vida — um ser vivo, um ser humano sem água. Não sou conhecedor in loco da região do semi-árido do Nordeste, mas sempre acompanhei, por meio da imprensa e de outras fontes, a tragédia de milhares de brasileiros no semi-árido nordestino, vítimas da falta d' água. E quando o Governo propõe debate sobre projeto para amenizar o sofrimento e melhorar a qualidade de vida daquela população — até porque também tenho lido que ali se verifica o Índice de Desenvolvimento Humano mais vergonhoso da Nação, e esse índice está estritamente ligado ao problema de abastecimento de água — a questão eleitoral vem à baila e se acusa o projeto de ser eleitoreiro e se diz que as empreiteiras estão ávidas por ele. Digam-me uma coisa: quando as empreiteiras não estiveram ávidas por projetos grandiosos como esse? No Governo Fernando Henrique não era assim? No Governo Collor as empreiteiras não eram ávidas? No Governo militar também não? Impressionante como políticos influentes estão muito mais preocupados com as empreiteiras do que propriamente com o projeto. Naturalmente, por relações diretas ou indiretas com as empreiteiras.

Teço esse comentário para chegar às minhas 3 perguntas. Primeiro, peço a V.Exa. para comentar uma assertiva do Governador João Alves, que está na Gazeta de Alagoas, e diz o seguinte: “A sobrevivência de alagoanos e sergipanos está em jogo com esse projeto.”

A frase é muito forte.

Outra matéria fala sobre o Governador Paulo Souto, e diz o seguinte:

“O Governador baiano apresentou números que mostram que Ceará e Rio Grande do Norte — Estados que integram o chamado Eixo Norte

— têm, juntos, mais água reservada do que a bacia do São Francisco como um todo. O Ceará dispõe de 18 bilhões de metros cúbicos de água reservada; o Rio Grande do Norte tem 5 bilhões de metros cúbicos estocados, e ambos usam apenas 50% da água reservada”.

Ou eu estou sendo enganado pelos meios de comunicação ou o Nordeste mudou completamente a sua característica e a sua situação hídrica.

Solicito a V.Exa. que comente essas duas assertivas.

E, por fim, Sr. Ministro, diante de tanta polêmica, qual a decisão do Governo? Ele mantém o cronograma em relação à obra? Hoje, o problema está mais centrado na questão política ou na questão técnica e financeira?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidenta desta Comissão, Deputada Maria Helena, ilustre Sr. Ministro Ciro Gomes, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, quero cumprimentar o Sr. Ministro e reconhecer a seriedade em relação à coisa pública e a competência com que trata os assuntos do Ministério e do Governo Federal.

Devo dizer — e V.Exa. sabe disso — que fui seu eleitor quando candidato à Presidência da República, aliados que estávamos naquele momento político brasileiro.

Sr. Ministro, tenho sérias dúvidas e uma discordância respeitosa em relação ao projeto de transposição, que, é justo que se diga, não é de V.Exa, mas já vem sendo implementado ao longo dos anos e que hoje é reformulado, segundo a visão do atual Governo.

Mas os companheiros da Bahia não atrelam a revitalização à transposição. Queremos a revitalização com ou sem transposição.

Com referência aos dados citados por V.Exa. em sua palestra, discordamos da pressa da transposição em detrimento da revitalização. Esse fato está demonstrado nos dados do Acompanhamento da Execução Orçamentária da União. São 596 milhões, 574 mil e 283 reais para a integração de bacias hidrográficas, mas desses recursos apenas 14 milhões, 307 mil e 50 reais foram empenhados. Os dados são totalmente desfavoráveis à revitalização. São 68 milhões, mais ou menos 10% da integração e — pas-

mem todos que aqui estão — 6 mil reais, 757 reais empenhados para a revitalização.

Vê-se, aqui, a clara opção do Governo, isto é, a prioridade em relação à integração de bacias, mas no que diz respeito à revitalização não existe o mesmo empenho da área econômica no que concerne à liberação dos recursos necessários.

Quando V.Exa. diz que a revitalização levaria 20 anos para ser implementada e que a transposição pode ser feita em 24 meses, eu pergunto como seria o projeto de V.Exa., que vai levar, se não estou enganado, 2 anos? Veja V.Exa.: a relação de recursos existente no orçamento é essa mesma, de 20 para 2. Mas, se invertêssemos a relação de recursos, não teríamos a revitalização em 20 anos, não, Sr. Ministro. Nós a teríamos em 4 ou 5 anos, no mesmo nível da transposição.

Trata-se de uma opção política do Governo. O que vai nos dar o tempo de execução de ambos os projetos são os recursos. Se tivermos a mesma atenção para a revitalização, a revitalização será feita em tempo bem menor, e não em 20 anos.

No que diz respeito à Bahia, por exemplo, em nome do Governador Paulo Souto, agradeço as observações de V.Exa., porque realmente ele tem tratado esse assunto com uma seriedade que lhe é peculiar. E assim agiu, por exemplo, por exemplo, quando trouxe a esta Casa o contexto da transposição.

Temos que analisar basicamente 4 pontos: a bacia doadora com excedente de água; a bacia receptora com comprovada escassez e sem alternativa interna para o abastecimento humano e dessedentação animal; se a transferência for para fins econômicos, se a bacia doadora atende a todo o potencial econômico e se a bacia receptora fará o uso econômico das águas; se é vantajoso para a bacia doadora e se há consenso entre os Estados envolvidos, que é o grande problema, Sr. Ministro.

Três ou quatro Estados têm se posicionado para ampliar o debate — Bahia, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais. Todos eles querem um debate mais amplo.

Na semana passada, estive em Pirapora, onde também estavam o Presidente do Comitê de Bacias, o ex-Ministro José Carlos, o Secretário de Recursos Hídricos da Bahia, diversas autoridade, dirigentes entidades, e a

população se posicionou contra a maneira que o projeto está sendo tocado, às pressas. A população não é contra a transposição. Ninguém é contra o projeto, desde que seja para levar água para o abastecimento humano no Nordeste Setentrional.

Mas, no Nordeste Meridional, a margem direita do Rio São Francisco na Bahia, por exemplo, tem as mesmas condições humanas e características físicas do Nordeste Setentrional.

Há recursos para a transposição, mas, em compensação, para os Projetos de Irrigação de Salitre e Irecê, na Bahia, deram zero por cento no Orçamento da União. É preciso haver prioridades nessas questões.

O Governador Paulo Souto falou em relação à disponibilidade hídrica no Ceará e no Rio Grande do Norte. Não são dados do Governador Paulo Souto, não, mas do IBGE. Segundo eles, o Ceará e o Rio Grande do Norte dispõem de 45 milhões e 16 mil de metros cúbicos por quilômetro quadrado ao ano; o Ceará e o Rio Grande do Norte dispõem de 882 metros cúbicos habitantes/ano, e a bacia do São Francisco, 887. Segundo notícias, há mais de mais de 30 bilhões de metros cúbicos reservados no Nordeste Setentrional que não estão sendo utilizados, e o Sr. Ministro pode confirmar isso.

O custo da água tem de ser discutido. A água para transposição no manancial receptor custa em torno de R\$0,11 por metro cúbico. O custo de irrigação, no Vale do São Francisco, com os projetos da CODEVASF, é de R\$0,023. Então, o custo da transposição da água por metro cúbico é 5 vezes maior do que o custo dos projetos de irrigação da CODEVASF.

Há impactos ambientais. E esse é um segmento merece toda a nossa atenção e respeito. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC apresenta questionamentos que têm de ser considerados. A SBPC afirma que não há como atender à população dispersa no semi-árido com a água do projeto de transposição. Para esse fim, teria de se pensar em soluções tradicionais: cisternas, poços, pequenos açudes, barragens subterrâneas, reservas existentes. A disponibilidade de água na Bacia do São Francisco não seria suficiente para atender à demanda potencial de irrigação das duas regiões, nem mesmo da própria bacia. O Governo tem de atentar para o que está sendo dito pela SBPC.

Vou dispensar meu direito à réplica. Quero utilizar esse tempo agora. Se o Deputado Colbert Martins me permitir, serei mais rápido.

No tocante à revogação, o Ministro citou vários projetos de transposição que deram certo. Foi revogada, por exemplo, a transposição das águas do Rio Ebro, e foi revogada porque constataram seu caráter inoportuno.

Houve atropelo institucional. De qualquer maneira, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou projeto sem análise das Câmaras Técnicas pertinentes, conforme dados apresentados pelo Governador Paulo Souto.

Há ainda necessidade de se considerar o pacto federativo, uma das questões mais relevantes. Não queremos que esse projeto seja instrumento de desunião do Nordeste brasileiro. Muito pelo contrário, o projeto tem de ser fator de união. Há conflito do uso das águas entre os Estados e entre Estados e a União.

Não por que haver urgência para a execução de projeto tão polêmico, cuja avaliação merece aprofundamento, sem atropelar decisões que terão de ser consensuais.

A revitalização não deve ser considerada compensação para nenhum Estado. A Bahia de maneira nenhuma entende dessa forma e não quer que seja assim.

Em relação ao pacto federativo, a questão tem de ser decidida pelo Senado Federal.

São essas questões que dirijo ao Sr. Ministro.

Finalmente, devo observar o seguinte: quando S.Exa. afirmou que Minas Gerais estava utilizando a mata ciliar para alimentar as siderúrgicas de ferro-gusa, devo dizer que, se existe um culpado, não é o Governo de Minas Gerais nem o seu poder de polícia, mas o IBAMA, o Governo Federal.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - O poder de polícia é deles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, Sr. Ministro. O IBAMA está dando as autorizações para o desmatamento. Então, primeiro é do IBAMA. Vamos tratar do mal pela raiz. Não podemos dizer que o poder

de polícia é do Governo de Minas e que ele deve usá-lo se há uma autorização dada pelo Governo Federal. A autorização de desmatamento está sendo dada pelo IBAMA.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Para mata ciliar?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim, senhor. Às margens dos rios, a mata está sendo derrubada para a produção de carvão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim, senhor, Ministro, eu sou ribeirinho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Conclua, por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Pela desordem....

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Por favor, Deputado, já se passaram 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Concluo, Sra. Presidente, agradecendo a V.Exa. a atenção e dizendo que as considerações que apontamos retratam a posição da Bahia em todos os debates.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Deputado Fernando Ferro, acho que V.Exa. está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Primeiro, solicito que sejam citados os inscritos. Se estiverem presentes, que se verifique a possibilidade de se fazer um último bloco, a fim de que possamos intervir. Está virando moda, nesta Casa, as pessoas falarem e se retirarem, o que faz que quase nunca tenhamos a possibilidade de apresentar o contraditório e fazer o debate. Desse modo, será melhor colhermos o conjunto das preocupações dos participantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - O Deputado José Rocha era o último desse bloco. Estão inscritos os Deputados Antonio Cambraia, Marcelo Castro, Fátima Bezerra, Ann Pontes, Fernando Ferro, José Geraldo e Luiz Carreira.

Consulta o Ministro se concorda com o prosseguimento das indagações.

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

(Não identificado) - Pela ordem, Sra. Presidente.

Peço que seja realmente cobrado dos Deputados o uso mais restrito do tempo, porque ficamos nessa angústia, e o Ministro não poderá permanecer todo o tempo aqui para responder às questões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - É verdade. Embora o Ministro tenha-se disposto a permanecer por mais tempo conosco, já são quase 14 horas e todos nós temos outros compromissos esta tarde.

Peço aos nobres Deputados que observem o tempo de 3 minutos para as suas indagações.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA - Sra. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, parabenizo o Sr. Ministro pela palestra, que nos assegura a implementação desse projeto que levará água para as pessoas que passam sede no Nordeste Setentrional, sem agressão ao meio ambiente.

As justificativas técnicas apresentadas pelo Ministro reforçam ainda mais, pelo menos em mim, a segurança com relação a esse projeto.

O Ministro, quando Governador do Ceará, realizou o Canal do Trabalhador; logo, S.Exa. tem conhecimento de causa. Talvez por isso, de forma tão brilhante, tenha elaborado, com sua equipe, esse projeto viável. Na ocasião, eu era Prefeito de Fortaleza e fazia oposição ao Governador. No início tive dúvidas, mas depois passei a acreditar no canal que foi realizado, resolvendo, na época, grande problema de escassez de água no Ceará, especialmente em Fortaleza.

Vejo pelas participações que a questão está em 3 campos: o emocional, que envolve as pessoas e a mídia, o político e o da barganha, que vincula a transposição à revitalização do Rio São Francisco. Na minha opinião, o rio deve ser revitalizado, mas não devemos unir as duas questões de modo que uma dependa da outra.

Vi a apresentação de grandes volumes de água no Nordeste Setentrional. Em um ano ou período de muita chuva, muita água se acumula

mesmo no Nordeste. A transposição não é para suprir de água o Nordeste nos momentos de grandes chuvas, mas sim nos momentos da seca.

Sentimos que uma questão política envolve a discussão. Embora eu seja um Deputado que faz oposição ao Governo do qual o Ministro faz parte, tenho consciência da importância e viabilidade desse projeto que deve ser implementado sem prejuízos para os brasileiros, para os que moram à margem dos rios e para os grandes projetos de irrigação que se encontram na região. Pelo contrário, o projeto deve beneficiar 12 milhões de pessoas que precisam dele.

Para finalizar, sugiro ao Ministro que, por meio do Governo, programe uma campanha de mídia em todos os sentidos. Parte da mídia está contrária ao projeto. O Governo, que tem grande poder de comunicação, demonstrado na apresentação de suas ações e no alinhamento com as grandes cadeias de comunicação deste País, deveria chamar os que hoje estão ao seu lado para defender projeto de sua autoria, a fim de minimizar os efeitos da mídia contrária ao projeto.

Recentemente, li reportagem do jornal Diário de Pernambuco, que considera o Canal do Trabalhador um insucesso. Na verdade, nós que estamos lá, sabemos do grande êxito e relevância desse projeto para os cearenses e muito especialmente para os habitantes de Fortaleza.

Eram essas as minhas considerações. Não desejo fazer perguntas ao Sr. Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sra. Presidente, Sr. Ministro, nobres colegas, fui membro da Comissão de Agricultura e participei do início do debate sobre os transgênicos. Na ocasião, chamou-me atenção todos os Deputados do Partido Popular serem favoráveis ao projeto que tratava de tema técnico e científico ao passo que todos os Deputados do Partido dos Trabalhadores eram contrários, o que demonstrou, claramente, que saímos do campo da exatidão, da razão para entrarmos no campo da ideologia, da emoção e da posição sectária.

Outro dia, cheguei atrasado, é verdade, mas participei de um debate com o Governador da Bahia, Paulo Souto. Pude observar que todos os Deputados baianos presentes, sem exceção, eram radicalmente contra a

transposição do Rio São Francisco com a integração de bacias. Posição essa expressada na OAB pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que disse, textualmente, que toda a Bahia estava contra a transposição. Não preciso invocar Nelson Rodrigues para dizer que isso é uma burrice ao cubo. Como é que todo mundo pode estar contra um projeto que teoricamente vai salvar vidas? Deveria haver, pelo menos, divergências.

A questão passou para o campo emocional. À época em que estudávamos a transposição, inclusive com o Deputado Roberto Pessoa, que era o coordenador da bancada do Nordeste, chegamos à conclusão de que os óbices seriam enormes, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães. No debate com o Governador Paulo Souto, vários Deputados baianos disseram que iriam à Comissão de Orçamento evitar a destinação de recursos para a transposição. Vimos que os óbices seriam tão grandes que, humildemente, chegamos à conclusão de que talvez fosse mais fácil, apesar de toda a dificuldade, trazer água do Tocantins diretamente para o Ceará, passando pelo Piauí. No Estado do Tocantins, o Governador havia feito um estudo com recursos próprios dos tocantinenses para a realização de um projeto de doação de água. O Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba querem água, e o Piauí não objeta em nada que a água passe por seu território.

Nos debates de que participei, ouvi as pessoas perguntarem umas às outras se são a favor ou contra a transposição. Depois de dizerem se são contra ou a favor, buscam um argumento. Por que tenho autoridade para dizer isso? Porque o argumento de um é completamente discordante do outro. Há 500 argumentos contra. O sujeito, primeiro, é contra; depois vai atrás do argumento.

Em reunião com o Vice-Presidente, um camarada do meio ambiente da Bahia, ao fazer uso da palavra, disse que era um absurdo, uma irresponsabilidade tratar da transposição do Tocantins para o São Francisco sem um estudo da compatibilidade dos peixes do Tocantins e os do São Francisco. Quem iria provar que os peixes do Tocantins não iriam comer os peixes do São Francisco?

Quando partimos para um campo desses, saímos do campo da racionalidade. Extrapola-se todo o senso lógico e de razão.

Na reunião da bancada do Nordeste, um Deputado da Bahia levantou o seguinte questionamento para a Ministra de Minas e Energia: se a energia usada na transposição não acarretaria falta de energia no Nordeste brasileiro. Vejam, numa pergunta capciosa dessas, a falta de conhecimento. Um volume de energia desse não significa nada.

Recentemente, ouvi, pela primeira vez, um argumento contra o administrador público: o Governo está apressado. Todo dia, vejo as pessoas se queixarem da lentidão do Governo. Fernando Henrique disse que o Governo é incompetente. Dizem que o Governo não faz nada, que as estradas estão esburacadas e em 2 anos os buracos não foram tapados, pois o Governo não tem competência nem para isso. E qual o argumento que estamos ouvindo agora? Que o Governo está apressado. Se não fosse a pressa, Juscelino teria construído Brasília?

O Governo merece aplausos e elogios por estar sendo célere e diligente em matéria tão importante. Não é uma questão eleitoral, mas cada governante tem um mandato.

Se o Presidente Lula não acelerar a transposição, deixando-a para o final do seu mandato, e por acaso não for reeleito, o próximo Presidente pode ser um Paulo Souto da vida, ou um João Alves, que poderá interromper os trabalhos.

Devemos, portanto, deixar essa transposição num ponto para que haja continuidade.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, do alto da sua experiência, disse uma verdade, mas deixou por debaixo do tapete, subliminarmente, uma mensagem capciosa ao dizer que as empreiteiras estão loucas por essa transposição. É a pura verdade. As empreiteiras estão loucas por qualquer obra no Brasil ou na China, seja para fazer transposição, pontes, estradas, o que for. As empreiteiras vivem de obras. E essa é uma obra que envolve grandes recursos. Ninguém pode dizer que o Senador Antonio Carlos Magalhães está mentindo, mas foi feita uma insinuação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, o Deputado está desviando do assunto.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não. V.Exa. falou; fez réplica; tréplica. Ainda estou na minha fala, não cheguei nem na réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Oito minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - O que mais tenho ouvido das pessoas contra a transposição diz respeito à revitalização. Pois vou dizer a verdade: vocês estão lavando a burra, num bom “nordestinês”. O Rio Parnaíba está tão degradado quanto o Rio São Francisco e lá não existe revitalização.

Por que todo esse privilégio com a Bahia, Sergipe e Pernambuco? Na Bahia, em Sergipe e Pernambuco, o Rio São Francisco só está sendo revitalizado por causa da transposição. Será que o morador da Bahia é mais bonito, melhor, mais importante que o morador do Piauí e do Maranhão? O Rio Parnaíba está tão degradado quanto o Rio São Francisco e não estão falando em revitalização nenhuma.

Vamos colocar 3 pontos no Rio Parnaíba e no Rio São Francisco. No ponto “b”, que está no meio, vamos captar a água, 26 metros cúbicos por segundo, 1% da água que passa lá, vazão regularizada; no ponto “a”, que antecede o “b”, vamos colocar um medidor de vazão; no ponto “c”, vamos colocar outro medidor de vazão, e um medidor de vazão feito pelo japonês, para dizer que tiraram água do rio. Não estou falando de olho nu, mas de medidor preciso; não existe medidor que apresente 1% de erro; nós só vamos saber que foi retirada água do rio porque a veremos sair. Se não víssemos, ninguém poderia saber se a água foi retirada ou não. Não quero dizer que é miserabilidade dos nossos colegas.

Esta água que o Nordeste Setentrional está pedindo não foi Deus quem deu, ela provém das barragens de Sobradinho, Itaparica e Xingó. Todo o dinheiro dos brasileiros foi colocado lá para fazer a barragem do Rio São Francisco. Estamos pedindo o excesso de água. Aliás, não estamos pedindo, pois sou da bacia neutra, sou do Piauí, não estou dando nem estou recebendo.

O Piauí, mais cedo ou mais tarde, vai entrar nisso também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Mais uma vez, peço aos Deputados que sejam breves.

Com a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Ministro, primeiro quero parabenizá-lo pela postura corajosa neste debate. V.Exa. tem todo o direito e o dever de não se calar diante de insinuações levianas. Por exemplo: dizer que haverá a farra das empreiteiras e que há um aspecto eleitoreiro. V.Exa. tem não só o direito, mas o dever de repelir e repudiar com firmeza de convicção. Continue assim em todos os fóruns.

V.Exa. tem toda a razão quando chama a atenção do quanto este debate tem sido democrático. Não agüento mais ouvir insinuações de que o debate não foi suficiente. Este debate já vem sendo feito no País há muito e agora, no Governo Lula, foi retomado da forma mais ampla possível. V.Exa. lembrou que ainda em 2003 o Presidente confiou o início deste debate ao Vice-Presidente da República, e eu sou testemunha disso. O Vice-Presidente esteve nesta Casa e em todos os Estados. Houve um debate no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que está percorrendo as OABs e toda a região Nordeste por meio dos comitês estaduais que estão sendo criados.

Nasci no Seridó Paraibano. Costumo dizer que não conheço a seca pela literatura, mas pela vivência. Vivi na pele os efeitos e dramas da seca. Ainda em 1970, lembro-me bem que dentro da minha casa a comida era racionada, porque se um comesse mais o outro iria ficar sem ter o que comer. Na minha infância e adolescência, vi meus irmãos se levantarem de madrugada, às 3 horas, para buscar água de certa qualidade.

Só vim tomar uma posição clara em defesa do projeto de transposição do Rio São Francisco recentemente. Mesmo sabendo que meu Estado, o Rio Grande do Norte, será um dos mais beneficiados, junto com a Paraíba, Pernambuco e o Ceará, só recentemente tomei uma posição clara em defesa do projeto. Hoje constato que o projeto apresentado agora é muito diferente do apresentado em 1985 e 2000.

Existe preocupação com a revitalização. Na verdade, fui convencida de que o projeto resulta de um estudo muito criterioso e rigoroso. Estou convencida de que o projeto de integração do rio com as bacias hidrográficas do Nordeste não traz prejuízo para a questão ambiental.

Sempre me incomodou o discurso: “Sou da Bahia, sou contra.” “Sou do Rio Grande do Norte, sou a favor”. Não sou a favor porque sou do Rio Grande do Norte, mas porque estou convencida da seriedade do projeto.

Temos de ir em frente. Não podemos, de maneira nenhuma, nos deixar levar por aqueles que hoje criticam o projeto, aqueles que fazem parte de uma elite mesquinha, que tiveram tempo suficiente para governar este País e a oportunidade de levar a cabo projeto dessa natureza.

Sabemos muito bem que a transposição não é a salvação do Nordeste. Quem nos dera que o problema da nossa região se resumisse à escassez de água. Seria muito bom. O problema do Nordeste não se resume somente a isso. Muito pelo contrário, prende-se à concentração de terra do poder político, entre outros problemas que enfrentamos.

Já falei pessoalmente com o Ministro e sua assessoria. Encaminhei ontem a S.Exa. ofício solicitando audiência com toda a bancada do Rio Grande do Norte e a Governadora, para que possamos tirar dúvidas com relação aos projeto das águas do Rio São Francisco. A transposição entrará no Estado pelo Rio Piranhas-Açu e pelo Canal do Apodi. O meu Estado será um dos mais beneficiados, até porque as águas do Rio São Francisco farão parte de um conjunto de outras iniciativas que o Ministério está implementando no Rio Grande do Norte, a exemplo do eixo de integração do seridó, das adutoras, das barragens.

Gostaria de reiterar o apelo que faço, pois está havendo muita apreensão no meu Estado, uma vez que as notícias que se têm é que nessa primeira fase do projeto, o Canal do Apodi não será contemplado. Primeiro, seria construído o Canal Açu-Mossoró e depois o Canal do Apodi.

Gostaria de esclarecer esse ponto. As pessoas apresentam um tipo de argumentação. Dizem que foram necessários 200 anos para fazer a obra do Rio São Francisco e que se o Apodi ficar para depois, serão necessários mais 200 anos.

O ideal seria licitar as duas obras. Não podemos deixar o Apodi de fora, tendo em vista o que representa aquela região para os recursos hídricos já existentes. Aquela região tem as terras mais férteis do nosso Estado.

Deixo este apelo ao Ministro, que poderá abordar o assunto. O Deputado Betinho Rosado também fez um questionamento.

Agradeço ao Ministro e reitero o apelo para que na próxima semana, quarta-feira, S.Exa. receba a Governadora e toda a bancada do meu Estado para conversarmos e nos tranquilizarmos sobre o assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Ministro, Sras e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes, essa discussão, às vezes, tem componentes emocionais impressionantes: alguns são justos, válidos, motivo de indignações até respeitadas; outras são realmente um jogo de cena que se monta, a meu ver, com interesses outros que não públicos.

Todos os Parlamentares que falam em presença de empreiteiras, de uma forma ou de outra, são ligados a grupos empresariais. Alguns, inclusive, têm em suas prestações de contas contribuição de empreiteira, mas, anjos, falam como se fossem independentes e não têm nada a ver com o interesse empresarial.

Primeiro, já passou essa fobia, até porque o Estado brasileiro não faz nada sozinho, terá de ter a participação de empreiteiras, sim, nesse processo, como há empreiteiras que participam de projetos de irrigação, sugeridos aqui. Algumas querem inclusive contrapor-se ao projeto de transposição, ou seja, estão contra a irrigação. Qual o interesse de não fazer uma transposição que cobre 2,5 quilômetros ao longo do seu curso com assentamentos de reforma agrária para pequenos proprietários e de querer fazer outros projetos que, sabidamente, estão comprometidos com interesses empresariais? Querem recursos do BNDES e outras coisas, pois não conseguiram cumprir parte do contrato relativo a esse tipo de projeto.

Se for para levar em consideração esse argumento, temos também condições de nos contrapor. Quem diz isso aqui é um Deputado de Pernambuco que está convencido da necessidade desse projeto. Desafio qualquer Deputado do meu Estado para debater, lá no agreste, esse assunto e apresentar esse tipo de argumento. Vai ser apedrejado, porque a situação é dramática.

Esta semana estive em Garanhuns onde pude observar a situação. Alguns reclamavam da possibilidade de se ampliar a captação de água para outras áreas que não serão atingidas. Evidentemente, essa proposta não será atendida. Como se vê, teremos de analisar inclusive o tipo de intervenção.

O projeto já não é o mesmo, porque mudou a vazão. Além disso, já havia mudado a forma do debate, sim — e quero, aqui, mais honestidade por parte dos Parlamentares que falam da falta de debate.

Alguns capangas interromperam audiências públicas. Ameaçaram fisicamente as pessoas para não participarem do debate. Contudo, quem pôde participar falou da necessidade do debate. Mesmo interrompendo audiências públicas, ainda falam aqui que não houve debate.

Dizem até que um Deputado de Sergipe esteve cercado de capangas que queriam intimidar. Um representante do Ministério do Meio Ambiente se sentiu intimidado pela atitude desse Deputado, que, cercado por aqueles elementos, o ameaçou fisicamente.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Um Deputado Estadual de Sergipe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sim.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Isso foi materializado. Nós temos todo o registro do fato.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Pois é.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Ameaçou os servidores públicos com capangas armados.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - É esse tipo de procedimento que cobra debate democrático. Esse tipo de argumento se revela, claramente, irresponsável, desonesto.

Sr. Ministro, sinceramente, gosto de debater.

Certo dia, fui a um debate com baianos. Eles trouxeram uma respeitosa troupe de apoio ao Deputado Paulo Souto. Fui lá e fiquei sob fogo cerrado. Gosto desse tipo de debate, desde que seja feito com argumentação. Não tem problema. Enfrento o debate, gosto da discussão. Para mim, isso é salutar, porque amplia minhas convicções e me traz dúvidas, às vezes necessárias, porque vida sem dúvida também não tem razão de ser.

Quando o Governador foi embora, saiu todo mundo. Parecia mais uma homenagem, merecida, ao Governador. E não era isso. Queríamos fazer o debate político e ouvir os argumentos corretos, e até mesmo, às vezes acontece, os equivocados.

Por isso estou convencido da necessidade de mudança, até porque o projeto inicial de 300 metros cúbicos, que já estava previsto, não se acenava com esse debate, nem se orientava com esses objetivos.

Por último, quero crer que esse processo de integração de bacia é o início de uma política de integração de bacias em escala nacional. Uma vez constituído esse caminho de águas, é provável que daqui a pouco seja necessário recorrer ao Tocantins para dar continuidade ao processo, mais desdobramentos a isso. Não fazer esse tipo de previsão aqui é perder uma oportunidade para gerações futuras. Há que se ter nesse processo também preocupações ambientais e sociais.

Sou o Relator da PEC nº 524. Quero fazer essa discussão. Sei inclusive que existem três alternativas para bancar a chamada revitalização do São Francisco. A sustentação financeira dessa proposta pode ser apresentada e constituída conjuntamente. Houve reação da Fazenda, mas temos outras alternativas.

Quero finalizar com uma informação: 1 bilhão e 300 mil reais são de royalties pagos pelo setor elétrico. Com 20% disso, estaria paga a revitalização do Rio São Francisco. Se fizermos um mix disso mais as contribuições e impostos arrecadados em todo o País, 0,2% disso mais uma parte dos royalties não utilizados, mal usados ou desviados, teremos condições de resolver esse problema, isto é, buscar recursos para a revitalização do São Francisco.

Essa é a proposta. Já conversei com o Presidente desta Casa, Deputado Severino Cavalcanti. Podemos votar essa PEC tranqüilamente. Não haverá, de maneira alguma, desatenção com as partes doadoras, porque teremos, aí sim, constituídos os recursos que proverão a revitalização do Velho Chico.

O Governador da Bahia disse que não era contra a transposição, mas, sim, contra os procedimentos que vinham acontecendo. Partindo do princípio de que ninguém pode negar água — princípio cristão e humanitário —, temos de discutir e fazer os aprimoramentos necessários. Tenho certeza de que iremos, na pior das hipóteses, aniquilar o discurso fariseu e irresponsável que se quer pôr nessa importante iniciativa do Governo, que, na verdade, não é nem deste Governo, mas faz parte da história do Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, Sr. Ministro, na verdade nunca havia participado de debate sobre esse tema. Estava, sim, preocupado com a quantidade de água que seria distribuída por todos os Estados. Só isso já seria suficiente para mim, porque é uma quantidade muito pequena de água que será retirada do rio.

Acredito que estamos falando de um projeto que, além de ser economicamente grande, com discussões ambientais e repercussões políticas muito grandes, é viável e vai ser a salvação dessa região. Quando tinha 7 anos de idade já ouvia histórias sobre a seca, de pessoas que saíam de suas cidades, como ocorre até hoje. Parece que o Governo Lula vai acertar, porque agora percebemos um direcionamento e uma intenção de envolvimento da população, como ocorre também com a Cuiabá/Santarém. Quer dizer, não vamos mais construir rodovias para que meia dúzia ganhe dinheiro com a especulação da terra, como aconteceu no passado. O cidadão sabia que uma rodovia seria construída ali e começava a comprar terras naquela região. Vamos asfaltar a rodovia. Com certeza, daqui a 50 anos, 100 anos a floresta estará de pé, mesmo com a presença de pequenos, médios e grandes empresários na região.

Iniciamos também o debate sobre Belo Monte. Muitas pessoas têm medo das barragens, porque Tucuruí foi um desastre. Depois de tantos anos, muitos ainda lutam por indenização referente a prejuízos à saúde. Isso não vai acontecer mais, porque vamos contar com a participação da população, tanto daqueles que irão sair da área urbana quanto aqueles da área rural que deverão ter condições e ser alocados em outras áreas. É um novo momento.

Não concordo com o que alguns dizem: “Não, esse projeto já existia.” Seria o mesmo dizer que o projeto de gestão florestal já existia. É diferente. O projeto de gestão florestal que se propõe agora é totalmente diferente.

Recebi esse material agora — penso que ele seja muito rico em termos de informações. Gostaria de obter também o material dos que são contra. Este material é a favor, com perguntas e respostas. Solicito aos que são contra que forneçam material, com justificativas, perguntas e respos-

tas. Precisamos realmente de informações. Nessa altura do campeonato, deitar falação apenas para fazer palanque político numa comissão não funciona. Já passamos desse tempo; o povo brasileiro tem pressa. Quem não tem pressa são aqueles que não querem ver o atual Governo reeleito. Essa é a verdade. Eles querem debater por mais 20 anos e não querem ver nada construído neste País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Quero cumprimentar a Deputada Maria Helena, Presidente desta Comissão, e, em especial, o Ministro Ciro Gomes, com quem aprendi muito ao longo de toda a minha vida pública. Estive 8 anos na Secretaria de Planejamento, onde tive oportunidade de conviver com S.Exa., àquela época Governador, e presenciar seu excelente trabalho no Ceará, elevando-o realmente à condição de importante Estado da Federação.

Sr. Ministro, até para prevenir e evitar má compreensão das minhas observações, porque não ponho carapuça de charlatão, de leviano, de mentiroso, tenho compostura e vergonha e, sobretudo, sou responsável pelos meus atos, quero dizer isso, porque qualquer análise que venha a fazer estará desprovida de qualquer consideração dessa natureza. Até porque penso que vimos acompanhando essa discussão há muito tempo e observamos que ela tem sido feita com alguma seriedade.

Com justiça, V.Exa. ponderou que o Governador Paulo Souto tem conduzido esse debate com seriedade, e o tem feito efetivamente. Ele jamais tomou qualquer posição, como alguns levantaram, de uma forma até não muito correta. Não vou discutir isso, porque são detalhes, ainda mais porque partem daqueles que antes faziam panelaços, para impedir a implantação de projetos de qualquer Governo; hoje, porém, no Governo, têm dificuldade de aceitar o debate. Mas essa não é a questão do momento.

Poderíamos debater vários assuntos. Para ser mais breve, vou levantar algumas questões que considero fundamentais. Primeiro, permita-me discordar de V.Exa., e peço licença para isso, de que esse projeto seja como outro qualquer, como a construção de uma estrada ou qualquer outra coi-

sa. Não. Esse é um projeto de desenvolvimento regional importante não só para o Nordeste, mas para todo o País, porque vai consumir recursos significativos. Portanto, não é um projeto comum. A meu ver, esse projeto precisa ser discutido no Congresso Nacional, porque não se trata apenas de uma obra qualquer, da construção de uma barragem, ou de uma estrada. Ele irá promover o desenvolvimento de uma região. Além disso, é uma prioridade política do Governo Lula em relação ao Nordeste. Se não discordamos disso, gostaria que o debate ficasse nesses termos.

Ora, por que não promover o desenvolvimento do Ceará e do Rio Grande do Norte? Nenhum problema, já fizemos isso na Bahia, e não discordamos disso. Penso que essa observação deveria ser enfrentada com mais lealdade do ponto de vista do Governo — e aqui não faço referência a V.Exa. O debate é este mesmo: vamos mudar prioridades. Nenhuma dificuldade, todo Governo muda prioridades, todo Governo tem determinada ação política, mas redireciona prioridades, porque sempre haverá competição de recursos.

V.Exa. há de convir, Sr. Ministro, que alocar 4,5 bilhões de reais em 2 anos, se consideramos os 5 bilhões liberados ano passado pelo Governo Lula, durante todo o exercício de 2004, um pouco mais de 5 bilhões de reais efetivamente pagos, significa que a metade, 2,5 bilhões, se consideramos um ano, será a metade de tudo o que foi feito no Brasil.

Portanto, não se trata de um projeto qualquer. Ele irá afetar a vida de milhões de brasileiros, porque alguns Estados da Federação, com obras em execução, deixarão de receber recursos, a não ser que o Governo Federal esteja passando efetivamente por uma fase áurea de recursos. Parece-me que a crise fiscal está aí, na porta de todo o mundo, senão o Governo não estaria contingenciando recursos, mas, sim, cumprindo todos os compromissos assumidos com o povo brasileiro, sem nenhuma dificuldade.

Hoje, por exemplo, discute-se o FUNDEB. Se há ou não 4,5 bilhões de reais para alocação. Quer dizer, são competições. O recurso vai competir com todas as áreas. Isso é inquestionável.

Outro ponto negativo, a meu ver, é a forma de condução do projeto. Realmente é um projeto polêmico, pois cria certa acidez nas relações entre os entes federados. Ele dificulta o equilíbrio do pacto federativo, porque põe 4 Estados doadores contra 4 receptores, o que efetivamente cria difi-

culdades. É difícil para qualquer um de nós chegar na Bahia, por exemplo, e dizer que estamos de acordo com o projeto. Podemos estar de acordo, até vou ponderar depois, porque também não sou tão contra assim, como se está dizendo.

Mas o que ocorre? Por exemplo, um Município que esteja a 30 quilômetros do Rio São Francisco, sem água para beber e sem alternativa no subsolo para buscar água. Como é que se diz àquela população que vamos levar água a 622 quilômetros de distância, não apenas para abastecimento humano, mas sobretudo para irrigação, para desenvolvimento econômico? Está escrito no projeto que mais de 60%, quase 70% desses investimentos do eixo norte serão efetivamente para investimentos econômicos, em irrigação, não sei mais o quê — não sei bem dos detalhes agora, não posso me referir a eles, mas está no projeto pelo menos que uma parte será para desenvolvimento econômico.

O Governador Paulo Souto tem frisado bem que o eixo leste é plenamente justificado. Quem terá déficit hídrico nos próximos 5, 6 anos será a Paraíba, e aí é justo que se promova o mais breve possível ações direcionadas para resolver o problema.

Para o eixo norte, ainda existe a possibilidade de se ter mais adiante, porque o Ceará fez um trabalho magnífico e o Rio Grande do Norte também está muito bem nessa área. Ambos fizeram um trabalho magnífico de integração de bacia. V.Exa. e o Governo têm participação nisso, pois buscaram financiamento inclusive do Banco Mundial, que, aliás — e foi outro problema —, não queria financiar esse projeto. Isso já foi discutido e V.Exa. respondeu em outras ocasiões. Por que o Governo não faz o eixo norte, que custa em torno de 500 milhões de dólares — não sei se o número está bem preciso? O outro eixo vai custar a maior parte dos recursos e, por isso, vai criar dificuldades enormes do ponto de vista fiscal. Ninguém vai acreditar que existe tanto dinheiro sobrando assim para recuperar todas as estradas, investir em educação e saúde, fazer tudo neste País e ainda o Governo ter a tranqüilidade de liberar recursos num fluxo normal, durante 2 anos, como vem sendo dito.

É isso que pretendo discutir. Não estou preocupado com a viabilidade técnica. Os técnicos, sim, vão estudar a situação e chegar à conclusão se se pode ou não tirar água. Acho esquisito tirar 25 metros cúbicos de 90

disponíveis para um único projeto, mas se for importante para o País, para o Nordeste e para essa área do semi-árido setentrional, por que não?

Só para concluir, se analisarmos, por exemplo, o que foi feito, e o Deputado José Rocha já havia citado, a justificativa de revogação da transposição das águas do Rio Elba, na Espanha, o que está posto lá: custos subestimados — não sei se é o caso —, estrutura de curso de água não explicada (temos dificuldade ainda de compreender tudo isso), benefícios superestimados, pode ser, ou não, ausência de rigor necessário dos estudos sobre a efetiva disponibilidade para transpor. V.Exa. está dizendo que é o melhor estudo do mundo, não existe um projeto de transposição no mundo tão bom quanto esse. Não duvido das suas palavras, porque sou um convicto desse projeto e elogio muito a postura de V.Exa. Gostaria até que os Ministros baianos no Governo tivessem a mesma disposição que V.Exa. tem em ajudar sua região e seu Estado, sem nenhum demérito — e não estou fazendo insinuações, se V.Exa. está beneficiando seu Estado. Estou dizendo que V.Exa. está no legítimo direito e dever de lutar pelo que é melhor e acredita.

Só para concluir, penso que as transposições só devem ocorrer — questão levantada pelo Governo Paulo Souto — após a otimização dos recursos hídricos de cada bacia.

Ora, não posso também aceitar que o Ministro do Desenvolvimento, por exemplo, diga, na Bahia, que o Baixio do Irecê e Salitre, com 80 mil hectares de área a serem irrigadas — e o Baixio do Irecê com 5 mil hectares realizados, mas não está operando —, praticamente não tenham um centavo de recursos no Orçamento e serão feitos com recursos da Líbia, de Kadaf. Acho que isso não é verdade, V.Exa. não diria isso, tenho certeza. É complicado achar que vamos arrumar dinheiro da Líbia para financiar projetos de irrigação que estão lá e que vamos ter dinheiro bom do Tesouro para outros projetos de irrigação a 300 quilômetros.

A discussão é: é prioritário fazer a irrigação lá em cima? É. Então, vamos assumir isso, o Presidente Lula terá o bônus de fazer o projeto lá na região e o ônus de retirar investimentos significativos da região da Bacia do São Francisco.

Quanto a ser contra ou não, não é nossa preocupação fundamental. Gostaria de me aprofundar mais nessa discussão, porque não quero ficar

estigmatizado e nem gostaria de ouvir — penso que não foi a intenção de V.Exa. — que fomos favoráveis à instalação da Ford no Nordeste. Devo dizer que a fábrica foi importante para o Nordeste e também o será para aquela Região. E isso se dará com o apoio de todos os nordestinos, de Tasso Jereissati e de todas as pessoas com quem mantivemos sempre bom relacionamento. V.Exa. sabe muito bem disso. Não somos contra o Ceará, o Rio Grande do Norte ou qualquer outro Estado. Mas seria muito melhor o Governo fazer um projeto piloto para o primeiro eixo. Se der certo, faremos o segundo imediatamente, já que o Governo tem tanta confiança que ficará 8 anos no poder.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Passo a palavra à Deputada Ann Pontes, anteriormente inscrita.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, antes de mais nada, peço desculpas porque definitivamente hoje foi um dia difícil, pois estive na Relatoria na Comissão do Trabalho e na de Constituição e Justiça e de Cidadania, portanto, acabei pegando flashes desta audiência pública. Portanto, desculpem-me se for repetitiva.

Gostaria de saber, de forma mais precisa, como se dará a retirada de água do São Francisco. Isto é, ao longo do ano isso se dará ininterruptamente? Pode ser aumentada a quantidade de água? Quem decidirá sobre esse aumento?

O segundo questionamento é: qual será o custo dessa água? Como será a distribuição da água aos usuários? Qual a qualidade da água que será ofertada?

Finalmente, em relação ao Governo Federal e na esteira das preocupações do Deputado que me antecedeu, há recursos para se revitalizar e fazer a transposição simultaneamente ou o Governo terá que fazer a opção?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Obrigada, Deputada.

Dando seguimento aos trabalhos, convido o Sr. Ministro para fazer suas considerações finais e responder aos questionamentos.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Eminente Deputado Betinho Rosado, agradeço a V.Exa. os dois esclarecimentos. Ocorre que quando da inauguração do Armando Ribeiro Gonçalves parece-me que eu já era Governador, e o Presidente era José Sarney. Mas V.Exa. está dizendo que foi o Presidente Figueiredo quem inaugurou. Lembro-me de que fui à inauguração e, com certeza, não era o General Figueiredo na época. Mas agradeço a V.Exa. o esclarecimento, porque pode ter parecido que eu quis fazer qualquer increpação contra a PETROBRAS. Apenas disse que a PETROBRAS tinha lá suas razões, que agora compreendo quais são, para tamponar os poços quando havia alternativas de vesti-los corretamente e não deixar essa promiscuidade de materiais diferentes, impossibilitando a utilização da água. A PETROBRAS, com a ordem do Presidente Lula, agora está fazendo isso.

O projeto de integração de bacias vai evoluir de fato por etapas. A primeira etapa é a que constrói os 2 eixos principais, o eixo norte e o eixo leste, e a direção dos eixos V.Exa. conhece bastante bem. No Rio Grande do Norte, há uma discussão para 2 entradas: uma pela barragem Santa Cruz, que é a do Piranhas-Açu, e a outra pelo Apodi.

Não estava com a informação naquela hora, assim como ainda não estou. Mas trago a resposta a um dos questionamentos: o canal do Apodi tem valor estimado de 500 milhões de reais. Não é seguro eu responder agora a V.Exa., porque é possível adaptar esse valor. Então, vou aguardar — se V.Exa. me permitir — o encontro que teremos da bancada com a Sra. Governadora, porque ainda é maleável inclusive a discussão dessa ou daquela entrada. Não estou seguro tecnicamente para responder. Na minha memória, que é frágil nesse aspecto, estaria na primeira etapa, mas não posso afirmar sem uma consulta aos engenheiros, porque é a primeira etapa de projeto e inclui licença, licitação, etc. Há uma outra etapa, a de execução — não tenho segurança se está. Mas depois esclarecerei.

Deputada, fui surpreendido com a declaração de um Deputado, que infelizmente já não está mais entre nós, de que o Tribunal de Contas teria condenado uma licitação. De fato, eu não tinha notícia disso e até admiti que pudesse, eventualmente, ter acontecido algo dessa natureza.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sra. Presidenta, no bloco anterior, os Deputados apresentaram sua réplica logo após o esclarecimento do Ministro. Gostaria de saber se eu poderia fazer o mesmo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - A réplica foi apresentada após a resposta do Ministro a todos os Deputados que estavam inscritos naquele bloco. Não sei se V.Exa lembra. O Ministro respondeu a todos. Posteriormente passaremos a palavra para réplica.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Não foi isso que presenciei no outro bloco, mas vou aceitar essa regra e aguardar a resposta do Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - No bloco anterior, após o Ministro haver respondido a todos os Deputados — Inácio Arruda, Miguel de Souza e Marcondes Gadelha —, concedemos a réplica ao Deputado João Fontes.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Pedi imediatamente que a minha assessoria me socorresse. Sei que uso as palavras, às vezes, com certa contundência; é o meu jeito, a minha educação. Mas quero crer que não usei nenhuma palavra fora do dicionário, no caso o termo foi “leviandade”.

Recebi a informação a que se referiu o Deputado. O meu assessor pediu a S.Exa. a cópia, mas ele se recusou a entregar. Então, tive de mandar buscar uma cópia no Tribunal de Contas, que acabou de chegar, e preciso esclarecer o fato a esta Casa.

Não há, de fato, qualquer iniciativa do Tribunal de Contas. Houve uma representação do Deputado Federal José Carlos Machado. Em resposta a S.Exa., o Tribunal de Contas da União afirma: “No que se refere à Concorrência Pública nº 1/04, esta já foi objeto de exame por parte deste Tribunal” — porque é o que faço, mando os editais antes para o Tribunal avaliar. No âmbito do TC, “não tendo sido constatadas irregularidades graves, mas apenas falhas formais, sendo, em decorrência, exarado o acórdão número tal, no plenário tal, etc.”

“No que se refere à Concorrência Pública nº 2” — essa se refere às bombas —, “que está sendo examinada no âmbito do Tribunal de Contas, quanto à questão ambiental que ora se trata, a assinatura do contrato advinda dessa concorrência ficará condicionada à obtenção de licença am-

biental, como é cláusula do edital que publicamos e que, devido à necessidade de se obter esclarecimentos sobre alguns pontos, bem como a ausência de informações ou documentos, foi realizada diligência ao Ministério da Integração Nacional para complementação da análise”.

Não há, então, condenação. Não há absolutamente nada, conforme eu tinha afirmado aqui. Eu me assustei, pois poderia estar desinformado, mas não o estou. A verdade é que não houve. Infelizmente, chamo isso de leviandade. No meu vocabulário xucro, eu chamo de leviandade.

Eminente Deputado Severiano, desejo primeiro aceitar muito humildemente a censura que me fez, pois V.Exa. tem autoridade para isso, por sua serenidade e seu equilíbrio. E creia, excelência, preferiria que o debate evoluísse como está evoluindo neste momento. Entretanto, talvez seja um defeito de minha personalidade, mas acho que já estou velho demais para mudar nesse ponto e não desejo isso. Não consigo não me indignar com insinuações no campo moral. Esse é o único patrimônio que tenho, é o que tenho para deixar aos meus filhos — enfrento tudo mais. Sou treinado para o debate, gosto do debate. Para se ter uma idéia, nesta semana, participei de um debate de 6 horas na OAB desse mesmo tipo, onde fui agredido. Lá, o Deputado Fontes, e lamento que S.Exa. tenha saído, gritava a todo momento: “Isso é para fazer a sua eleição!” Isso foi feito na minha presença. E eu não podia dizer nada, pois tinha de obedecer às regras do debate. Transportou-se para cá, de novo, a insinuação que foi por mim repelida naquela ocasião. Aquele Deputado já deveria saber que isso não aceito. Perdoe-me, recebo a censura de V.Exa. como defeito de personalidade. Preferiria ser um homem sereno, assim como V.Exa., mas não o sou nesse aspecto.

O eminente Deputado Severiano Alves fez algumas ponderações que necessitam ser respondidas. A água do Rio São Francisco, em certos trechos, está dramaticamente poluída. Há no Baixo São Francisco uma epidemia de esquistossomose, que já está sendo tratada pela FUNASA no contexto do processo de revitalização que está sendo montado. Mas a idéia é que no projeto de integração de bacias seja entregue água bruta a companhias nos Estados destinatários, que receberão essa água bruta de maneira onerosa, a 11 centavos de real o metro cúbico, inseridos neste valor os custos de manutenção e operação do sistema e um subsídio cruzado, por dentro, entre os dois canais. O eixo leste, mencionado aqui, não

recupera energia. É o mais caro. Além disso, a água ficaria dramaticamente onerosa. Como o eixo norte recupera energia, o custo da operação é mais barato. Portanto, é possível fazer um subsídio cruzado entre os dois canais e os tipos de usuários.

Nossa idéia está baseada num modelo de gestão encimado por uma subsidiária da CHESF, que seria uma companhia de águas subordinada à holding da CHESF, que teria sua companhia de energia e uma companhia de água, prevenindo um provável e grave futuro conflito entre usos de água; o primeiro deles é entre energia, abastecimento humano, econômico e irrigação. É melhor que previnamos hoje e que uma entidade possa dar coerência a essa contradição, diferentemente, por exemplo, de se fundar um órgão no Ministério da Integração Nacional para administrar esse projeto. Este seria um órgão criado para viver brigando com a CHESF. Portanto, abri mão da idéia de ter essa estrutura no Ministério da Integração Nacional, porque entendo pertinente que a própria CHESF administre. Essas companhias distribuidoras pagarão esse custo, e a água será entregue gratuitamente a 400 pontos comunitários já mapeados — estou arrendando os números —, com sistemas simplificados de abastecimento de água tratada. E no destino, a água bruta será tratada, quando necessário, nos sistemas urbanos, ou será entregue bruta mesmo para determinados usos industriais, quando for o caso.

Lembro a todos que o projeto está com garantia de vazão firme apenas para a parte relativa a abastecimento humano. A outra parte mencionada de forma transparente pelo projeto destina-se a fortalecer a sustentabilidade da vida, que tem a ver com a economia, apenas e somente apenas se Sobradinho verter, porque as necessidades humanas seriam incondicionalmente garantidas com 26 metros cúbicos. O adicional seria apenas e tão-somente garantido se Sobradinho verter, quando será possível, em 40% do tempo, garantir a economicidade da taxa de retorno pelo manejo integrado. Daí chamar-se “integração de bacias”, que inverte a lógica: em vez de bombear água, determina-se, até pelo constrangimento do ônus e custo da tarifa, que se use a água na ponta, tomando-a do vertimento e da evaporação; só então, se Sobradinho verter, é que se poderiam agregar os 61 metros cúbicos médios.

Isso me permite, num certo ponto, esclarecer uma outra dúvida. Como se faz um canal que tem capacidade de transportar 127 metros

cúbicos por segundo de água para transportar apenas 26 metros cúbicos? A questão básica é que estamos trabalhando com médias. Portanto, 26 metros cúbicos serão permitidos por outorga; quem fizer mais do que isso estará praticando uma ilegalidade.

A CHESF, por exemplo, pode praticar uma ilegalidade. Como aquela companhia tem uma outorga da ANA, ela pode praticar ilegalidades. Por exemplo, ela pode segurar a água toda e deixar passar só 100 metros cúbicos por segundo, pois tem capacidade física para isso. Mas ela não pode assim agir, porque a ANA e o IBAMA acompanham, e o Ministério Público tem instrumento legal para coagir quem for agir dessa forma. Então, a mesma modalidade vale para o projeto. A outorga da ANA de vazão segura se circunscreve exclusivamente a 26 metros cúbicos. Porém, a outorga permite que, se Sobradinho verter — e nesse caso a incidência não será sobre mínimos críticos, mas sobre máximos — e havendo volumes mortos de espera na frente, pelo novo modelo de gestão que está se tentando implantar junto com o projeto, pode-se bombear até 127 metros cúbicos por segundo. Caso contrário, para atingir a média de 61 metros cúbicos por segundo, iríamos extravasar o canal. Para chegar a 63 metros cúbicos com 26 metros cúbicos de mínimo, que é a vazão segura, precisa-se ter um canal com dimensão para transportar 127 metros cúbicos de água no pico. Quem garante isso? Não se trata de conversa de bandido; são decisões institucionais dentro do quadro legal do Estado de Direito Democrático brasileiro. Senão, vamos dizer: quem garante que não podemos matar uma pessoa? A lei. Matam-se pessoas? É verdade, matam-se pessoas, mas a lei impõe as devidas punições para quem mata.

A outorga é de 26 metros cúbicos por segundo. Eu refiz a outorga, Deputado. Peço a algumas pessoas que ouçam — pelo amor de Deus!. Pedi de volta a outorga de 63 metros cúbicos por segundo de vazão segura. Portanto, observando o que o Plano de Bacia nos ensinou, e que foi feito à época e com a aprovação do Comitê de Bacia, o que fizemos, contra determinadas opiniões do Ministério? Vou explicar. O Comitê de Bacia aprova 26 metros cúbicos. Então, a outorga se circunscreve exclusivamente à vazão firme de 26 metros cúbicos e agrega uma outorga adicional condicionada a Sobradinho verter. Mas — pelo amor de Deus! — é assim mesmo. Não é maneira de dizer, peço a V.Exa. que raciocine, ouça, deixe entrar em sua alma, ainda que seja para continuar contra. Se Sobradinho verter — como ocorreu em janeiro de 2004 e está acontecendo cerca de

60 dias atrás, por dois anos acontece — haverá cheias, tragédias humanas, como aconteceu em Propriá. Estamos falando de 13 mil metros cúbicos por segundo, mas passaram 16 mil metros cúbicos em Propriá, de janeiro a fevereiro de 2004, de acordo com dados oficiais. Temos estações de medição que aferem isso. Qual é o problema tirar mais 40 metros cúbicos e reservá-los para um futuro incerto no nordeste setentrional? Se Sobradinho estiver vertendo, vai faltar água para quem? Para qual uso?

A vazão firme, sobre a qual podemos discutir, incide sobre o mínimo, por segurança e precaução. Isso significa 1,4% da vazão mínima medida na foz.

Responderei algumas questões que considero fortes e pelas quais tenho respeito. O debate tomou muita qualidade para o meu aprendizado. A afirmação de que a transposição é a melhor do mundo não foi feita por mim. Posso afirmar, e vou repetir, que, comparando com as outras, é a mais segura do planeta, de todas quantas eu pude conhecer. E não é por que estou envolvido no assunto ou porque a crítica melhorou muito o projeto. Não é nem mérito meu, a questão é física. É a única que transpõe menos de 2%. Fala-se muito do assunto na Bahia. E aquele Estado tem uma orquestra bem afinada, embora dramaticamente respeitável. E para meu prazer e privilégio, trata-se de gente séria, respeitável, capaz e bem-intencionada que está defendendo pontos de vista pelos quais tenho respeito. Posso discordar, como estamos discordando, mas respeito. O que estou dizendo é que essa vazão de 2% é a menor de todas. O Rio Tajo — é o mesmo Tejo — é transposto em 60% na Espanha. E a explicação da pujança espanhola, sob o ponto de vista agrícola, deve-se a essa obra. Uma outra obra feita lá, impertinente por alguma outra razão foi cancelada. Há bobagens imensas já feitas no mundo.

Definitivamente, tenho segurança de que não estamos fazendo bobagem. Primeiro, pela moderação da quantidade transposta; segundo, pela localização do ponto de captação. Qual o risco de uma transposição? Drenar o rio para outro rumo, secando a sua foz. Esse é o risco. Isso não é possível no São Francisco em razão da proporção transposta e também pelo ponto de captação, porque a água será captada onde o rio é artificial. Quanto de água passará entre Sobradinho e Itaparica? Quanto a CHESF quiser, pois é ela que vai gerir o sistema, com uma subsidiária. Portanto, o risco é absolutamente zero, nenhum, nulo. E a gente ouve o testemunho

da população, que já é sofrida e machucada, sobre a degradação do rio que esse projeto não causou. Esse projeto foi elaborado para tentar resolver com seu componente de revitalização. Isso tem de ficar claro.

Ouvi uma autoridade pública — e vou mencioná-la, porque é melhor que assim seja —, o Governador João Alves, dizer que o rio vai secar. Qualquer palpiteiro pode fazer isso, mas não uma autoridade pública com a responsabilidade institucional que S.Exa. e eu temos, cada um na sua posição, eu na modesta condição de servidor do País sob a liderança do Presidente, e ele na de Governador de um importante Estado do Brasil. Não pode o Governador fazer esse tipo de afirmação sem demonstrar dados concretos. Se S.Exa. tem razão, percebam, Excelências, esse projeto deve ser abandonado imediatamente e encaminhado ao arquivo. Essa é a minha opinião. Se importa o risco de secar o rio, vamos encerrar o assunto. O Presidente Lula não admite essa idéia, eu não admito essa idéia, enfim, nenhuma cabeça razoável admite essa idéia. Portanto, quem pensa que um projeto como esse vai esvaziar o rio tem de vir para o debate e demonstrar isso. Qual é a fonte do dado? “Um fulano da CHESF me disse.” Assim não é possível. A CHESF não fala, a CHESF escreve documentos oficiais. A CHESF faz parte do Comitê de Bacias e deve pôr uma unidade sua para administrar o projeto. Além disso, votou a favor do Plano de Bacia, que foi aprovado por unanimidade. E todos os números vêm do plano.

Por favor, atirem aos meus olhos o quanto mais precocemente possível qualquer esclarecimento. Não sou hidrólogo nem especialista. Estou confiando na dinâmica técnica e política, porque esse crivo técnico foi submetido a um debate em 18 audiências públicas pelo Comitê de Bacias, que é uma entidade majoritariamente controlada pela sociedade civil, e não pelo Governo. No entanto, nada disso justifica que não possa haver um erro. Se houver erro, temos de saber qual é. Podemos debater assunto dessa natureza dizendo “o senhor está dizendo que passa 1.850 metros cúbicos na foz, por mínimo, mas eu passei lá com o meu barquinho e fiquei atolado”. Atolou porque estão passando 800 metros cúbicos por segundo. E qual é a fonte? “Foi o fulano da CHESF que me disse”. Aí não é possível.

Não é o seu caso definitivamente, Deputado.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - O rio certamente não está igual à época de Pedro Álvares Cabral.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Vou seguir adiante. Eminente Deputado Lupércio Ramos, obrigado pelas palavras estimulantes. Tenho o dever de esclarecer a V.Exa. ou pelo menos tentar dar minha opinião sobre duas frases, uma delas atribuída por V.Exa. ao Governador João Alves, no sentido de que a sobrevivência dos alagoanos e sergipanos está em jogo. E já estou dando outros exemplos.

O Governador João Alves foi meu eleitor para a Presidência da República e é um amigo que eu não queria perder nessa dinâmica. Eu disse pessoalmente a S.Exa., em outras ocasiões, e direi aqui também, embora não esteja presente: com o respeito, o carinho e a gratidão que tenho pelo Governador João Alves, acho que S.Exa. tem perdido a serenidade. Se é para debater contra, deve fazer como a Bahia, por exemplo, que tem feito isso de maneira séria, o que tem aperfeiçoado o projeto. O Governador João Alves foi o único autor brasileiro a escrever um livro defendendo a transposição do São Francisco. Quando se mergulha no livro — e eu fiz isso para conhecer um dos 6 livros de sua autoria sobre o Nordeste —, o Governador João Alves defende o reforço hídrico da Bacia do São Francisco em mil metros cúbicos por segundo, basicamente com um conjunto de barragens em Minas Gerais, cuja providência está tomada. Se não está mais célere é porque o Governo de Minas Gerais ainda não desvencilhou a licença ambiental.

Preciso ponderar que o reforço hídrico da bacia, para manter a vazão do São Francisco, será necessário em algum momento entre 2025 ou 2030, porque o Plano de Bacia esclarece que, para uma vazão mínima de 1850 metros na foz, com 100% segurança, 360 estão disponíveis para usos consuntivos, ou seja, para consumo. Se a história levantada é de 91 metros cúbicos por segundo, qualquer reforço à vazão do São Francisco que se faça hoje será uma impertinência antieconômica. Não abandonamos os estudos de reforço hídrico, trazendo água pelos Rios Sono e Preto do Tocantins até o Rio São Francisco. As barragens que vão reforçar a regularização do Rio São Francisco estão em andamento. Vamos executar Berizal e Congonhas. O Governador de Minas pediu Jequitaiá, e estamos. Vamos ajudar a financiar a execução dessas barragens, que é a tese do livro do Governador João Alves, data em que defende a transposição. É o único autor que defende a transposição do Rio São Francisco na capa de um livro. Apenas é uma concepção que, no meu entender, não faz juízo de oportunidade, de conveniência e de exigüidade de recurso, porque defen-

de o reforço hídrico para uma conjuntura em que o rio, pelo menos hoje, tem água sobrando.

Não estamos aqui tratando de problema de revitalização, porque quero dizer novamente que isso se impõe, como o Deputado falou. Não é compensatório, indenizatório, condicionante, é um dever que o País tem com o rio da integração nacional. O País vem desertando desse dever há 500 anos. O Deputado José Rocha trouxe a informação grave de que o IBAMA está licenciando o desflorestamento de mata ciliar. Novamente não posso negar a fala importante de um ribeirinho, mas que para mim era chocante. Vou ver se procede, e se assim for, acabou hoje. O IBAMA não está na minha hierarquia, mas encaminharei informação ao Presidente da República e garanto que S.Exa. não tolerará, porque estamos montando canteiros — e vou fazer muitos na Bahia —, de maneira que venha gerar renda para o ribeirinho fazer a reposição da mata ciliar. Tem cabimento estarmos fazendo a reposição de mata ciliar e alguém cortar a autorização do IBAMA? Temos conhecimento de tal fato e estamos periciando. É ilegal, um remanescente. É quase nada.

Duvido que seja do Governador Paulo Souto a frase a S.Exa atribuída pelo Deputado Lupércio Ramos: de que o Ceará e o Rio Grande do Norte têm mais água reservada do que o São Francisco. Além de ser um homem muito sério, equilibrado e sereno, o Governador é um geólogo, um profissional que gosta do que faz, que não abandonou a sua qualificação profissional. S.Exa. não confundiria, como muitos leigos fazem, até auto-referidos professores em certos contextos deste debate, capacidade e potencial de reservação com disponibilidade hídrica. O Rio São Francisco tem uma vazão contínua de 2.850 metros cúbicos por segundo, em média. Agora não é mais mínimo. Então, o rio passa de manhã, à tarde e à noite, 24 horas por dia, 265 dias por ano, décadas, séculos e milênios com 2.850 metros cúbicos por segundo em média.

A água no nordeste setentrional depende da capacidade de reservação, e o Ceará de fato avançou muito. O Ceará tem hoje 17 bilhões de metros cúbicos de potencial de reservação de água. O Rio Grande do Norte deve ter algo em torno de 5 bilhões de metros cúbicos. Se fizermos 17 bilhões de metros cúbicos, mais 5 bilhões de metros cúbicos, supondo que essas reservas estão sempre cheias e dividirmos pela população, teremos mais água per capita do que a disponibilidade mínima do São Francisco

— só que isso não é razoável. Por quê? Porque conhece um mínimo da realidade, estamos com ciência e estudo técnico feito sobre o que temos de fazer, assim como incidimos as contribuições sobre o São Francisco na sua vazão mínima. Por quê? Porque na média e na máxima, ninguém vai duvidar que tem água sobrando. Temos de ver se agüenta na mínima. Então, todos os cálculos são feitos em cima da mínima, são ponderados para a mínima.

Da mesma maneira, precisamos saber qual é a água segura, firme, como dizem os hidrólogos, que os Estados do Nordeste setentrional têm. Por essa mistura macabra de vertimento e evaporação, a vazão firme assegurada nos reservatórios do Nordeste setentrional é de 20% da capacidade de reservação. Então, fica simples. No Ceará, já fiz o cálculo, 17 bilhões de metros cúbicos vezes 20% resulta em 3,4 bilhões, que é a vazão firme. Claro que num ano cheio, com 17 bilhões, enche tudo. Mas isso não é problema, não se vai bombear nem uma gota d'água pagando 11 centavos o metro cúbico se as reservações estiverem todas cheias, pois o rio também vai estar cheio. Aí vamos ter de administrar a enchente, como já administramos no ano passado e neste de novo. Porém, se houver 3 anos seguidos de seca, aí vamos para os 20% de reserva segura. Isso dá 3.400, que, divididos pela população, dá 485 metros por habitante/ano. É rasa a conta. Podemos fazer e refazer essa conta facilmente. Cinco bilhões de metros cúbicos... Deputado, qual a população do Rio Grande do Norte hoje?

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Vamos arredondar para 3 milhões, o que agrava o argumento. O Rio Grande do Norte tem 5 bilhões de potencial de reservação, fundamentalmente, 20% que é a vazão firme. Portanto, 1 bilhão dividido por 3 milhões dá um déficit de 400 metros cúbicos por habitante/ano. Essa é a disponibilidade firme no Rio Grande do Norte. É simples. E aí o critério está disponível para discussão neste ano.

Estamos determinados e cumprindo um cronograma — é a última pergunta de V.Exa. Não há juízos subjetivos de pressa ou lentidão. Há um plano feito em 2003, estamos hoje com 8 meses de atraso nesse plano, porque concedemos 6 meses de suspensão de todo o cronograma para o Comitê de Bacias fazer o plano e depois concedemos mais 2 meses para a validação do plano. Depois, sofremos uns 45 dias de constrangimentos em função de liminares ou agressões físicas a funcionários públicos, porque fomos tentar fazer audiências públicas, convocadas em todos os Estados,

garantidas pela Justiça, mas fisicamente fomos impedidos por algumas pessoas que foram lá agredir funcionários públicos. E não foi agressão a minha pessoa; se fosse, ainda vá lá, porque sou duro, provocador, mas agrediram funcionários modestos do IBAMA que foram lá para apresentar o projeto oficialmente e receber oficialmente qualquer crítica. Enviamos os ofícios — temos todos os números — para todos os Governadores de Estados, mas nenhum respondeu.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Ministro, a propósito da observação do Deputado José Rocha, eu tive informação de que o IBAMA de Barreiras está sob intervenção porque realmente aconteceram denúncias envolvendo pessoas de...

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - De concessão de licença. Vou atrás, não tem conversa. Não tem sentido eu estar gastando dinheiro para fazer muda. Estou sabendo que estão destruindo o resto que ainda existe. Estou brigando lá com o José Carlos para ver como apóio a capacitação de pessoas por um lado e reprimo por outro. Estou lá na questão da siderurgia discutindo a alternativa de gás para não haver mais carvão, porque aquilo é uma herança da escravidão, inclusive, mas o IBAMA continua licenciando. A importância do Parlamento é essa: é ouvir. Já tomei nota, vou tomar providências. Não duvide, hoje mesmo o farei.

Deputado José Rocha, creio que já avancei em algumas questões, mas há uma hábil e competente observação de V.Exa. sobre cronograma, valores, etc. O programa de revitalização ainda não está traduzido em concretezude, em projetos, salvo em parte. Há alguns projetos já em fase de licitação ou de prática, mas a substância do projeto não está pronta, porque não há meios. Estamos financiando projetos de Municípios e o coração dele, mesmo pela indicação do Comitê de Bacia, é de saneamento ambiental. Então, 90% dos Municípios não têm projeto praticável, estamos apoiando e financiando iniciativas.

Conseguimos, porque o Presidente da República determinou, uma precedência no Conselho Monetário Nacional para dispor créditos do FGTS para financiamento de saneamento básico. Esses recursos, como bem sabe V.Exa., não entram na conta do programa de revitalização, que está no Tesouro, porque são recursos não orçamentários, mas do Orçamento do FGTS. Por aí, 620 milhões de reais estão contratados, boa parte deles em execução e outros ainda em fase de licitação, etc. Mas estão

contratados 621 milhões de reais em saneamento básico, da fonte FGTS ou FAT. Enfim, esses financiamentos não entram no Orçamento Fiscal stricto sensu da União.

No Orçamento Fiscal stricto sensu da União conseguimos colocar — e, reparem, o Ministério do Meio Ambiente colocou recursos onde o protagonismo do programa de revitalização não é do Ministério da Integração, mas do Ministério do Meio Ambiente. Ainda com as dificuldades que tem, o Ministério conseguiu incluir algo em torno de 25 milhões de reais para o programa de revitalização no Orçamento de 2005. Conseguimos incluir no Ministério da Integração Nacional 68 milhões para outras rubricas que não os 85% do coração do programa. Estou negociando com o BNDES, não posso anunciar ainda porque o que está garantido é essa excepcionalidade na Caixa Econômica: financiamento para saneamento básico. O BNDES está montando também um plano e há recursos do Tesouro.

Estou procurando concentrar os recursos, talvez por isso não haja contingenciamento. A Fazenda não tem culpa, apenas queremos chamar um certo envolvimento do Comitê de Bacia. Não queremos fazer um programa de revitalização de cima para baixo, ainda que haja essa recusa, fundada na falsa noção de que aceitar o programa de revitalização é legitimar o projeto de integração. Há certa resistência nisso, que não queremos, então estou segurando. Não estamos perdendo tempo, porque estamos fazendo projetos. E isso está andando. Como posso fazer por convênio, não preciso licitar. Estou pagando a FUNCATE, que é uma instituição do INPE, para fazer os projetos de saneamento.

O IFAN de Minas já tinha projeto de mata ciliar. Estamos financiando os primeiros canteiros lá. Temos um projeto bem pequeno de navegação com o Governador Paulo Souza, que é um financiamento de um barquinho com batímetro para achar o caminho e que já começou a operar.

Quero dizer que estou nisso de boa fé.

O SR. DEPUTADO CARLOS SOUZA - Mas Ministro, vai haver tempo? Nós estamos em maio.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Lamentavelmente, é muito pouco dinheiro. Então, não duvide que eu gastarei o dinheiro todo da revitalização, que é muito pouco. Estou atrás de recursos. Essa é uma luta

meio esquizofrênica, porque quem está furando brechas para fortalecer isso com o apoio do Presidente Lula somos nós, que temos sido, nesse tipo de debate passional, às vezes escolhidos como inimigo público número um. Mas já estou acostumado com isso e estou me refugiando na experiência do Osvaldo Cruz quando quis fazer a vacinação no Rio de Janeiro e enfrentou todo tipo de problema, inclusive e especialmente um discurso brilhante, quase irresponsável, do grande baiano Rui Barbosa, que era um gênio e que o Brasil todo admira, mas que cometeu esse equívoco grosseiro, porque fez um discurso condenando a invasão de privacidade que significava vacinar compulsoriamente e a quebra do respeito ao indivíduo. É brilhante o discurso de Rui Barbosa e está nos Anais do Senado. Estou me refugiando muito disso, porque as incompreensões são normais. O que quero é ser equilibrado, sério, e também ouvir com respeito as ponderações sérias e equilibradas como foram as de V.Exa. e de todos os outros Deputados que aqui se pronunciaram.

A questão do prazo é uma estimativa minha, com base em experiências internacionais, a exemplo do tempo que durou a obra no Tâmbisa e no Tietê. Aqui se mencionou o Rio Parnaíba, para o qual não há sequer uma agenda nem menção, embora também esteja sendo degradado.

Não é razoável imaginar que vamos revitalizar o Rio São Francisco em menos de 20 anos. E não é por falta de recursos; se tivéssemos uma montanha de 10 bilhões de reais hoje seria um vexame, porque não teríamos onde gastar. Pelas estimativas, acredito que já há para 1 bilhão. Vamos atrás, pois 621 milhões eu já achei; 100 milhões conseguimos agora para as outras rubricas. A rubrica da minha Pasta e a do Ministério do Meio Ambiente é uma rubrica só, é um programa só. E o protagonismo da revitalização é do Ministério do Meio Ambiente, apenas tenho me posto à disposição porque acho fundamental, é uma oportunidade de ouro. A agenda do Rio São Francisco está na cabeça do Chefe da Nação, ninguém precisa levar nota técnica para explicar, porque ele compreende bem isso. Ele vai falar da seca no Rio Grande do Sul, diz 2 frases sobre o assunto e já começa a falar sobre o Rio São Francisco. É uma oportunidade de ouro, que se for frustrada não haverá outra, pelo menos, eu creio, não na minha geração.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Deputado, como legítimo representante do Estado de Sergipe, quero dizer a V.Exa. que nossos mo-

destos funcionários estão com dificuldades de irem até lá. A agressividade, a falta de educação política, a violência — e não é da população, não, que é de gente muito boa; conheço-a bem — é muito grande. Se os recursos são escassos, digo-lhe muito francamente, não vou aplicá-los em um lugar onde brigam com os técnicos que vão até lá fazer projetos, mas, sim, em outro. Por exemplo, em Cabrobó, será feito agora com financiamento do Ministério da Integração Nacional. Não tenho dinheiro para todo mundo, portanto, vou fazer projetos onde querem, para quem é civilizado, tem organização política, militância correta. Não estou dizendo para ser a favor, não. Pergunte ao Governador de Alagoas se eu pedi a S.Exa. para ser a favor. Disse o oposto a S.Exa. Se considera legítimo ficar contra, fique contra. Pergunte ao Governador de Minas Gerais, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Governador Paulo Souto.

Eu jamais pediria ao Governador Paulo Souto para mudar de opinião, por respeito. Agora, tenho segurança de que estou tratando com um homem sério. Repito: tenho segurança de que estou tratando com um homem sério, que representa a opinião média dos formadores de opinião da Bahia. S.Exa. se põe como Governador, apresenta questões práticas, evidencia a necessidade lá em cima, que o rio é capaz de ceder, que, se há interesses econômicos lá em cima, os de cá são economicamente mais viáveis, então que se faça cá primeiro. Só não posso concordar com a última que agregaram hoje aqui: pacto federativo. Pacto federativo é uma coisa institucional, não dá um ou outro veto sobre o interesse nacional. Não pode — vou mencionar de novo aos meus queridos amigos e irmãos da Bahia —, porque o Nordeste inteiro se uniu, e aqueles que tinham alguma liderança política... Fomos à luta — fui um deles, o mais medíocre de todos — para defender as providências que a Bahia estava tomando para atrair a fábrica da Ford, que já estava sediada no Rio Grande do Sul. Se déssemos ao Rio Grande do Sul, naquela data, poder de veto a pretexto de pacto federativo, a Bahia não teria a Ford. São Paulo teria vetado a Ford também.

Com aquele regime automobilístico criado na marra, com meu apoio — e foi feito com retratinho 3 por 4 para dar aquele benefício, para desconcentrar a indústria, um objetivo estratégico de vida para mim e para o Ministério da Integração enquanto eu ocupá-lo —, não íamos aceitar veto do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Ministro, V.Exa. me permite uma intervenção?

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Claro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Permite-me discordar. A questão da Ford...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Deputado, ainda não abrimos espaço para a réplica.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Nenhum problema.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Não tenho a faculdade de alterar a regra nem o Regimento, mas quero dizer que, a essa altura do debate, qualificado como está, não tenho nenhum problema de eventualmente ouvir uma réplica.

É o argumento só para esgrimir argumentos de lado a lado. Pacto federativo é minha missão institucional. Sou Ministro da Integração Nacional. Tenho firme convicção de que estou esforçando-me muito, porque não participo de manifestações a favor do projeto. Em todas as manifestações para as quais me convocaram — aqui está o Deputado Marcondes Gadelha para confirmar —, como aquela quando fizeram um imenso ato público em Campina Grande, eu não só disse que não ia como a dissuadi, não compareci. No Estado do Ceará, a Assembléia Legislativa promoveu um ato público, fraudando um convite para uma palestra de apresentação do projeto. Na presença de todos, dissuadi a manifestação favorável. Recuso-me a entrar em uma coisa que emule os prós e os contras a este projeto. Este projeto não tem de ser viabilizado assim.

Fui à Federação das Indústrias de Minas Gerais. Disse lá que este projeto precisa do apoio de Minas Gerais. Não se fará contra Minas Gerais. Fui à CUT Nacional, com toda a representação dos Estados, à CNBB, à OAB. A representação do Ministério foi à CONTAG, não fui pessoalmente. Queremos, convencidos de que o projeto chegou em um ponto de equilíbrio defensável, porque, ao fazer um grande benefício, no ponto em que está não prejudica ninguém, nem hoje nem no futuro, não há razão para não acreditar na boa fé das pessoas, na maioria delas pelo menos, para que possamos expor e qualificar essa discussão. Não há mistério.

Quer uma chave para o programa de revitalização? A briga está em curso, contamos com o Presidente da República, mas folga de orçamento, tem toda a razão o Deputado, não existe. Essa é uma luta por recursos também.

Parece-me um equívoco próprio de espíritos amesquinçados, que somos nós, empobrecidos, que fazemos a nossa agenda cada vez mais medíocre, mais mesquinha, descrentes de coisas grandes, que tenhamos que antagonizar a conclusão de Salitre e Baixio de Irecê com as obras de integração de bacia. Que tenhamos que antagonizar; não são vocês, eu disse que somos nós. Precisamos garantir que os projetos de Baixio de Irecê e Salitre — isso é responsabilidade minha, quase imediata — tenham que ser viabilizados e concluídos.

Por que foi zerado o orçamento fiscal? Porque estou compreendendo, articulado com o Governador Paulo Souto, que aqueles projetos têm fundamentalmente — estou até enfrentando certos conflitos, especialmente no Salitre, porque houve uma invasão e mandei retirar — vocação empresarial. Paulo Souto disse-me que a vocação daquilo é para a produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar.

Não vejo, então, razoabilidade e vejo economicidade em que, ao invés de gastar dinheiro do Tesouro por mais 15 anos a conta-gotas, porque o dinheiro de fato não é farto, a gente faça uma concessão não por preço, mas por qual empresário, querendo receber a concessão de um projeto que está quase pronto, garanta o máximo de integração com pequenos. É um concepção que estamos montando, e os dois primeiros editais são Salitre e Baixio de Irecê, não por acaso. Estamos sondando o mercado, estamos acertando com a fazenda e estamos tateando essa solução.

Se não funcionar, voltaremos à luta por recursos diretos do Tesouro, mas pretendo este ano dar bom destino a Salitre e Baixio de Irecê, como estive agora no Projeto Formoso, levando 100% dos recursos que eram necessários para revitalizar o Projeto Formoso inteiro, reconstituir a estrutura de assistência técnica, reconciliar débitos com o Banco do Nordeste, levamos todas as agências, assistência técnica, o Governo do Estado da Bahia nos acompanhou.

Depois, fui a Guanabi inaugurar o açude, anunciei no mesmo passo a adutora. Evidentemente que, se pudesse, fazia mais. Mas também não te-

nho queixa. Estamos lutando e essa é uma velha luta por recursos. Apenas o Presidente da República foi eleito pela população brasileira e em suas atribuições e faculdades está o juízo de conveniência e oportunidade dos investimentos do Executivo. Isso é claro.

Se da minha parte restou alguma lacuna, o Presidente tem claramente que é prioridade do projeto estratégico do Nordeste a duplicação da BR-101, no Nordeste, ligando Natal a Salvador; a Transnordestina, reconectando os portos de Itaqui, Pecém e Suape, em Pernambuco, com um ramal indo buscar a soja no sul do Piauí, servindo também a Araripina, o ramal do gesso e servindo todo o trecho Petrolina e Salgueiro em direção a Suape; a integração de bacias do Rio São Francisco e revitalização do Rio São Francisco; o biodiesel, como alternativa de geração de emprego e renda para uma área de semi-árido que é muito hostil a qualquer outra planta que não seja xerófila com a pré-compra garantida e preço fixado pela BR Distribuidora, com plataformas que já estão mapeadas, algumas delas já em processo de execução. Essas são as prioridades do Governo do Presidente Lula para o Nordeste brasileiro. Não quer dizer que vamos abandonar projetos de irrigação, projetos de adução, porque estamos fazendo três mil quilômetros de adução, estamos fazendo a conclusão de barragens em Brumado, na Bahia.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - A refinaria de petróleo é uma prioridade que não está nos documentos oficiais do Governo. Estou dizendo do que conheço de planejamento estratégico. Então, tenho clareza disso.

O custo da água, uma menção ainda posta pelo Deputado José Rocha. O custo de capital da obra será a fundo perdido, investimento direto da Nação. As pessoas perguntam por que o Banco Mundial não financia. Porque o País está com uma carteira de créditos externos ociosos, que recebemos do Governo passado, pagando multa e taxa de permanência com um imenso superávit primário em nossas contas externas.

Não estamos, então, querendo para este e nem para nenhum outro projeto financiamento externo, se uma fonte do Tesouro Nacional, mais barata, sem juros, estiver disponível. E para este fluxo o Presidente da República deu a determinação de que será feito.

Não é possível comparar o fluxo para fazer proporções, senão na habilidade altamente brilhante do Secretário de Planejamento — mais do que do Deputado neste argumento —, com a execução financeira de despesas liquidadas com que o governo orça.

Sei que V.Exa. é professor e disse para mim, mero aluno seu de sempre, que o Governo estima em investimentos neste ano 15 bilhões, dos quais mais ou menos uns 600 milhões serão destinados para a integração no São Francisco. Então, já é uma proporção que não aterroriza tanto. É orçamento com orçamento, ao final do ano, vamos comparar o liquidado com o liquidado. Evidentemente, quero ter transparência. Isso é uma prioridade do Presidente da República.

O custo da água vai apenas pagar a manutenção das estruturas e a operação. Montamos um sistema que funciona integrado: o eixo norte, mais viável economicamente, financia o eixo leste. Por exemplo, Salgueiro paga hoje 0,56 centavos de real por metro cúbico de água bruta, mas está com a conta de luz atrasada, não pode pagar, o que é uma aberração. Salgueiro será libertada desse constrangimento pelo eixo leste. Então, para o eixo leste essa obra é muito necessária, quase um consenso, como lembrou o Deputado, mas é o mais antieconômico porque não recupera energia. Ele é o mais social, mas é o mais antieconômico.

Podemos fazer, portanto, um subsídio cruzado por dentro. Um outro subsídio cruzado por dentro também deverá ser feito, entregando água bruta e tratada para quem de direito: agricultura familiar, com 400 pontos de acesso comunitário ao longo do caminho, e assentamentos de reforma agrária. O ônus disso está embutido numa tarifa que, no bruto, situa-se em 11 centavos de real por metro cúbico. Isso é muito? É pouco? É caro? O que é? Vamos discutir isso também sobriamente.

O Rio Tajo, na Espanha, faz uma transposição e cobra 15 centavos de euro o metro cúbico, o que dá mais ou menos cinco vezes os 11 centavos de metro cúbico que estamos pretendendo cobrar.

Quanto é que dá isso para os Estados receptores: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará? A conta é de 86 milhões de reais por ano, para os quatro. Como é que isso pode ser impactante? Temos algumas simulações — porque aí o Governo do Estado vai ter o direito e a autonomia de, uma vez pagando a CHESF por essa água bruta, dar a ela o destino

que desejar —, apenas desejamos um novo modelo institucional, como já experimentamos no Ceará, onde toda formação de recursos hídricos brutos já cobra água. Acabou. Não dá mais para fazermos demagogia e dizer que água é um bem de Deus, está disponível 100%, porque não é. Então, a única forma de impor racionalidade, etc., é onerar essa água.

Agora, se essa tarifa de 11 centavos fosse brutalmente transferida sem nenhum outro ônus para a mais alta tarifa que há no Nordeste — isso são simulações que fizemos apenas com uma tarifa urbana de uma grande cidade do Nordeste —, isso impactaria no aumento de 20% máximo, da tarifa mais cara do Nordeste. Esse é só o pior cenário.

Se, no caminho, se vender água bruta para a indústria, para irrigação ou para as cidades que têm menor perda e maior eficiência na cobrança de tarifa, esse pior cenário vai-se diluindo, de maneira que será financiada de forma razoável a manutenção e operação do sistema com esses subsídios cruzados por dentro.

O Deputado José Rocha, que fez uma extensa agenda, muito objetiva e séria, fala em impactos ambientais. Precisamos traduzir isso para a prática. Estou recebendo a informação que a Secretaria Técnica do TCU, responsável pela análise técnica do processo de licitação das bombas, encaminhou ontem ao Ministro Augusto Sherman informação de não existir óbice ao prosseguimento da licitação. Recebi esta informação agora da minha assessoria jurídica. Essas coisas me incomodam e vou interrompendo a reunião para prestar esclarecimentos, até porque mandei os editais antes e, se houver defeito, quero saber antes. Não há por que reagir depois. Felizmente, está andando como eu imaginava.

Deputado, o impacto ambiental do projeto foi exaustivamente estudado. Então, temos que separar duas coisas. Uma é o Rio São Francisco como está, antes do projeto, agredido. O impacto ambiental da cascata de barragens é dado; o desmatamento de matas ciliares é dado; o assoreamento é dado; o desmonte de barrancas é dado; a esquistossomose é dada; a “língua salgada” é dada; a destruição de ilhas é dada. Não tem nada a ver com o projeto. Nada.

O projeto, *stricto sensu*, estudou: olhem e creiam. Não é por mim, sou apenas o porta-voz de uma equipe técnica muito qualificada, que esta-

mos procurando somar, e de respeito às críticas sérias, bem encaminhadas, que recebemos ao longo desses 2 anos.

O relatório do meio ambiente foi exposto na Internet durante 8 meses. Nos últimos 8 meses, esteve exposto na Internet, além de termos enviado cópias e comunicado para todo o mundo ambientalista, como ONGs e quem desejasse fazer porque queremos acertar. Precisamos do apoio das pessoas. Não queremos vencer as pessoas, não queremos passar por cima delas. Queremos um consenso. Ideal, para mim, seria fazer uma grande celebração nacional ao redor dessa providência, que não é mais nem menos do que uma providência que vai mexer com a vida de 12 milhões de pessoas. Não é mais: não vai acabar com a seca, não vai fazer milagre, mas também não é menos. É muita coisa. É a coisa mais importante que é possível se fazer no Nordeste de todas as idéias que circulam: nova SUDENE, irrigação. O mais importante e possível de se fazer no Nordeste, que trará impacto imediato na vida das pessoas, é isso.

Esse relatório está disponibilizado para todo o mundo há 8 meses. E é um novo. O velho, que havia — lacunoso —, mandei retirar.

Por exemplo, aqui se mencionou que era a questão do Rio Tocantins. Não é, não. O confronto da ictiofauna foi apresentado a nós entre a fauna, os peixes da bacia doadora, o São Francisco, e os peixes das bacias receptoras. E comer, Deputado, era uma expressão vulgar, no caso, porque o temor de quem ponderou era promiscuidade sexual entre os peixes. Eu, por exemplo, na primeira hora, na presença do Presidente da República, perdi a calma, lembrando-me de que estávamos em uma seca e havia um monte de carros-pipa controlados pelo Exército rodando aquela região — era 2003 —, mas um garoto estava dizendo isso. Depois, vi que estava errado. Se para a vida dele a preocupação são os peixes, tenho que respeitar, até porque, de fato, os peixes são importantes. E humildemente pedi desculpas. Contratei o maior especialista em ictiofauna e mandei estudar as espécies. Hoje, posso afirmar: são 56 espécies entre a bacia doadora e a bacia receptora, 34 das quais exóticas às bacias, 16 das quais importadas do estrangeiro. A espécie dominante na região é a tilápia, um peixe africano. Então, o risco foi esconjurado com qualidade técnica e não porque eu tinha o preconceito de achar que um garoto que estava preocupado com peixe estava defendendo uma coisa menor. Não. Pedi desculpa e mandei estudar. E, assim, todas as questões.

Os índios trukás e tumbalalás da Ilha de Assunção, confrontando a cidade de Cabrobó, em Pernambuco, têm uma agenda que vai de um centro cultural que querem construir a uma estrada para escoar o arroz que produzem lá, passando por apoio à pesca, à educação, etc. O projeto ambiental estudou todos esses aspectos. Eu os recebi pessoalmente. O Exército está na ilha, neste instante, fazendo os estudos de engenharia para construção da estrada e do centro comunitário, constantes da agenda dos trukás e tumbalalás — do lado de Pernambuco, da ilha, e do lado da Bahia.

Cito exemplos da sofisticação que não é minha, volto a dizer. Estou aqui apenas interpretando uma imensa equipe, de gente séria, e que só funciona por causa da determinação do Presidente Lula de fazer isso direito.

Não há um ângulo ambiental que não tenha sido refletido. Então, posso afirmar com esses exemplos chatos que já dei aqui que o projeto só tem benefícios ambientais.

Temos o estudo de qual será o impacto da poeira dos tratores na fase de construção; da provável quantidade de poeira que os tratores na fase de construção vão levantar e a possibilidade de alcance disso; de quais são as medidas mitigatórias que se tem de tomar para proteger a população. E isso não é favor, mas apenas a excelência que estamos buscando para fazer uma coisa direito, para respeitar todos os ângulos do assunto. Então, não há malefício. Nenhum malefício.

O programa de revitalização é a resposta ao desastre ambiental que aconteceu no rio, e não por causa do projeto.

Não afirmo, mas temo politicamente que, frustrada a vontade do Presidente da República de tomar uma iniciativa desse fôlego para o Nordeste brasileiro — bombardeado por conflito de recursos em outros lugares, etc., o Nordeste se apresente dividido — e inviabilizado isso, a agenda da revitalização vá para o ralo. Temo isso. Duvido que a energia hoje existente para se promover a revitalização e a agenda do São Francisco sobreviva a uma sabotagem ao projeto como um todo. Duvido. Pode até ser que eu esteja errado, mas duvido.

Quem for honestamente preocupado com esse assunto, pelo amor de Deus, pelo menos ouça minha ponderação. Pelo menos ouça, e continue com a mesma opinião. (Pausa.)

Atropelo institucional, Deputado, é daquelas coisas que não podemos deixar sem resposta. Não era obrigatório, mas fizemos um apelo para se votar o projeto do São Francisco — o projeto e não o plano de bacia — no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Deixe que eu diga a V.Exa.

O Conselho é composto por 50 e tantas pessoas do Governo e da sociedade civil — empresários, trabalhadores, ONGs. Foi convocado com 15 dias de antecedência para uma reunião, suponha, amanhã, às 9h. Não há impertinência formal nenhuma. Estou fazendo o relato de fato. Antes, quando foi convocado, mandamos uma cópia do projeto para todos os conselheiros. Em vez de câmara técnica, requeremos urgência.

Consta do regimento que, concedida a urgência, o projeto vai direto ao plenário, sem atropelo nenhum. É do regimento do Conselho. O Governo não pode atropelar instituições, não pode praticar ilegalidades. Não pode fazer isso. Eu não o faria. Agora, estou com vontade objetiva de realizar o processo. O regimento estabelece que um projeto que teve proposta e aceita a sua urgência pelo Conselho vai direto à deliberação dos conselheiros. Mas não queria fazer isso atropelando nem escondendo nada, porque o que quero é juízo de mérito.

Quinze, 20 dias antes da reunião, mandei uma cópia do projeto, por meio magnético, para cada um dos conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com a informação adicional disponibilizando nossa assessoria técnica para qualquer esclarecimento.

Passam-se os 15 dias entre a convocação e o dia da reunião marcada — só para os senhores e as senhoras terem clareza da nossa vontade de fazer esse negócio direito —, e não recebemos nenhum questionamento. Nenhum, pelo menos formal. Nada, nenhum. Aliás, o projeto também está na Internet, no site do Ministério da Integração Nacional, para receber críticas.

Gastamos uma fortuna, porque o Governo paga a passagem e hospedagem de todo o mundo — pelo menos dos que precisam —, de gente do Brasil inteiro, de organizações não-governamentais ou governamentais, para vir à reunião no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pagamos as passagens, e viajou todo o mundo. Abre-se a reunião do Conselho às 9h da manhã. Às 9h30min, entra um advogado com uma liminar, suspendendo a reunião. Essa reunião poderia ter sido suspensa 48 horas antes.

Não estou fazendo censura ao Judiciário, que é livre; nem o Judiciário tem culpa. Quem intentou a liminar agiu de propósito para fazê-lo na hora em que a reunião já estava instalada. Chicana; senão cassaríamos a liminar antes.

Muito bem. O País teve um prejuízo, pois gastou o dinheiro. O mérito do assunto foi deixado de lado por uma chicana, quando poderíamos ter entrado no debate, ter trazido o defeito do projeto. O ambiente é oficial, agora deliberando sobre o projeto. Então, a representação do Governo da Bahia, por exemplo, poria as suas questões oficialmente no Conselho Nacional de Recursos Hídricos: “Sr. Presidente, Sra. Presidenta, Srs. Conselheiros, trazemos aqui uma opinião contrária ao projeto. Esse projeto não deve ser feito por isto, por isto e por isto.”

Abre-se o debate, e alguém do Rio Grande do Norte poderia se levantar e dizer: “V.Exa., eminente irmão da Bahia, está equivocado nesse argumento por esse ângulo, naquele outro, por aquele um.” E o Conselho, olhando as partes como a democracia faz, votaria. Não. Chicana: suspende-se.

Perfeitamente. Cassamos a liminar. O Judiciário mais uma vez cassou. E já cassou 16 liminares que sempre impediam audiências que tinham a intenção de dar transparência e fortalecer a participação e o controle da sociedade no processo. Para nós, é a segurança de que precisamos de crítica para ver se os projetos estão corretos, se não vamos errar, se não estamos com números equivocados, se o projeto não tem defeito. O melhor é a inteligência do povo para dizer isso. Mas fisicamente não deixaram.

Convocamos nova reunião do Conselho. Setenta e oito dias depois da primeira convocação, o Conselho se reuniu. Tentou-se uma liminar, que foi revogada. E o Conselho, reunido, deliberou: 36 votos a favor, 2 votos contra e 10 abstenções. Essa foi a deliberação do Conselho. Qual é o atropelamento institucional que há nisso?

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Desculpe, não estou perguntando. Vou esclarecer de novo o que diz o regimento. Peço, pelo amor de Deus, que me ouça com seu coração. O regimento permite, e aí não é chicana, que se deliberem determinados assuntos em regime de urgência. Eu, como empreendedor, vi o regimento, fui lá e requeri regime de urgência. O Conselho me deu o regime de urgência, e o regimento diz

que projetos aceitos em regime de urgência vão direto à deliberação do Plenário. Porém, para não prejudicar o mérito do que as câmaras técnicas eventualmente pudessem dizer, 78 dias antes mandei uma cópia magnética do projeto, e nos dispusemos a esclarecer dúvidas. O resto é chicana.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - A urgência, Deputado, é porque faz 2 anos que estamos discutindo esse projeto, e o Presidente só tem 4 de mandato. Essa é a urgência. E estou encarregado por S.Exa. de fazer isso acontecer. E, no que estiver ao meu alcance, vai acontecer. É evidente que sou uma engrenagem de uma máquina; sou um submisso ao Estado democrático de direito; sou um submisso ao debate, mas como empreendedor já estou 8 meses atrasado. E não gosto disso.

Tenho segurança de que não deixei de considerar nenhuma opinião. Como hoje. Estou pronto para fazer a licitação, mas estou aqui para debater, pedindo: “Esclareçam-me se existe defeito no projeto”. Que eu possa recuar disso, dizer ao Presidente: “Presidente, nós estávamos enganados. Esse projeto aqui não pode ser feito por essa, por esta, por aquela razão.”

A discussão de juízo de conveniência e oportunidade é de competência do Presidente da República, que foi eleito para isso, o juízo. Não fui eu o eleito, foi ele. E aqui falo literalmente. Isso não me diminui, pelo contrário. Acho que o País está muito bem servido.

Juízo de prioridade. Também o Presidente da República vai pagar, para o bem ou para o mal, pelo juízo de oportunidade, conveniência e prioridade que S.Exa. democraticamente estabelecer. Agora, acusar-nos de atropelar instituições, de sermos avessos ao diálogo, etc., não cabe. Ou pior, essas insinuações a que não cabe mais responder, porque já aceitei a censura do Deputado Severiano.

Aprendendo com os baianos, lembro que o pacto federativo é um pacto em que os Estados percebem que, para além de seus legítimos interesses locais, há unidade nacional a velar. E não é razoável que Estados digam que precisam dramaticamente de água, e o Governo Federal — ao qual cabe velar institucionalmente por essa unidade — diga: “É possível atender vocês sem prejudicar ninguém” e que Estados cá, em um rio federal, tenham direito ao veto.

Só para atribuir institucionalmente a responsabilidade, o rio é federal. Quem dá outorga é a Agência Nacional de Águas. Se o Governo Federal

disser: “Não vamos, nesse passo de atender acolá, prejudicar nenhum de vocês”, um Estado qualquer tem direito de veto? Isso não é pacto federativo. Senão, o Rio Grande do Sul teria vetado a instalação da Ford na Bahia.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Não é discutível, não. Ele é federal mesmo, sem discussão. Sem contestação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Deputado, posteriormente poderemos inscrevê-lo. Vamos inscrevê-lo para a réplica.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Estou dizendo que o rio é nacional porque ele é. Não acho que nisso tenha juízo de valor. É apenas uma constatação óbvia: é um rio federal. E isso é irrelevante. O que importa no argumento que estava tentando sustentar é que o pacto federativo se afirma na unidade nacional, e a unidade nacional se afirma com cada um dos seus justos interesses locais, percebendo o interesse dos outros e a conveniência de nos mantermos juntos como Nação. Por isso é que não aceito participar de manifestações a favor. Por isso é que não aceito que Parlamentares do Ceará me acompanhem na OAB para apresentar um espetáculo patético..

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Deputado, quantas vezes de-sejar. Eu lhe digo. Estive com o Governador Paulo Souto recentemente. Tantas vezes S.Exa. me der oportunidade, é um privilégio encontrá-lo. Além de ser o Governador da Bahia, é um homem muito sério. Eu chego a exagerar, às vezes, com incompreensões, porque acho que conheço o Brasil, e o considero um dos melhores Governadores do País.

Estamos discordando. Rui Barbosa era contra a vacinação. Quem pode deixar de reconhecer que Rui Barbosa, esse extraordinário brasileiro que nos encheu de orgulho, cometeu um equívoco?

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Estou às ordens. Mais do que aceitar, eu peço: por favor, me dê essa oportunidade. E se a Bahia puder fazer mais, como já tem feito pelo Brasil, consiga que Sergipe, não o povo, mas os seus governantes atuais, abram um caminho de conversa honesta, equilibrada, em nome disso.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Estou à disposição. Só não me esqueço do argumento da Ford. Não me esqueço dele. Se o pacto federativo fosse consenso de 100%, o Rio Grande do Sul o teria vetado, porque

causou muito aborrecimento. A Ford já estava na Bahia, com o terreno escolhido, com o acordo tributário feito. A Bahia entrou numa luta, e o Nordeste inteiro fechou com a Bahia e a apoiou. Não estamos pedindo mais nada, só isto: sejam baianos como sempre foram; sejam irmãos; sejam líderes, como sempre foram do Nordeste — como estão sendo, diga-se de passagem.

Minas está numa posição também muito séria — tenho de fazer justiça. Tive muitas conversas sobre o assunto com o Governador Aécio Neves. Aí vem aqui alguém dizer que com o Governador Aécio Neves não tem conversa. Eu tive, pessoalmente, muitas conversas. A última foi na casa dele, com início às 21h. Ficamos na casa até as 24h; depois fomos para um bar, porque era aniversário da uma parenta dele, e ficamos até quase 3h da manhã discutindo esse assunto. É preciso que algumas pessoas saibam disso.

Em Minas, estive na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; o Vice-Presidente da República coordenou o projeto. Estamos preocupados; precisamos do apoio de Minas e da Bahia. Alagoas já tem uma posição correta; Pernambuco tem uma posição correta, porque é doador. O Estado de Pernambuco é da bacia, sendo donatário também, porque vai ficar com 21 metros cúbicos dos 61. Mas Pernambuco também é da bacia.

Ao Deputado Antonio Cambraia desejo agradecer. S.Exa. me deu a oportunidade de fazer uma menção particular. Segundo minha assessoria, foi distribuído um papel, que seria o reprint de um jornal, no qual se diz que o Canal do Trabalhador é um exemplo de transposição fracassada. Não precisam acreditar em mim, apenas perguntem aos independentes, aos meus críticos ou a qualquer pessoa que conheça o assunto.

O Canal do Trabalhador foi construído em 1992. Portanto, está completando 13 anos. Nos últimos 10 anos, ele abasteceu Fortaleza em quatro. É uma recorrência maior do que a planejada. Ele não foi planejado para garantir o abastecimento de Fortaleza, que tem 4 barragens: Pacoti, Riachão, Gavião e Plínio Pompeu — esta última construída no meu Governo. Essas 4 barragens, quando há uma seca, como aquela que aconteceu em 1991 e 1992, secam 100%. Portanto, o Canal do Trabalhador é um fusível que liga o açude de Orós, que está a 600 quilômetros; pereniza o Rio Ja-

guaribe, de onde se faz um canal de 120 quilômetros que transpõe a Bacia do Jaguaribe para as bacias de Fortaleza.

Ele é um fusível. Se o sistema de Fortaleza funciona normalmente, se as barragens enchem, não há razão para se ligar bomba, gastar energia. O canal é enchido e fechado, prestando-se à perenização da lagoa, à plantação de culturas ligeiras. É proibido, por falta de água, plantar culturas permanentes — uma mangueira, um pé de graviola — no Canal do Trabalhador. Só se podem plantar melão, feijão, culturas de ciclo ligeiro, porque, se faltar água, é preciso desligar a água de todo mundo que estiver sendo abastecido para que se garanta a água de Fortaleza. É assim que funciona.

Então, quem quiser criticar, critique um pouco mais informado.

O Canal do Trabalhador tem extraordinário êxito. E volto a dizer: não é por mim. Aquilo foi um esforço heróico que o povo cearense fez. Morreram 3 pessoas no canal; chama-se Canal do Trabalhador porque, se não fossem os trabalhadores cearenses, ele não existiria. A leviandade, Deputado — perdoe-me quem me censurou —, é que essas coisas não são neutras para mim. Eu vi um homem caindo numa britadeira, e a família não ter o corpo para enterrar; vi acabar a água de Fortaleza.

Deputado Marcelo Castro, V.Exa. faz uma comparação muito interessante entre o debate sobre os transgênicos e esta discussão. De fato, no Brasil, tem acontecido esse tipo de coisa.

Não é possível que não consigamos, pelo menos em certos ambientes em que a República toma decisões, que essa ignorância santa e arrogante não ceda lugar à racionalidade e ao equilíbrio.

Como esta reunião está sendo feita, quero agradecer aos senhores a qualidade das críticas, das ponderações; o estímulo de quem pôde estimular; mesmo o respeito de quem, vendo-me tão agressivamente defendendo uma tese contra, concede-me a generosidade de me tratar com respeito. É só disso que eu preciso; não preciso que concordem comigo. Eu me emocionei um pouco, Deputada, perdoe-me.

Deputada Fátima Bezerra, sobre o Canal do Apodi vamos conversar na quarta-feira, porque não tenho segurança para afirmar aqui. Sei que está no projeto; só não sou capaz de dizer se a execução está prevista para agora, ou se fica para outra etapa, mas o licenciamento está previsto. Quarta-feira, vamos conversar.

Eminente Deputado Fernando Ferro, agradeço a V.Exa. e desejo dizer aos demais presentes que estão preocupados com o Rio São Francisco que já ponderei ao Presidente Lula que, ainda que haja divergência no Governo, e ainda que conceitualmente a divergência seja correta em desfavor da nossa opinião, a idéia de vincular uma fração minúscula, menos de um terço de 1% da receita do Tesouro Nacional, a um programa de 10 anos de revitalização do rio, poderia ser a grande ferramenta para uma grande conciliação ao redor dessa iniciativa de tão grave importância para tantos brasileiros pobres no País. Ao defender isso — pedi a autorização do Presidente para não expor divergências internas do Governo —, S.Exa. me autorizou a fazer essa militância. Então, defendo.

Como se trata de uma proposta de emenda à Constituição, não haverá sequer o constrangimento de o Presidente receber uma opinião pelo veto de alguma ala do Governo e uma opinião pela sanção de outra ala. Essa emenda vai à imediata promulgação por parte do Congresso. E não faz mal algum para o País — embora, como eu disse, os argumentos da Fazenda não sejam incorretos, são corretos. São uma impertinência técnica as vinculações orçamentárias. O Brasil tem cometido essas imprudências. Portanto, conceitualmente, é uma coisa errada.

Mas não estamos tratando — como eventualmente fui mal interpretado — de uma coisa qualquer; estamos tratando de projeto de grande envergadura e proporção. Estou sentindo, a despeito do calor de um ou outro argumento, a iminência de um grande entendimento que poderá se materializar no estabelecimento de uma agenda de revitalização, com a consistência que deverá eliminar a insegurança das oscilações orçamentárias e das descontinuidades administrativas. Sinto essa iminência e estou lutando. Mas a situação está nas mãos de V.Exas., que podem fazer mais do que eu, porque detêm o monopólio da função legislativa. Estou-me referindo à PEC nº 524.

O Deputado José Geraldo, a quem agradeço, menciona um projeto semelhante. No projeto da BR-163, havia um veto das instituições ambientais. Essa BR liga Cuiabá a Santarém. Também tocou a nós, por delegação do Presidente, coordenar, junto com a Ministra Marina Silva, o esforço de viabilizar a BR-163. E lá se fez um grande acordo, no qual as entidades ambientais, em vez de assumir uma atitude hostil e negativa, apresentaram uma agenda positiva do que teria de ser feito para que o asfaltamento da

BR-163 não fosse repetir experiências trágicas do passado. Essa agenda, que foi adotada, hoje é um modelo de convergência, que praticamente está apenas à espera do cumprimento de prazos burocráticos para a execução da BR-163.

Eminente Deputado Luiz Carreira, já mencionai algumas questões. Não digo que o projeto São Francisco seja um projeto qualquer; se assim fui entendido, me expressei mal. O que quero dizer — e foi assim que tentei passar — é que, do ponto de vista institucional, da forma, trata-se de uma obra de engenharia como outra qualquer. É uma obra de engenharia não vem ao Congresso Nacional, embora venha pelo Orçamento e possa sempre ser, por exemplo, alcançada por um decreto legislativo. É bom que exista o controle do Legislativo, da mesma forma como o controle do Judiciário, que é imperativo. Mas não é do rito. Não há nenhum momento do rito legal brasileiro que nos determine ou que recomende isso.

Poderíamos fazer um debate no Congresso. Num cálculo de conveniência e de oportunidade, também tenho segurança de que, num debate no Congresso para deliberar sobre o assunto, ganharíamos a tese com folga.

Se para deliberar não está em tramitação, para debater está. O Congresso não só tem autonomia e legitimidade para debater o quanto quiser, por qualquer ângulo, como nós temos a obrigação e o prazer de estar aqui tantas ocasiões quantas o Congresso Nacional, por qualquer das suas frações, achar necessárias — o coletivo, Comissões, grupos novos que se queira formar.

Estamos abertos a esclarecimentos, como é nossa obrigação, que cumpro com muito prazer e honra, mesmo porque tenho um alto conceito do Parlamento. Sou parlamentarista por convicção, desde sempre. Escrevi há muito sobre o assunto e defendo isso hoje para o Brasil.

Tenho ouvido aqui e ali, o que me fere um pouco mais a sensibilidade do que qualquer outra questão, o argumento de que a 1, 2, 30 quilômetros do rio algumas comunidades estão sem abastecimento. Não nego que haja. Apenas temos de ponderar a hierarquia das responsabilidades.

Um pequeníssimo sistema simplificado de abastecimento de água é função municipal, o que não quer dizer que não possamos apoiar. Eu apóio uma miríade de iniciativas dessa natureza. Um sistema um pouco

mais complexo é tarefa do Estado. Por isso, a União Federal empata recursos em obras estruturantes que só ela pode fazer, mais ninguém.

Apenas para organizar as coisas, quero dizer que posso até fazer um relato aqui de quantas obras pequenas de abastecimento de água estamos realizando em todos os Estados. Existem dificuldades de recursos, o que é normal e natural — V.Exa. tem muita experiência, o brilhante quadro técnico que é...

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Perfeitamente. Estou 100% disponível para discutir emenda parlamentar na parte do processamento. O que não posso fazer é ajuizar a disponibilidade financeira, porque, na divisão de tarefas, isso cabe ao Ministério do Planejamento, em interação com o da Fazenda.

Tenho vontade de executar 100% do meu Orçamento. É meu prazer, é o gosto de qualquer governante. No entanto, compreendo que, sendo o Orçamento uma estimativa, a realidade de financiamento pode não ser a mesma que se estava estimando. Nesse ponto, sou solidário com os meus companheiros nas dificuldades que apresentam. Repito: tenho muita vontade de viabilizar 100%, como tenho procurado fazer, e tenho conseguido, em parte.

Não sei se consegui responder às indagações da Deputada Ann Pontes. Como se dará a retirada da água? A idéia é a seguinte. O sistema será operado, se depender do nosso modelo, por uma subsidiária da CHESF; os canais estarão debaixo de cerca, numa faixa de domínio público estatal de 200 metros. Então, a captura da água é feita por uma subsidiária da CHESF, ela entra num canal que tem 200 metros de faixa de domínio sob cerca. Acesso vedado. Por razões de segurança e economia, acesso vedado, com estrada de manutenção.

A exceção para isso pode ser conseguida por 400 pontos de acesso comunitário, que serão oferecidos pelos canais planejados. Estou arredondado — são quatrocentos e poucos. Eventualmente, a pedido de um ou outro usuário, faz-se uma ligação, como uma ligação urbana, e a subsidiária da CHESF irá analisar um mapa sobre a vazão, os sensores eletrônicos, a disponibilidade, e verificará se aquele pedido pode ser atendido, e em que condições. Por exemplo, o Canal do Trabalhador atende a pedidos para culturas ligeiras; não atende para culturas permanentes. E assim será.

Água bruta. Na ponta-destino, cada Estado terá uma companhia — o Ceará é o único que já tem — de gestão de recursos hídricos, encarregada de ser a instituição responsável pela integração das bacias. A idéia é a integração das bacias.

Então, essa entidade terá não apenas autoridade sobre todo o manejo dos recursos hídricos que hoje existem não só para dar uso ótimo, eliminar desperdício e racionalizar o uso — essa é a ponderação do Governador Paulo Souto, que é correta —, mas também a competência de receber e pagar as águas daqui. É ela quem vai pagar, e não o usuário. E aí ela entrega essa água bruta para onde for feito o uso bruto.

Por exemplo, a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará, empresa pública, estatal, vai receber essa água bruta, onerosa, vai tratá-la e vendê-la para os fortalezenses, ou eventualmente uma empresa privada de água, a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado “x”, vai receber a água bruta, pagá-la à CHESF e vendê-la para uma companhia privada. A companhia privada trata e vende a água. Assim está imaginado.

Qual é o bombeamento? Essa pergunta é muito relevante. Firme, incondicional, apenas 26 metros cúbicos por segundo, que é a fração da outorga anterior destinada ao abastecimento humano, aprovada pelo Comitê de Bacias. De acordo com a Constituição, o abastecimento humano prevalece sobre qualquer outro uso. Então, 26 metros cúbicos é outorga firme, faz parte da lei de outorga. A Agência Nacional de Águas — ANA estabeleceu que fica autorizado o empreendedor, no caso o Ministério da Integração Nacional, que vai passar o concessionário para a subsidiária da CHESF, a bombear firmes 26 metros cúbicos por segundo, no eixo norte “x”, no eixo leste “y”. Ponto de captação sujeito à fiscalização de ambientalistas, do Ministério Público, de qualquer perito, de Governador de Estado, da Polícia, enfim, como funcionam as coisas sérias.

Faz-se, por exemplo, uma perícia em Cabrobró. Se a CHESF eventualmente estiver fraudando a lei e a outorga, será responsabilizada por isso. O Ministério Público pode impetrar ação por crime de responsabilidade, pois há crime ambiental.

É proibido matar pessoas. Na verdade, não está proibido, porque a ordem jurídica é sábia. Ela previne a possibilidade de matar por meio de uma pena, porque sabe da falibilidade humana. O Código Penal não diz:

“É proibido matar”, mas no art. 121 diz que a pena é de 6 a 20 anos para aquele que matar alguém. É o mesmo caso.

Então, a empresa vai tirar essa água durante todo o ano 24 horas por dia? Não, aí é questão de operação. O que ela precisa fazer é ter 26 metros cúbicos médios por dia, seguros. Mas a CHESF precisa de um pouco mais de água no pico de energia. Então, no pico de energia diminui para 5 metros cúbicos, 8 metros cúbicos, 10 metros cúbicos. Isso acontecerá em 2015. Primeiro serão 5 metros cúbicos, depois 8 metros cúbicos, 2 metros cúbicos; não entra tudo de uma vez. É assim que está planejado. Não vão entrar 26 metros cúbicos por segundo no dia da inauguração, porque não haverá onde usar. Isso é coisa para hoje e para o futuro. Vai-se bombeando só o estritamente necessário. Quando se chegar a 26 metros cúbicos por dia, médios, haverá adaptação. Se às 18 horas começa o horário de pico, pode haver redução para 15 metros cúbicos. Às 4 horas da manhã, horário de baixa geração de energia, ele pode subir para 39 metros cúbicos. O certo é que, naquele dia, não poderão passar mais do que 26 metros cúbicos por segundo. Tudo é mensurado por um sistema de hidrômetros, porque será cobrado. Tudo é medido por instrumentos de precisão.

A propósito dos instrumentos de precisão, diz-se que média vazão de rio precisa de oscilação mínima de 5% para acusar; nesse haverá oscilação de 1,4%. Se fizessemos isso escondido, não seria visualmente perceptível, pois 1,4% não é visualmente perceptível. Ninguém vai ver a consequência desse projeto do ponto de vista do rio. O que vai acontecer? Vai haver uma grande seca. Se não houvesse o projeto, haveria o quadro tal. Ao longo do ano, o que acontece? Existe um adicional de outorga condicionado ao nível de Sobradinho. Se Sobradinho atingir 94% do volume, a água verte, e pode verter em quantidades incríveis — um perigo para as cheias à frente. Neste caso, se Sobradinho verter, e somente se verter, podem-se adicionar até 61 metros cúbicos por segundo. Quer dizer, não 26 metros cúbicos, mas 61 metros cúbicos. São 26 metros cúbicos mais 35 metros cúbicos. Pode-se colocar mais 35 metros cúbicos de novo, médios. E aí há confusão. A dimensão do canal é de 25 metros de largura por 5 metros de profundidade em seu ponto máximo, por onde é possível a vazão de 127 metros cúbicos por segundo.

Existe aí um terrorismo, às vezes de boa-fé, às vezes completamente charlatão. Infelizmente, existem pessoas se metendo a falar sobre aquilo

de que não entendem. Eu não entendo patavinas disso; o que estou fazendo é reproduzir lições que passei 2 anos tentando entender com os técnicos que me assessoram. Mas tive a humildade de procurar aprender para falar. Não há nenhum mérito meu. Estudei muito e quando não entendia, perguntava: “Como é isso?”. Os canais de 127 metros, para passar 26 metros cúbicos médios. Então, para atingir 61 metros cúbicos médios, no caso de Sobradinho verter, como há depressões na hora do pico ou dificuldade para Sobradinho não verter, é preciso ter um canal capaz de puxar 127 metros cúbicos por segundo no máximo. Aí, sim, se puxar mais de 127 metros o canal transborda, e se transbordar é arrombado.

Certa vez o Canal do Trabalhador arrombou e foi um escândalo; diziam que o canal não prestava porque, em 120 quilômetros, 36 metros foram arrodados — o que é absolutamente normal em vida de canal. Pode haver um formigueiro, as formigas furam o canal e o arrombam. Tem de haver manutenção. Estou há 12 anos fora do Governo do Ceará e ainda sou responsabilizado pela pós-venda do Canal do Trabalhador. Mas é assim, se o canal é arrombado vem alguém dizer que não presta.

O sistema é ordenado pela Agência Nacional das Águas, que o controla, e há uma vazão trava controlada pelo IBAMA. A vazão trava, que é a vazão mínima na foz, é de 1.300 metros cúbicos por segundo. Se passarem menos de 1.300 metros cúbicos por segundo na foz, isso será fraude à licença ambiental de Xingó, a última barragem. Pode-se, então, multar a CHESF, criar problemas, arrombar. Enfim, há uma série de coisas que não é o caso mencionar. Apenas estou dizendo como funciona o sistema pela legislação brasileira.

Excelência, perdoe-me, mas quero crer que era meu dever fazer os esclarecimentos. Estou agradecido pela oportunidade que me deram. Desculpem-se se em algum momento a emoção tomou-me a racionalidade de assalto.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Sr. Ministro, entendemos sua emoção, porque só as pessoas realmente comprometidas com as causas que defendem se emocionam.

Pergunto aos Deputados Betinho Rosado e Luiz Carreira se desejam usar do direito de réplica. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Ministro, quando V.Exa. falava sobre as ações do Governo Lula no Nordeste brasileiro, falou a respeito da Transnordestina. Ficamos muito satisfeitos ao vê-lo abordar essa possibilidade de infra-estrutura no Nordeste, porque sabemos da importância dessas estradas de ferro para o nosso crescimento e desenvolvimento.

V.Exa. fez menção específica ao Ramal de Araripina, no pólo gesseiro de Pernambuco. O estudo do Ministério conduzido por V.Exa. esquece que o outro pólo emissor de carga, o maior no Nordeste, é a cidade de Mossoró, que mereceria a construção do Ramal do Sal. Temos 2 milhões de toneladas de sal, ou 2,5 milhões, que saem via rodoviária, e uma parte significativa, 60%, 70%, talvez pudesse utilizar as estradas de ferro.

Faço esse apelo para continuarmos essa discussão sobre o ramal ferroviário. Quero demonstrar minha absoluta preocupação com a exposição de V.Exa.

Quando V.Exa. diz que não sabe se realmente a extensão do ramal para o Vale do Apodi vai entrar nessa primeira etapa ou numa segunda etapa, entendi, Ministro, que V.Exa. não estava querendo abrir mais esse flanco de discussão nesta reunião, porque a riqueza de detalhes com que apresentou o projeto, discutindo o cruzamento das espécies de peixes que vão estar dentro dessas bacias, a poeira que o trator vai levantar e o seu impacto ambiental, demonstra que o Ministro com certeza sabe se o ramal que vai levar água para o Vale do Apodi vai estar presente na primeira ou na segunda etapa do processo.

Entendendo que a resposta do Ministro, de certa forma, conduz ao nosso temor, ou seja, que o ramal do Apodi esteja efetivamente designado para uma segunda etapa. Recordo aqui as palavras de V.Exa. sobre o temor que tinha com relação a esse projeto, porque era frágil, e, caso qualquer coisa pudesse feri-lo, não haveria outra possibilidade de se implantar um projeto de transposição.

Aí vem a preocupação do Deputado Betinho Rosado e de todos nós, do Vale do Apodi, de ficarmos para uma segunda etapa, com o Estado de Pernambuco e o Estado da Paraíba atendidos nos dois eixos, com o Estado do Rio Grande do Norte parcialmente atendido, porque uma parte

da água que vai para o Rio Piranhas vai chegar ao Rio Grande do Norte. Também o Ceará será parcialmente atendido, e nós, do Vale do Apodi, vamos ficar de fora da transposição.

E se ficarmos só nós, do Vale do Apodi? Essa bandeira, de certa forma levantada por esses 4 Estados, demorou 150 anos para chegar aonde está hoje. Se ficarmos só nós, quanto tempo vai demorar para que nosso grito, nosso gemido seja ouvido pela Nação brasileira? Mostro essa preocupação, entendendo, conforme V.Exa. me explicou, que o ramal do Vale do Apodi e o segundo ramal do Ceará representam alguma coisa em torno de 10% do valor do projeto, e por isso fazemos um apelo. V.Exa. mesmo explicou que está havendo uma modificação no projeto para atender ao Estado de Pernambuco. Que se modifique também não o projeto, mas o processo de licitação que está em andamento e que o ramal do Apodi efetivamente seja incluído nessa primeira licitação. Espero que, daqui a 2 anos, estejamos integrados com os irmãos do Ceará, com os irmãos da Paraíba, comemorando esse feito absolutamente histórico, que vai transformar a vida de todo o Nordeste brasileiro.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Vou passar a palavra ao Deputado Luiz Carreira, para fazer uso da réplica.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Não vou me estender. Apenas gostaria de evidenciar a inteligência do Ministro Ciro Gomes. A escolha foi perfeita.

O Presidente Lula buscou o melhor interlocutor para defender esse projeto. Trata-se de projeto complexo, polêmico, que suscita dúvidas não muito fáceis de serem dirimidas. Existem muitos questionamentos, mas o Ministro os responde com tanta convicção que confesso ter dificuldades de contra-argumentar.

Mas eu gostaria de fazer uma diferenciação sobre o que foi dito, porque são fatos bem diferentes. No caso da Ford, quanto à questão da unidade federativa, Ministro, efetivamente não se retirou a empresa do Rio Grande do Sul. Quando nos procurou depois, a Ford já tinha tomado a decisão de não ficar mais naquele Estado por outras questões, e o Rio Grande do Sul também não fez nenhuma força para que ela permanecesse. Isso foi o que nos disseram na Bahia.

O importante foi a luta talvez contra São Paulo, onde tivemos uma grande resistência, porque São Paulo quer concentrar a indústria automobilística só em seu território. Brigamos naquela oportunidade — e não foi só a Bahia, não foi só o Nordeste — pela descentralização e pela desconcentração industrial do País.

Esse é um tema muito mais amplo do que simplesmente a água, um bem escasso, que está sendo retirado de uma bacia, de Estados doadores, para ser levado a Estados receptores. Como disse a V.Exa., não discordo da prioridade, mas não vamos confundir as coisas, porque são inteiramente diversas.

Estaremos sempre juntos nas lutas a favor da desconcentração industrial, da desconcentração de desenvolvimento, porque nessas questões somos totalmente parceiros. Não estamos dividindo Estados nessa luta, estamos unificando interesses regionais. Isso é muito importante ser frisado, para que não confundamos essas coisas. Eu, por exemplo, acho que, se essa questão tivesse sido apresentada sob outro prisma, estaria bem mais fácil a discussão.

Nesse caso, é importante o que V.Exa. disse também. De certa forma, acredito que o Governo não precisa mandar, não precisa mesmo. Orçamentariamente, ele pode fazer, porque tem maioria, aprova Orçamento no Congresso, faz o que quer. Não há nenhuma dificuldade. Com sua base, o Governo sempre trabalhou aqui dessa maneira, e tivemos essa experiência nesses 2 ou 3 anos.

Entretanto, ele poderia, para ter a legitimidade nacional — eu não diria nem da bacia, nem do Nordeste — sobre esse projeto, tê-lo submetido ao Congresso Nacional, até por se tratar do bem água. Talvez o Senado — não diria nem o Congresso —, que representa os Estados Federados, fosse a Casa mais apropriada para dar legitimidade a esse projeto e ao Presidente.

Não discordo de nada do que V.Exa. disse em relação a essa questão. O Governo pode fazer, tem autoridade para fazer, tem a decisão, porque foi eleito pelo povo. E o Presidente, evidentemente, arcará com o ônus e o bônus dessa decisão. Porém, até para manter o princípio do Partido dos Trabalhadores — e o Presidente é do PT —, que sempre reivindicou isso quando estava na Oposição e sempre contestou esse projeto quando

estava lá, seria mais coerente que ele ampliasse essa discussão e realmente tivesse a aprovação e a legitimidade de fazer esse projeto, com a convicção de que, mesmo que erre, vai errar com o apoio de todos e não apenas de forma unilateral, como outros tantos Governos, que também pregaram a verdade sobre os projetos e erraram.

Só vamos saber isso no futuro, quando o projeto se consolidar e quando acontecer. Espero que isso não venha a acontecer com esse projeto, porque não desejo que absolutamente nada dê errado, pois não queremos mais uma obra inacabada, não queremos mais desperdício de recursos públicos.

Queremos ter a certeza de que V.Exa., com a convicção que tem, vai executar um bom projeto. Por isso o temos questionado ao longo desse tempo. É a nossa posição, que às vezes não é tão bem compreendida até por alguns companheiros e outros Estados. É natural que isso ocorra, porque nunca nos posicionamos de maneira chã em relação a essa questão. Sempre expusemos muito bem nossas dificuldades de aprovar esse projeto. Não estamos discutindo, por exemplo, a Transnordestina. Considero-a importantíssima para Pernambuco. Isso prejudica a Bahia? Talvez sim. Vai polarizar a região de grãos na Bahia, para escoar via outro porto? Talvez, vamos ver isso. Só o tempo dirá se vamos conseguir polarizar leste-oeste.

Mas essa questão é da Bahia. Ela não conseguiu fazer sua parte; então, não há nenhum problema. Porém, nesse caso específico, estamos tratando de um bem não durável.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Antes de devolver a palavra ao Sr. Ministro, vamos conceder a palavra ao Deputado Raul Jungmann, embora já tenhamos encerrado as discussões, uma vez que essa reunião já se estende por quase 6 horas.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sra. Presidenta, serei rapidíssimo.

Sr. Ministro, é um prazer reencontrá-lo. Peço-lhe desculpas por estar presente somente agora, mas participava de outras atividades nesta Casa. O Deputado é um ser atormentado, que vai e vem entre Comissões e tarefas.

Minha pergunta é rápida. Existe um pleito de Pernambuco no que diz respeito a mudanças no trajeto do eixo norte e do eixo leste. Não vou

entrar em detalhes, mas quero apenas saber se o Ministério vem considerando isso e o que eu poderia, digamos assim, colher de decisões já tomadas ou em processo com relação a esse tema, no que diz respeito a Pernambuco.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o Sr. Ministro Ciro Gomes.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Ao eminente Deputado Betinho Rosado quero dizer que, se disse que não sabia, lamento, mas é porque não sei mesmo. Quando me apresento aqui, estou mostrando as manchetes. Eu não sei quantas são as espécies. Eu sei, nesse caso, que são 56 espécies, porque gravei, mas não sei quais são, se 34 ou 16 espécies. Eu não sei quais são, mas vi o estudo, encomendei-o, cobrei-o. Eu queria uma resposta honesta, mandei ao interessado. Isso é uma dinâmica de 2 anos.

O projeto vai entrar pelo Apodi também. Porém, ele está hierarquizado na direção dos ramais centrais. Faça uma comparação para leigos. As adutoras são os dedos, a mão é uma barragem dessas grandes, e esse é braço. Então, os dedos aqui na ponta, o canal de integração do Ceará está sendo executado. O Castanhão tem um volume de espera para a água do São Francisco, está pronto. O Armando Ribeiro Gonçalves, que V.Exa. conhece intimamente, está pronto; o Santa Cruz está pronto. Agora, esses dedos aqui, de fato, não serão feitos todos ao mesmo tempo. E direi isso: se V.Exa. quiser, telefone hoje mesmo dizendo, mas a idéia é marcar uma conversa. E há flexibilidade. Embora não tenha flexibilidade de agregar valores maiores, o custo de 500 milhões de reais, V.Exa. tem razão, importa em 10% do projeto. Não há problema.

Respondendo ao Deputado Raul Jungmann, o Governador Jarbas pensou, mediu, raciocinou, tem conversado conosco, e chegou à conclusão de que era importante fazer o projeto. Saindo de uma posição de dúvida, de dificuldades, entendeu que era para ser feito. E pedia a realização do canal do sertão pernambucano. Pernambuco tem essa geografia muito linear, aqui sendo o mar, e aqui o sertão, que encosta no Piauí. O eixo norte viria por essa altura aqui. O eixo leste corre no território de Pernambuco assim. Aqui já seria Campina Grande, na Paraíba.

Pernambuco tinha um grande projeto de canal aqui, no sertão. Demonstramos, conversando, que o mais razoável para Pernambuco, em vez de gastar uma fortuna nisso aqui, que era dupla, era tirar daqui, em algum ponto, 7,2 metros cúbicos e descer atendendo. Isso foi razoável; apenas estamos correndo para traduzir isso em um projeto, mas estamos de acordo. Foi aceita a reivindicação de Pernambuco — justíssima, racional, econômica —, que vai em direção a uma região dramaticamente estressada sob o ponto de vista hídrico. Esse outro aqui também vai resolver o problema de Salgueiro, que paga hoje — eu estava dizendo antes de V.Exa. chegar — 56 centavos de real por metro cúbico de água bruta. Está com a conta de energia atrasada. A água de Salgueiro é a mais cara do País, porque a adutora foi feita no desespero.

Com relação à outra ponderação, sobre a Transnordestina, a Sra. Governadora Vilma de Farias me ligou. Devo dizer a V.Exa. de novo que, por delegação do Presidente da República, fiquei encarregado de coordenar o grupo de trabalho da Transnordestina. Creia, Excelência, não me esqueci do Rio Grande do Norte, muito menos de Mossoró. V.Exa. conhece parte grande das razões, pela nossa ligação, por tudo o que existe. A questão básica é que a Transnordestina, como tal conhecida, é hoje uma concessão privada, feita no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Todo o nosso trabalho é constrangido ao limite da concessão e da aceitação, da concordância do concessionário. O que a concessão estabelece? Ela estabelece, como cláusula contratual relevante, que o Governo teria de implantar gratuitamente para o concessionário privado o trecho de Salgueiro, mais o trecho Piquet Carneiro—Crateús, no Ceará, e Missão Velha—Salgueiro. O Governo Federal, como cláusula da concessão, teria de pagar ao concessionário privado.

Evidentemente, isso é impertinente. O que fizemos? O primeiro problema é que o concessionário privado só ia tratar disso. É flagrante aquilo que V.Exa. diz, com mil razões, ou seja, que há um eixo de carga importante ao norte do Rio Grande do Norte, para o escoamento da produção de sal, da fruta, do camarão, etc. Isso está em nosso estudo e não foi esquecido.

A Paraíba também reclama e tem ali ramais. Porém, a concessão é essa que eu disse, a que interliga Suape, em Pernambuco; Pecém, em Fortaleza; e, por um ramal antigo, Itaqui, no Maranhão. O que acontece? É também

da concessão o trecho do ramal de Araripina. E não era da concessão o trecho ao Piauí. Porém, o Piauí está produzindo soja, e o concessionário está interessado em brigar por essa carga entre Vale do Rio Doce, que controla a Norte-Sul, e Transnordestina S/A, concessionária privada que controla a Transnordestina.

Estamos dando ganho de causa à concessionária da Transnordestina, porque a primeira providência para me desvencilhar da tarefa que o Presidente me deu de coordenar uma solução para a Transnordestina era superar os seguintes problemas: a Vale do Rio Doce era sócia da CSN e da Transnordestina em partes iguais, e havia uma norma da ANTT proibindo concentração de capital nas concessões de ferrovias. Vê se pode! A Vale do Rio Doce era sócia da CSN. Desfizeram a sociedade em outros negócios de siderurgia e não se entenderam mais na Transnordestina. A Vale e a CSN se desinteressaram. Então, se a Vale queria pôr 1 centavo, a CSN não punha, a ANTT não deixava o capital se concentrar.

Então, providências foram tomadas — desde 2003 trabalho nisso. Decidiu-se descruzar o capital das duas. Eu disse: “Olha, queremos resolver o problema. O País precisa da Transnordestina, não vou me meter em negócios privados, mas um compra do outro, vão resolver o problema lá fora”.

Por sorte conheço bem os dois, conheço as pessoas, forcei um pouco a barra, desfizeram o negócio. A CSN comprou a parte da Vale do Rio Doce, que pagou 100 milhões de reais para sair.

Revogamos, naturalmente, a norma da ANTT que proibia concentrar capital e chamamos o concessionário para cumprir suas obrigações: recuperar os trechos prejudicados, que põem em risco vidas humanas, e implantar o resto. Isso no trecho antigo, que tem bitola estreita, em túneis e pontes que existem em Pernambuco, a um custo muito pequeno, razoável, 800 milhões de reais ou 900 milhões de reais.

O concessionário volta e faz uma proposta radical: “Vamos inverter a lógica, fazer uma ferrovia de alto desempenho, com bitola larga; topamos ampliar o capital”. Eu disse que o Governo não colocaria dinheiro, a não ser pelos instrumentos regulares de debêntures, créditos, porque se tratava de concessão privada. O fato é que o próprio Presidente da República pilotou o assunto, e está pronta a solução. Como eu lhe disse, a solução são

ramais, e o concessionário privado é que escolhe por onde vai fazer, onde vai começar. Mas ele perceberá essa carga importante, não tenho a menor dúvida. E contem comigo, não me esqueço disso, não. Quero um ramal Mossoró—Sobral.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - A estrada de ferro Mossoró—Souza foi feito pelo pessoal de Sobral.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Isso.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Há cento e tantos anos.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - São ancestrais de meus filhos.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Ministro, não estamos naturalmente querendo polemizar esse assunto.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Só queria ponderar que não esqueci. Mas não sou eu que me lembro.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - É preciso lembrar que esse conjunto de cargas que está planejado na Transnordestina destina-se à exportação através dos portos. Nossa carga tem uma característica diferente. Ela se destina ao interior do Brasil

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Não tenho dúvida.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Ou seja, estamos falando de um trem que vai voltar, não que vem de lá para cá com a soja.

O SR. MINISTRO CIRO GOMES - Não tenho dúvida. Só peço a V.Exa. que se renda a algumas evidências. Eu não gosto que elas existam, mas elas existem. Isso é uma concessão privada. Cria, conte comigo, não me esqueci, não. Estou apontando um mapa de cargas potenciais. Aliás, num trabalho que fizemos estão as cargas do Rio Grande do Norte, apontando para interessar o empreendedor a avançar na direção da linha.

No caso na derradeira ponderação do eminente Deputado Luiz Carreira, agradeço a S.Exa. a paciência e o privilégio que mais uma vez me concede, pela qualidade de suas palavras, porque sempre aprendo nas oportunidades que tenho de discutir com S.Exa.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Em nome da Comissão da Amazônia, agradecemos ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a valiosa contribuição e os esclarecimentos aqui prestados. Sr. Ministro, a oportunidade que V.Exa. nos deu qualificou muito este debate.

Agradeço também a todos os Parlamentares que aqui estiveram por mais de 6 horas, já que são 16h24min, contribuindo para debater a integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

(Não identificado) - Sra. Presidenta Maria Helena, congratulo-me com V.Exa., que promoveu um dos debates mais importantes desta Casa.

A paciência não é muito comum no nosso Ministro, mas hoje ele a teve para, neste debate, esclarecer pontos importantes. Vamos caminhar para conseguir um ponto de encontro desse projeto, unindo todo o Nordeste.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) - Muito obrigada, Deputado. Ressaltamos que o Ministro está conosco desde as 9h30min da manhã, discutindo esse assunto durante todo o dia.

Antes de encerrar a reunião, convido os Srs. Parlamentares para a reunião de audiência pública destinada a debater a Medida Provisória nº 239, de 2005, que será realizada por esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, amanhã, dia 5 de maio, às 10 horas, no plenário 12.

Está encerrada a reunião.

Comissão de Amazônia, Integração Nacional e
de Desenvolvimento Regional

End.: Câmara dos Deputados
Anexo II - Sala T-59
Brasília - DF
CEP: 70.160-900

Tel.: (61) 3216-6432
Fax.: (61) 3216-6440